

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**TOCANTINS: NARRATIVAS SOBRE O SERTÃO**

Autora: Telma Antônia Rodrigues Alves

Orientadora: Dra. Custódia Selma Sena do Amaral

GOIÂNIA

2009

TELMA ANTÔNIA RODRIGUES ALVES

## **TOCANTINS: NARRATIVAS SOBRE O SERTÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Dra. Custódia Selma Sena do Amaral.

GOIÂNIA

2009

TELMA ANTÔNIA RODRIGUES ALVES

## **TOCANTINS: NARRATIVAS SOBRE O SERTÃO**

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009, pela  
Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Dra. Custódia Selma Sena do Amaral / UFG

Presidente da Banca

|

---

Dra. Candice Vidal e Souza / PUC Minas

---

Dra. Nei Clara Lima / UFG

---

Dra. Cintya Maria Costa Rodrigues / UFG  
Suplente

*Para Frederico e Ana pelo amor incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>ª</sup> Custódia Selma Sena do Amaral por direcionar os primeiros passos pelo *sertão* e participar de forma efetiva desta pesquisa, no ensino e na orientação. À Prof<sup>ª</sup> Cinthya Rodrigues pelas excelentes contribuições, e ricos apontamentos durante a realização do Exame de Qualificação. Ao Prof<sup>º</sup>. Roberto Cunha de Lima pelas claras intervenções e por se dedicar também na orientação deste trabalho.

Aos professores e professoras da Faculdade de Ciências Sociais que contribuíram na construção dessa trajetória acadêmica em especial a professora Nei Clara Lima, Maria Luiza Rodrigues Souza, Jordão Horta Nunes e Francisco Chagas E. Rabelo.

À Prof<sup>ª</sup>. Candice Vidal por sua disponibilidade e interesse em participar da examinação deste trabalho.

A minha família *durense*, linda, grande e *barulhenta* que em muitos momentos silenciou-se para que eu pudesse mergulhar no silêncio necessário para a construção desta narrativa. Que aceitaram as minhas inúmeras ausências e distância. Família que para mim traduz-se em nomes Frederico e Ana, meus pais, Feliciano, Selma, Eliane, Eliene, Elizete, Joélio, meus irmãos e companheiros de toda vida. Meus cunhados/irmãos: Marcelo e Frank e meus sobrinhos Nicolas e Rhanna.

À minha amiga Odi também envolvida no processo de construção de conhecimento, pelo carinho e pela força.

A todos os *durenses* que abriram suas portas para me receber e sempre tão alegres contribuíram grandemente para esta pesquisa.

*Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera; digo. (Guimarães Rosa)*

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo central compreender, a partir de uma localidade do Estado do Tocantins denominada *Duro*, atual cidade de Dianópolis, a construção de mecanismos de visibilidade e de negação do *sertão*. O *Duro* e suas adjacências são considerados pela literatura e pela historiografia regional como *sertão profundo*, como um lugar de difícil acesso, oculto, transporte e comunicação precários, escassa população, lugar privilegiado para fugitivos, cenário de violências e de relações sociais tradicionais. Por meio de reinterpretação da literatura local e de pesquisa empírica busca-se compreender as estratégias pelas quais o Estado do Tocantins e a cidade do *Duro* vêm elidindo a designação de *sertão* através de estratégias de *modernização*.

**Palavras-Chave:** *Sertão profundo*, *Duro*, Dianópolis, Tocantins, modernização, negação, relações sociais tradicionais.

## ABSTRACT

The work has as main objective understand, from a town of the State of Tocantins called *Duro*, current city of Dianópolis, the construction of arrangements of visibility and denial of the *sertão*. The *Duro* and its surroundings are considered in the literature and regional history as *deep sertão* as a place of difficult access, hidden, poor transport and communication, low population, privileged place for fugitives, the scene of violence and traditional social relations. Through reinterpretation of local literature and empirical research this work seeks to understand the strategies by which the State of Tocantins and the city of *Duro* are deleting the designation of *sertão* through strategies of *modernization*.

**Key words:** *Deep Sertão*, *Duro*, Dianópolis, Tocantins, modernization, refusing, traditional social relationship.



**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 01	Genealogia Família Wolney Tronco: Abílio Wolney e Filomena Teles F. de Miranda	p.73
Figura 02	Genealogia Família Póvoa I Tronco: Francisco Liberato Póvoa e M <sup>a</sup> Costa Rodrigues.	p. 83
Figura 03	Genealogia Família Póvoa II Tronco: Francisco Liberato Póvoa e Regina Costa Ribeiro.	p. 84

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 01	Situação administrativa <i>Duro / Dianópolis</i>	p. 34
Tabela 02	Lista de Produção Irmãos Wolney	p.71
Tabela 03	Família Póvoa - Executivo Municipal	p.82
Tabela 04	Irmãos Póvoa: Narrativas semelhantes	p. 89
Tabela 05	Representações das Regiões Norte/Nordeste Sul/Sudeste no Estado do Tocantins	p. 107

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	12
<b>CAPITULO I: “O BARULHO DO DURO”: SERTÃO E MEMÓRIA.....</b>	17
I. 1 <i>Duro</i> - Sertão	19
Profundo .....	
I. 2 De <i>Duro</i> a Dianópolis	28
.....	
I. 3 <i>O Barulho</i> e suas versões .....	36
I. 4 O inventário e seus desfechos .....	47
I.5 A luta pela memória dos atores .....	54
I. 6 Coronelismo no <i>Duro</i>	58
.....	
I. 7 Memória	63
Local.....	
I.8 Três narrativas em disputa .....	66
<b>CAPITULO II: TOCANTINS - NARRATIVAS DURENSES.....</b>	76
II. 1 Modernizadores do Sertão .....	78
II.2 Tempos e fronteira.....	91
II.3 Os Dois Goiás .....	95
II. 4 Nordeste x Sudeste .....	102
II. 5 Tocantins e as narrativas .....	108
II. 6 Epopéia militar pelo <i>sertão</i> : Abílio Wolney e a Coluna Prestes .....	113
II. 7 Sertão Hostil .....	119
II. 8 Ex-Goianos: Identidade em questão .....	122
<b>CAPÍTULO III: DURO TOCANTINS: NARRATIVAS E CONTRA-NARRATIVAS.....</b>	
III. 1 <i>Duro</i> : tecendo contra-narrativas .....	133
III. 2 Reprodução de narrativas: “de corredor da miséria à oásis de desenvolvimento” .....	137
III.3 “O progresso chegou” .....	140
III.4 O fim do <i>sertão</i> .....	143
III.5 Moradores de Dianópolis falam do Tocantins .....	145
III.6 Tocantins: narrativa do encontro de culturas .....	146
III.7 Identidade em processo .....	148
III.8 Tocantins e a educação.....	149

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	153
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	157
<b>ANEXOS</b> .....	164
<b>FOTOS</b> .....	171

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O chapadão, no pardo, é igual, igual – a muita gente ele entristece; mas eu já nasci gostando dele.

(Guimarães Rosa, 2006 p. 33 )

O interesse pela temática da identidade tão discutida e propagada nas ciências sociais, associado ao interesse crescente nas questões regionais, levaram-me a pensar o Estado do Tocantins, onde nasci e onde passei grande parte da minha vida. Intrigava-me compreender como por meio de um ato político, para Bourdieu (1989) um ato mágico, tinha deixado de ser goiana e era agora tocaninense. Embora minha certidão de nascimento, minha identidade (registro geral - RG) me dissessem que era goiana, tinha que aceitar que minha identidade nova dizia que agora era uma ex-goiana. Questionava-me, sem ainda ter nenhum aporte teórico ou metodológico específico, como minhas realidades simbólicas, tais como memórias, afetos, sentimentos, imagens, crenças e moralidades que eram concebidas por mim como goiana, agora se dissipavam, desvaneciam.

E foi assim que me vi envolvida com este estudo que tinha, a princípio, o anseio de analisar o processo de construção da identidade tocaninense, a partir das narrativas que inauguram tradições e que pretendem singularizar o Estado do Tocantins. Para tanto, fez-se necessária a reflexão sobre a construção simbólica do Estado, tendo como sustentáculos narrativas produzidas por *durenses*. A seleção do tema, a delimitação do objeto e a definição do contexto de estudo foram adquirindo contornos ao longo da graduação e pós-graduação. A disciplina *pensamento social* despertou-me para a riqueza da temática *sertão*, associada à questão do Estado do Tocantins e à revelação da identidade em formação.

A proposta de analisar as narrativas construídas sobre o “velho *Duro*” e suas histórias do *Barulho*, que me foram narradas desde tenra infância, sempre foram instigantes. Associado a este, posteriormente um agudo interesse em tentar compreender as narrativas recentes sobre o Estado do Tocantins. O “novo” Estado está comprometido com a construção de novas narrativas e de visibilidade para o seu território. Essa visibilização ocorre tendo como central a idéia de “modernidade” e de “progresso”. Assim, este trabalho tem o agudo interesse em perceber como a idéia de “moderno” convive e se relaciona de perto com a idéia de “tradicional”. Sendo que as narrativas demonstram deslocamentos, fissuras, fendas, que compõem e recompõem um novo discurso, tendo como protagonistas os mesmos grupos, sob novas roupagens, sob novos títulos.

O trabalho foi árduo e se justifica por não haver, com raras exceções, estudos que problematizem como o Estado do Tocantins vem construindo suas recentes tradições, embora este trabalho não tenha a pretensão de abarcar toda a problemática. Em geral, os estudos existentes naturalizam e congelam invenções recentes em um processo de continuidade histórica que em algumas narrativas remetem ao século XVIII, transformando-as em

tradições. O exercício foi o de estranhar categorias amalgamadas e naturalizadas na construção da visibilidade do Estado do Tocantins, acompanhando o processo mesmo de invenção dessas tradições pelas elites políticas e intelectuais.

Este estudo tem a seu favor o aspecto de ser executado de dentro, a partir do olhar etnográfico de uma “nativa”, o que embora possa pesar contra o pensamento dos que buscam objetividade a qualquer preço, favorece a construção de uma etnografia do espaço social e afetivo tocantinense. O estranhamento foi buscado por meio do olhar disciplinado pelas teorias.

A contribuição dessa pesquisa é a discussão de como se formam e se consolidam tradições, temas importantes para as Ciências Sociais. A apreensão destes fenômenos sociais no Estado do Tocantins é ilustrativa, pois são processos que estão sendo gestados de forma explícita, nas duas últimas décadas. São tradições que estão em processo de consolidação por se tratar de um Estado criado em 1988. Pode-se acompanhar o processo de construção das tradições empreendido por suas elites, para produção de uma imagem unificadora do Estado.

Utilizo aqui para efeito de compreensão da pesquisa a denominação *narrativas durenses* para denominar as narrativas construídas por uma elite local composta por membros das famílias consideradas “tradicionalistas” na cidade. O termo *durense* aqui não possui nenhum sentido pejorativo e faz alusão ao nome da localidade, utilizado até 1938, e que ainda é uma denominação usual na cidade.

Dianópolis é uma cidade histórica<sup>1</sup> e considerada um dos “berços da cultura tocantinense”. Assim, *O Duro Tocantins* é uma tentativa de compreender diversas narrativas que se somaram para formar um recorte espacial. O contexto é, portanto, o Sudeste do Estado, conhecido como sertão profundo ou entranhas do sertão. Os escritores locais, aqui chamados *durenses*, travam uma batalha pela hegemonia da memória na localidade, uma luta pela autoridade narrativa e um esforço por visibilidade. Possuem grande preocupação em produzir narrativas que possam intervir na constituição e formalização desta memória.

Na urdidura do capítulo 1, buscou-se através de narrativas sobre o antigo *Duro*, atual cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins, produzir um exercício de estranhamento das categorias: *sertão e tradição* por meio da *memória*. Tendo como lugar de pesquisa esta localidade, que é uma das mais antigas cidades do Estado do Tocantins e considerada um dos

---

<sup>1</sup> De acordo com a *Fundação Cultural do Estado do Tocantins* as cidades históricas e com monumentos históricos são: [Arraias](#), [Dianópolis](#), [Monte do Carmo](#), [Natividade](#), [Paraná](#), [Porto Nacional](#), [Tocantínia](#), [Tocantinópolis](#).

berços históricos e culturais do Estado, situado na região sudeste, é considerado o *portão do sertão*. As fontes utilizadas na elaboração do primeiro e segundo capítulo, nas denominadas *narrativas durenses coronelísticas* e *narrativas durenses dos modernizadores do sertão*, tiveram como suporte os diversos livros produzidos por estes.

Nas *narrativas coronelísticas*, foi feito um levantamento dos livros produzidos na localidade e que tratavam da questão do *Barulho* e seus desdobramentos no *Duro*. Não foi difícil verificar que a grande maioria dos livros existentes na localidade sobre o tema *Barulho* era produzida por membros da elite local. Assim, a família Wolney lidera com o maior número de títulos que tratam deste período. Carregam uma aparente missão de redimir e limpar o nome dos Wolney de qualquer nódoa que possa ter ficado ou possa ter se insinuado durante os períodos que antecederam e sucederam o *Barulho*. Além das *narrativas durenses*, o romance *O tronco*, de Bernardo Elis, é utilizado como suporte devido ao envolvimento do autor com a temática tratada e a interconexão entre literatura, história e sociedade.

A historiadora Dalísia Doles (1977) descreve essa família da seguinte forma: “Os Wolney matam, mandam matar e surrar seus inimigos, são garanhões e também, por isso, impõem-se a uma coletividade caracteristicamente sertaneja submissa e passiva diante do chefe” (p.21). Esta descrição difere completamente da produzida pelas *narrativas durenses*, comprometidas com a lógica coronelística, que ignoram a dinâmica das relações de poder, dominação, opressão e que procuram produzir uma imagem maximizada da família Wolney e, especialmente, do Coronel Abílio Wolney. O romance de Bernardo Elis, *O tronco* que trata do *Barulho* e das disputas por poder na localidade foi rejeitado pela classe hegemônica. Com a divisão do Estado, a alegação cada vez mais recorrente é que a história de Goiás não tinha nenhum interesse em compreender a história do Norte do Estado, atual Tocantins. O isolamento, abandono e pobreza são elementos centrais nas narrativas produzidas para o Norte e o Nordeste goiano que posteriormente tornam-se Tocantins. São recorrentes as reivindicações da família Wolney para um revisionismo da história em que teriam sido preteridos.

No capítulo dois, é perceptível nas *narrativas durenses* a substituição da narrativa circular e recorrente, centrada no *Barulho* e na figura do Coronel Abílio Wolney, produzida pela família e a narrativa produzida por outra família que ganha poderes hegemônicos na localidade. Após o *Barulho*, a família Póvoa adota estratégias matrimoniais, ligando-se pelo casamento a outras famílias da elite local e, assim, aumentando seu poder. É na produção de narrativas de membros desta família que se destaca a idéia de *modernizadores do sertão*, sintonizados com o momento político da divisão do Estado de Goiás e do surgimento do

Estado do Tocantins, alinham-se com os produtores da visibilidade do Estado. Pretendem construir uma nova imagem e negar as imagens anteriormente produzidas para o mesmo recorte espacial. São livros que tratam do Estado do Tocantins e do *Duro/ Dianópolis*, a partir do olhar de autores *durenses*, ao perceber e problematizar o antigo *Duro*, localizado no *Nordeste* goiano, hoje Dianópolis e o Estado do Tocantins, como comunidade imaginada. Analisar o que particulariza e individualiza sob a ótica destes autores, e como vários discursos e práticas somam-se para nomear o recorte espacial do Tocantins. Compreender por que estes autores interessaram-se em tentar essa construção e como construíram, assim, uma imagem de “modernizadores do *sertão*”.

O terceiro capítulo, que trata das *narrativas incorporadas*, tenta captar como as diversas narrativas construídas pelos *durenses* da elite local e pelo Governo do Estado do Tocantins estão sendo apropriadas hoje por diversos sujeitos. Como são apropriadas, reproduzidas e reconstituídas estas diferentes narrativas que buscam construir uma imagem sobre o Tocantins e também sobre Dianópolis e *Duro*. E, ainda, como as representações das novas tradições estão sendo incorporadas no discurso da identidade em constituição do Estado do Tocantins. Assim, tiveram como base entrevistas feitas com professores e alunos de três colégios da cidade sendo estes: Escola Estadual Coronel Abílio Wolney; Escola Estadual Antônio Póvoa; Colégio João D’Abreu<sup>2</sup>. Além destes, também foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com diversos outros moradores da cidade e algumas pessoas idosas. Entre os mais velhos pertencentes a famílias hegemônicas foi recorrente a percepção de uma narrativa cristalizada, sobre a história da família, os elementos que devem compô-la. Alguns questionamentos eram recorrentes como: E você é de qual família? Quem são seus pais? Você é do povo de quem? Por assinar com o sobrenome *Rodrigues* fui, diversas vezes, chamada de *parente, prima*, o que facilitou o acesso a alguns. Sendo presenteada com dois livros *durenses* com dedicatórias do tipo: “a minha prima com muita estima”.

No processo das entrevistas não houve resistência à solicitação. Foram feitas ao todo dez entrevistas com professores, dez com alunos de dois colégios da rede estadual e de um colégio conveniado e mais cinco entrevistas com outros moradores. Pareceu-nos importante realizar um estudo que articulasse a escrita de uma narrativa local com a história e visibilização do Tocantins e Goiás. Na viabilização deste trabalho, alguns embates foram centrais como infinidade de pontos que foram vislumbrados e a delimitação de uma abordagem. Outro fator de embate foi o tempo que teve que ser dividido com tantas outras

<sup>2</sup> Os nomes dados as estas escolas referem-se a membros das famílias hegemônicas na cidade como um dos prefeitos Antônio Póvoa e o próprio Coronel Abílio Wolney. Quanto a João D’ Abreu foi um dos políticos de destaque do chamado Nordeste goiano, natural de Taguatinga.



atividades. O processo de produção de pesquisa passou por um envolvimento com um olhar disciplinado e um amadurecimento sobre o objeto devidamente delimitado.

## CAPITULO I

### ***“O BARULHO DO DURO”*: SERTÃO E MEMÓRIA**

O sertão do Duro, hoje Dianópolis, fica muito além da Chapada dos Veadeiros, pra lá das cabeceiras do Tocantins, adiante do rio Paraná. Perde-se, poeirento, luminoso, azulado e cinzento, nos sopés da Serra Geral, que alguns ainda chamam Serra da Bahia, e que divide Goiás de Minas, Bahia, Piauí e Maranhão. É, ainda agora, um sertão primitivo e selvagem, de pastoreio, roças, cheio de lendas e superstições.<sup>3</sup>

---

<sup>32</sup> A idéia de sertão como um lugar selvagem, primitivo, ligado a superstições e lendas tão presente no chamado pensamento social brasileiro está ligado às dicotomias centro/ periferia, litoral/ sertão, civilizado / selvagem que retomaremos posteriormente.

(Macedo, 1980, p.11)

O objetivo deste capítulo é, através de narrativas sobre o *Duro*, atual cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins, tecidas por membros da elite local, produzir um exercício de estranhamento das categorias: *sertão e tradição* por meio da *memória*. O contexto é o Sudeste do Estado, conhecido como *sertão* profundo ou entranhas do *sertão*. O ponto de partida é recontar o *Barulho*, denominação local para um evento ocorrido nesta cidade, no início do século passado.

*Barulho* é uma palavra que na linguagem popular adquire aspecto polissêmico. *Barulho* pode significar ruídos, incômodos, desordem, arruaça, confusão, agitação, motim, indisciplina infantil, festas, carnaval, algo sem efeito real (*é só barulho*) entre outros. No caso analisado, *Barulho* passou a significar conflitos político-militares que duraram em torno de três anos no antigo *Duro* e circunvizinhança. A desordem cotidiana alterou a estrutura da localidade.

Bernardo Élis (1980), em introdução ao livro *Quinta-feira Sangrenta*, descreve o *Barulho do Duro*, como:

(...) as lutas desencadeadas no distante povoado de São José do Duro, hoje Dianópolis, nos limites de Goiás com a Bahia. (...) A cidade sitiada por jagunços, os sitiados abrindo cisternas dentro das casas, fazendo trincheiras, tentando fugir, sem esperança de receberem auxílio numa região totalmente isolada naquele deserto do sertão (p. 5).

A análise deste evento parte do sentido atribuído pelos escritores da localidade, membros da elite “*durense*”, e como estes se apropriaram e assimilaram este evento passando a construir uma pedagogia e uma “verdade dos fatos”. Cabe, ainda, perceber a construção de uma tradição escrita vinculada a uma rede de circulação de autoridade local e como a oralidade (captadas em entrevistas) se entrecruza ou se distancia desta. Serão utilizados, neste capítulo, fontes historiográficas diversas e livros literários dos chamados “autores regionais” que construíram uma tradição local.

Tradição, utilizada aqui no sentido etimológico, derivado do latim *traditio*. Significa, transmissão, entregar, aquilo que uma geração herda da sua precedente e transmite para às seguintes. Como assinala Godoi (1999) “por meio de elementos ditos ou escritos algo é entregue, passado de geração a geração.” (p.110).

---

Walter Benjamin (1993) já apontou a tradição como algo compartilhado por uma comunidade humana, sendo retomada e transformada, em cada geração, transmitida de pai para filho. Caracteriza o ato de narrar como de fundamental importância para que a tradição não se perca, para que não caia no esquecimento. O narrador, nos termos de Benjamin (1993), deveria transmitir o que a tradição oficial ou dominante, não recorda. Uma tarefa de narração e de transmissão do inenarrável implicaria em fidelidade aos mortos, ao passado - principalmente - quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido. A importância da tradição no sentido concreto de transmissão e de transmissibilidade e a autoridade do narrador (moribundo) são ressaltadas no seguinte trecho:

No entanto não é só o saber ou a sabedoria do homem, mas acima de tudo sua vida vivida – a matéria de onde surgem as histórias – que assume forma transmissível primeiro naquele que morre. Da mesma maneira como no íntimo do homem entra em movimento, com o correr da vida, uma seqüência de imagens – que consiste nos pontos de vista da própria pessoa, entre os quais sem se aperceber ele encontra a si mesmo – aos seus gestos e olhares incorpora-se de repente o inesquecível e transmite, a tudo que lhe disse respeito, a autoridade de que até o mais miserável pé-de-chinelo dispõe diante dos vivos, na hora de morrer. Esta autoridade está na origem da narrativa (BENJAMIN, 1993, p. 64).

Transmitir por meio de narrativas várias (orais, escritas, fábulas, lendas e mitos), produz uma codificação como grupo e eleição de acontecimentos e personagens significativos. É a crença de um povo, algo que é seguido conservadoramente e com respeito através das gerações. É história incorporada e também recriada, como nos lembra Godoi (1999):

(...) o passado é uma construção e interpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Consideramos que as versões do passado são instrumentos fundamentais de definição da realidade atual e perspectivas futuras, mas que o contrário não deixa de ser verdadeiro, isto é, as perspectivas de mudanças futuras também podem redefinir versões do passado, de forma a tê-las, até mesmo, como instrumento de ação política. O grupo, assim, não se define só espacialmente, mas historicamente também; ele possui uma memória social e coletiva, enfim, uma história, que é recriada segundo o universo simbólico dos sujeitos e as condições sociais nas quais estão imersos (p. 28- 29).

Neste sentido, interessa produzir uma reflexão que desnaturalize as análises de tradições, costumes e hábitos. Hobsbawm e Ranger (1997) enfatizam que a tradição possui características próprias que a diferenciam, por exemplo, do costume. Enquanto, o costume tem dupla função de motor e volante, não impede as inovações e pode mudar, a idéia de tradição está ligada à suposta invariabilidade, a

práticas fixas, normalmente formalizadas e s à repetição, embora o conteúdo da tradição mude, pois é recriada dentro de um universo de significação.

Para compreender estes movimentos, é interessante pensar com Albuquerque Jr. (2001) que afirma que a distribuição espacial de sentido de determinado lugar deve ser compreendida pelo rompimento com as transparências destes espaços e de suas linguagens. É preciso pensar a espacialidade como “acúmulo de camadas discursivas e práticas sociais”, onde ocorre a interseção entre linguagem/discurso e espaço/objeto histórico.

### **1.1 Duro - Sertão Profundo**

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade

(Guimarães Rosa, 2006, p. 08 ).

Dianópolis, em muitos relatos, é descrita como “*princesa do sertão*” e “*portal do sertão*”. Está localizada no Sudeste do Estado do Tocantins, a 352 km de Palmas, Capital do Estado. Em uma latitude 11°37'40" Sul e a uma longitude 46°49'14" Oeste, estando a uma altitude de 693 metros. Sua população, de acordo com IBGE (2007), é de 18.537 habitantes. Possui uma área de 3.229,9 km<sup>2</sup>. Os limites atuais são a Leste: o Estado da Bahia e o município de Novo Jardim, a Oeste: Porto Alegre e Almas, ao Norte: Rio da Conceição e Bahia, ao Sul: Taipas e Conceição do Tocantins. O município tem, ainda, os seguintes povoados: Lajeado, Lages, Missões, Duas Pontes, Pedra Furada, Jatobazeiro e Brejo Fechado.

Assim, em uma investigação sobre o *Duro*/Tocantins é relevante a análise dos estudos que refletem sobre a categoria *sertão*, e este Estado é reconhecido em algumas de suas partes como *sertão profundo* ou *entranhas do sertão*. De acordo com Sena (1998), *sertão* é uma das mais poderosas representações da cultura brasileira, um mito de brasilidade que se constrói e se estrutura no imaginário nacional. *Sertão*, dentro do pensamento social brasileiro, apresenta-se como uma categoria absorvente, abrangente, polifônica e polissêmica. O *sertão* foi pensado, cantado, filmado e retratado como um lugar privilegiado, como uma fonte de nacionalidade. Dentre outros sentidos, o *sertão* recorrentemente tem sido visto como um espaço geográfico específico, um lugar que se coloca em visível oposição a outro espaço geográfico privilegiado, o *litoral*. Como é apresentado no livro de Aires (2002), em

imaginado diálogo entre o juiz Calmon e um dos membros da Comissão de inquérito que se dirigia ao *Duro*:

Vossa Excelência estamos aqui para cumprir uma missão, esquecendo das formalidades! – cortou Calmon, irritado. – Os meios justificam os fins. Lembre-se que não estamos na Capital, cercados de segurança, e, sim, no sertão, tratando com gente perigosa, de costumes diferentes. Portanto, as regras do jogo deverão ser alteradas se quisermos sair vivos daqui! (p.70).

Como construção ideológica, o *sertão* não é uma região homogênea, mas abarca muitas possibilidades de associação. Também a população que vive no *sertão* é diversa. Existem muitos tipos de *sertanejos*, assim como tipos de construções ideológicas sobre o *sertão*. Em *O tronco* (1974), Bernardo Élis apresenta a identidade sertaneja composta por diferentes tipos sociais (como os camponeses, cangaceiros, jagunços, soldados), destacando-se a ação masculina no *sertão*. Os homens são diferenciados, já as mulheres e crianças são indiferenciadas, como mostra a introdução do seu livro, em que oferece ao sertanejo englobado nestas diversas identidades: “Ofereço este livro aos humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura”. (p. 08).

O *sertão* é um lugar de encontros e de disputas, razão porque é uma categoria interessante para se pensar o Brasil como um todo. Porém, esta categoria tem sido tomada constantemente como um dado, não tem sido devidamente estranhada, problematizada, vista de forma mais aprofundada. De acordo com Suárez (1998), isso se dá em razão de *sertão* ser uma categoria que evoca “uma experiência cultural permeada por imagens afetivas, por sentimentos e também por sentimentalismos”, sendo, portanto extremamente resistente ao estranhamento disciplinar, pois remete a algo familiar, a uma experiência próxima. Diante do olhar tradicional, *sertão* é lugar onde alguns “brasileiros habitam” (p.29). A análise do *sertão* nos leva a quadros interpretativos da sociedade nacional e é, especialmente, instigante pensá-la como uma categoria sociológica de reflexão do Brasil.

Na teoria social brasileira, o *sertão* está ligado ao conceito de fronteira, que é definida por alguns, como fronteira de expansão, frentes pioneiras, fronteiras em movimento entre outras. Em grande medida, porque a problemática da expansão das relações sociais e econômicas dá-se no *sertão*, cuja *fronteira se move* e se *interioriza* com os agentes que promovem a expansão das relações socioeconômicas capitalistas e isto se insere no *sertão-interior*, onde vão gerar potencial econômico sendo que parte do *sertão* submerge a estas relações.

Historicamente, dentro do pensamento social brasileiro as dicotomias *centro/periferia* e *litoral/ sertão* referem-se a áreas distanciadas do ponto de vista geográfico, com acesso difícil, o transporte e a comunicação praticamente impossíveis. Ele está ligado a uma natureza dura de vegetação composta de erva daninha, cerrado de cactos e arbustos espinhentos, agreste e hostil. Um lugar de obstáculos aos possíveis intrusos, onde se destacam a natureza e o perigo.

O antropólogo hondurenho Borjas (1995), na década de noventa, desenvolveu trabalho de campo em *Dianópolis/Duro* e na introdução de sua Tese descreve a surpresa das pessoas e uma declaração recorrente: “usted está loco, esse lugar está perdido en el mapa”. E também seu desafio e espanto ao enfrentar o *sertão*:

(...) el tiempo y el camino me parecieron interminable, porque la via de acceso era terrible. La polvazón, los baches, las puentes en mal estado, los rios, la pobreza de la zona, las enfermedades endémicas de las que todo mundo hablaba... todo aquel cuadro fue asustante. En aquel momento pensé que sería una locura hacer el trabajo de campo allí y que me moriría por el aislamiento y por lo extraño a mi mundo que aquella gente me parecía (p.vi).

De acordo com o historiador Russel-Wood (1998), o *sertão*<sup>4</sup> é associado também à desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade. Era visto como um lugar povoado por pessoas marginalizadas, “*grotescas*” e que não seguiam os limites impostos pelos padrões da igreja católica, da moralidade, da cultura e das relações interpessoais. *A civilidade estava ausente, o barbarismo reinava.*

Em uma discussão que toma o *sertão* como objeto de estudo, Sena (1998) destaca que o *sertão* condensa uma pluralidade de significados e imagens fugidias diversas. Na análise que faz da clássica obra de Euclides da Cunha - *Os Sertões* – a autora enfatiza que o olhar do litorâneo narrador espanta-se ao deparar, não apenas com as disparidades econômicas e geográficas no *sertão*, mas com uma forma de organização social específica, um modo de vida característico, uma outra *Pátria*, um outro Brasil. Euclides da Cunha narra emoções e sensações dos soldados do “exército brasileiro” que se sentiam em “*terra estranha*”:

Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca. Invadia-nos o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A

---

<sup>4</sup> Em discursos mais recentes o *sertão* tem sido associado também ao ecossistema de extensa área de terra árida e semi-árida, dos interiores do Brasil, submetidas aos excessos de temperatura e clima, a longo período de seca. Ver, especialmente, Manuel Correia de Andrade nos livros: *Geografia do Brasil: Região Nordeste* (1962); *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963); *Nordeste Espaço e Tempo* (1970) entre outros.

separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da Pátria (CUNHA, 1963, p. 396).

A narrativa parte do *olhar litorâneo* de Euclides da Cunha, fala de suas sensações e, a partir deste olhar, dá voz aos soldados, que provavelmente eram também *sertanejos* recrutados para o exército. Até que ponto era outra terra, outra gente e outros hábitos?

Um *outro sertão geográfico*, mas não tão diferente, aparece como cenário do romance de Bernardo Élis, *O tronco* (1974). *Sertão* lembrado unicamente para arrecadar impostos e recrutar soldados para o exército. Como o caso do *soldado Baianinho*, narrado por Élis. Era um goiano do norte do Estado que se dizia baiano “mode se dar ao respeito”. *Camarada*<sup>5</sup> do Coronel Batista que, a partir de manobras políticas, o colocou na polícia e recebia seu ordenado. A dívida surgira a partir de uma relação de exploração:

Dívida fantástica, dívida inventada pelo coronel. Baianinho comprava uma rapadura, o coronel assentava duas em sua conta; no mercado a rapadura custava quinhentos réis, nos assentamentos do coronel cada rapadura custava o dobro. Com cinco anos, Baianinho devia tanto que não pagaria ainda que trabalhasse o restante da vida (p. 88).

O *soldado Baianinho* tinha o sonho de conseguir sua liberdade por meio do trabalho. Quando surgiu a oportunidade “Com o barulho do Duro, Baianinho se meteu na Força, pois o ganhamo de soldado era dobrado” (p.89).

A tropa de soldados, com muitos *sertanejos*, não tão diferente da descrita por Cunha (1963), segue também para uma missão no *sertão*. A narrativa de Aires (2002) assim descreve a viagem da tropa: “Pelos vales, chapadas e planícies, a força marchava atravessando rios e córregos, subindo serras e descendo boqueirões sombrios... Sob o sol a pino, a tropa marchava a pé, pisoteando o chão duro e seco... Nesses confins, o sertão é hostil e traiçoeiro” (p. 59).

O pelotão teria gasto em torno de sessenta dias para chegar ao *Duro*, em caminhos descritos da seguinte forma:

A estação da seca estava no seu final. Um bafo bochornal ressecava o solo infértil. Rumores de trovões bramiam lá para as bandas da serra Geral; os soldados olhavam

<sup>5</sup> Regime de camaradagem: “Camarada era qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de viagens e serviços domésticos. Mesmo que as relações de trabalho estabelecidas em lei fossem assalariadas, o salário não se tornava uma relação social, mas apenas uma relação contábil, porque nunca chegava às mãos do trabalhador, que estava constantemente endividado” (SILVA, 2001, p. 40-41).

instintivamente para o céu, dominados pela saudade da chuva. Em derredor, os estigmas da dura estação, patenteavam no solo de vegetação decadente, de árvores desfolhadas, nuas, esqueléticas e troncos retorcidos. Marchando sempre na mesma cadência, os soldados pisavam, bambos de cansaço, no chão duro e escaldante, ora espedroado, ora rachado, baforando as sequeidões de uma terra que parecia queimada pela ira de Belzebu (AIRES, 2002, p. 64).

O *sertão* é este lugar de múltiplos significados, também uma forma de ser, algo que diferencia os brasileiros, uma categoria de pensamento coletivo importante no processo de construção da nação brasileira. Suárez (1998) vislumbra a *categoria sertão* como elemento constitutivo do pensamento social que constrói a nação, como uma *narrativa mítica*.<sup>1</sup>

Em seu artigo *Sertanejo: um personagem mítico*, Suárez (1998), com base em pesquisas feitas há mais de três décadas na cidade de Arraias (atual microrregião da cidade de Dianópolis), no antigo *nordeste goiano*, hoje Estado do Tocantins, imagina poder fazer as mesmas afirmações feitas quando da publicação da pesquisa, tendo para isso o argumento central do *imobilismo e rusticidade sertaneja* que seria o imperativo de sentido ou significado da localidade.

Percebeu Suárez (1998) que os nativos construíram uma classificação para a localidade que se centrava em dois termos: *caatinga e sertões*. Estas classificações possuíam referentes ligados à vegetação: *caatinga* à floresta e *sertões* ao cerrado. Esta forma de classificar também estava ligada à estruturação social do lugar. Pois tendo a história oral essas classificações como centrais serviam também para exprimir diferenças socioeconômicas.

Quando da pesquisa em Dianópolis, Borjas (1995) percebeu que *mato e arraial* eram consideradas categorias inferiores do *sertão*. Ou seja, percebem-se no *sertão*, embora criem no seu interior a classificação *cidade e mato* como pólos, como sinais de oposição entre cultura – natureza. O *arraial* seria o resíduo da cultura construída pelos mais pobres no interior do *mato*.

Atualmente, é instigante perceber como dentro da cidade de Dianópolis, no discurso das pessoas, constroem-se os deslocamentos do *sertão* para a zona rural do município. A construção da categoria nativa *mato* serve para dar nome ao lugar que se coloca em oposição a outro, chamado *rua*. *Rua* é a categoria nativa que serve para indicar o centro da cidade, onde existe o comércio, os bancos, as praças. O *sertão* não estaria mais em Dianópolis, e sim em um lugar distante da cidade. O *sertão* é, portanto, mais distante da *rua* que o *mato*, embora *mato e sertão* sejam, muitas vezes, utilizados como palavras sinônimas.

A classificação *rua* também foi percebida por Suárez (1998), em Arraias, como o lugar onde se localizavam as agências do governo municipal, do Estado e da Federação, os serviços religiosos, educacionais, médicos e lojas comerciais. Embora ela destaque que “A *rua*, como era referida na linguagem do cotidiano a pequena cidade de Arraias, situa-se nos sertões” (p. 36). Em Dianópolis, a *rua* é



uma classificação que não tem nenhuma vinculação com a geografia ou com a vegetação local. A *rua* representa a civilização em contraste com o *sertão* que é o longínquo, o distante.

Além do *povo do sertão*, têm o *povo do mato*, do *catingueiro*, os *geralistas* e o *povo da cidade*. Dentro deste discurso, nem todos são sertanejos, embora tanto a *rua*, quanto o *mato*, o *catingueiro*, o *gerais* estejam inseridos no *sertão*. Sendo todas estas classificações feitas como “protótipo da carência de civilização”. Como destaca Suárez em sua pesquisa: “Entretanto, mesmo que tanto arraianos, como sertanejos, sejam nativos dos sertões, eles são claramente distinguidos pelo discurso sobre os modos de viver e caráter. Neste discurso, os moradores do sertão não são todos sertanejos” (p.37). A atualidade da pesquisa de Suárez é perceptível na confusão de olhares: para quem está em Goiânia, o município de Dianópolis está no *sertão*. Para quem está na *rua*, a *rua* não está no *sertão*, havendo sempre um deslocamento do *sertão*.

Pois com o chamado processo de modernização, *sertão* é visto por muitos como simbolizando o passado, o *atraso*, ou uma relíquia cultural e também o “*cerne da nacionalidade*”. Diante do discurso da modernização, há uma espécie de deslocamento, de ausência, de desconforto em se identificar com o *sertão*. Isso é, especialmente, claro com a construção de Brasília. Os próprios sujeitos do *sertão* interiorizam a representação da modernidade e o fato de estarem no *sertão* pesa contra eles. Como fica claro no depoimento de Élis, escrito na introdução de *O tronco*, “Upa, como é duro e como é desanimador escrever num país de analfabetos e, ainda por cima no sertão, e por cima de tudo num Estado pobre e desimportante como Goiás” (ÉLIS, 1974, p. 22).

O modo de vida no *sertão* é apresentado pelos diversos meios de comunicação com atributos negativos, pela representação de uma “*vida primitiva*”, “*isolada*”, “*rude*”, “*pobre*”. Esta configuração negativa torna-se evidente pela recusa clara e patente de muitas pessoas em fazer parte do *sertão*. Atualmente, em conversas informais com algumas pessoas residentes em Goiânia, muitas disseram não saber onde se localiza o *sertão*, ou lançá-lo para bem distante de onde estavam, deslocando-o para outras regiões ou Estados, como o Tocantins.

Com a construção de Goiânia (1937) e da nova Capital do país, Brasília (1960), há uma busca incessante da elite *durense* de fazer parte da modernidade próxima, movimento que ganha maior força com a construção da Rodovia Belém-Brasília (1958), passando pelo município de Paranã<sup>6</sup>, microrregião da cidade de Dianópolis. As narrativas locais buscam tomar parte na corrente modernizadora iniciada com o projeto de integração nacional ou interiorização iniciada no governo Vargas. Desde 1938, o nome da

<sup>6</sup> De acordo com o livro de Osvaldo Póvoa (1994) e Liberato Póvoa (1999) esta cidade foi sede da Comarca do Norte chamada Comarca de São João das Duas Barras dentro do contexto do movimento separatista do norte goiano.

cidade havia sido modificado de *Duro* para Dianópolis, a cidade ansiava alcançar as tendências da modernidade divulgada no discurso por todo o Brasil.

De acordo com Sena e Lima (2005), no Brasil, a questão regional está ligada a uma “cartografia imaginária da nação”, cujos espaços são definidos como centro, em contraposição a outros espaços, considerados periféricos ou atrasados. Os espaços periféricos são classificados como região “a serem englobados pela nação” (p. 36). Região é, portanto, uma construção simbólica, uma representação cultural que é discursivamente construída como singularidade, como diferença. A construção simbólica da região está ligada a realidades do grupo como: memórias, afetos, sentimentos, imagens, crenças e moralidades, consideradas comuns aos habitantes de determinada região. Para as autoras citadas, estas realidades simbólicas são “constitutivas do fenômeno da região” (p.36).

O *Duro* localizava-se no antigo *sertão* goiano, descrita como “região problema” e abandonada pelas autoridades. Vinculado a esta imagem, as narrativas prosseguem colocando o *Duro* como um lugar privilegiado para “fugitivos se esconderem”, pois ficava “oculto na geografia do Estado de Goiás”, um Estado considerado periférico no contexto nacional. Reproduzindo a imagem do *sertão* como lugar de *difícil acesso, oculto, onde a lei inexistente, transporte e comunicação quase impossíveis, vasta área, escassa população, lugar privilegiado para fugitivos.*

O *Duro*, na época do *Barulho*, mantinha relações comerciais e se identificava mais, de acordo com a *narrativa durense*, com os Estados da Bahia, Pernambuco e Piauí do que com o próprio Estado de Goiás. A posição geográfica do *Duro* teria no século XIX favorecido rotas de migração e a ocupação de famílias vindas do Piauí, Maranhão e especialmente da Bahia por seus limites geográficos. Póvoa (1983) apresenta uma lista de *migrantes nordestinos* que se tornaram “grandes nomes na cidade”, membros da elite local. Algumas dessas famílias dividiram-se indo parte para outros municípios ao redor do *Duro* e estas famílias administravam sua influência na localidade e circunvizinhança. As famílias que viviam no *Duro*, portanto tinham influências e vínculos com famílias que viviam em Conceição do Norte, Natividade e outros municípios. Muitas dessas famílias vindas de Estados que compõem a “região nordestina” tornaram-se grandes latifundiários e poderosos agentes no *Duro*. As narrativas durenses destacam que muitos destes fugiam de lutas entre famílias e polícia e estavam envolvidos na “*questão do cangaço*”.

Borjas (1995) enfatiza que os goianos sabiam que o Norte de seu Estado era um “território de enorme influência nordestina” e que estava sendo povoado por “setores sociais” que foram obrigados a viver à “margem da sociedade civil”, devido aos profundos problemas sociais que implicaram na luta entre famílias e a emergência dos chamados *jagunços e cangaceiros*.

Sobre o *jaguncismo*, Basbaum (1981) o caracteriza como um ambiente social cujo principal fundo norteador era “a fome pura e simples”. Os *jagunços* seriam “frutos naturais do

meio” ligados às poucas oportunidades do *sertão*, um modo de sobreviver. *Jagunço* ou “*cabra*”, portanto, seria um tipo particular de homem: “o sertanejo sem terra e sem meios de obtê-la que se transforma em guarda-costas, capanga, instrumento do dono da terra, do coronel” (p.163).

O *cangaço* foi um fenômeno que ocorreu na Primeira República, especialmente, em sete Estados do país: Pernambuco, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe. De acordo com Rui Facó (1965), as principais causas apontadas para a origem e manutenção do *cangaço* por mais ou menos cinco décadas estão relacionadas à estrutura agrária brasileira e a má distribuição da terra.

Chiavenato (1990) afirma que os *cangaceiros* não impunham risco ao sistema, pois embora constituíssem uma “classe potencialmente revolucionária”, não eram “revolucionários”, pois não “contestavam o sistema”. A seca era considerada a origem de sua desgraça e, portanto, a luta era contra a fome. Sem tradição de revolta, envolvidos numa situação de completa miséria, caíam no “crime” em busca da sobrevivência. O *cangaço*, portanto, estaria relacionado às eternas dívidas, às humilhações pessoais, às perseguições e impunidades diversas cometidas pelos latifundiários. Assim, teria nascido o *cangaço*, fruto de um conjunto de opressão social ou tensões próprias deste contexto específico.

De acordo com a *narrativa local*, os imigrantes que fugiam das lutas envolvendo a questão do *cangaço* favoreceram a inserção do *Duro* no ciclo produtivo agropecuário nacional, pois a economia local foi impulsionada com o novo grupo de imigrantes. O *Duro* neste período recebeu figuras destacadas na *história do cangaço* como Luiz Padre e Sebastião Pereira conhecido como *Sinhô Pereira*, filho do Coronel Andreelino Pereira da Silva, o *Barão de Pajeú*. Era alfabetizado e trabalhava no campo, mas por conflitos entre famílias, ingressou no *cangaço*, tornando-se “chefe e comandante de tropa”. Pressionado politicamente e perseguido por forças policiais, mudou-se para o *Duro* juntamente com outros parentes (PÓVOA, 1980).

Sobre a imigração desta família assim descreve Alencar (2003):

Preocupado com os rumos que essas lutas de família tomavam, o Padre Cícero Romão, do Ceará, aconselhou Luiz Padre a abandonar o Nordeste. Em 1920, Luiz Padre – já com o nome de José Andreelino ou Zeca Piauí – chega ao sertão de Goiás, mais precisamente em São José do Duro (Dianópolis), onde se casa com Amélia Póvoa, esta com 13 anos de idade. O primo de Zeca, Sinhô Pereira (os pais eram irmãos), teve de retornar a Pernambuco. Só mais tarde, eles voltaram a se encontrar em São José do Duro, região também conturbada por lutas locais. Com eles vieram remanescentes do grupo e o major José Inácio, líder político da cidade do Barro

(CE). O assassinato do major, de forma vil, gerou cruento conflito com a facção do líder político da região, o ex-deputado Abílio Wolney <sup>7</sup> (p. 13).

E a narrativa *durense* diz que ao deixar o cangaço, no ano de 1922, *Sinhô Pereira* entregou sua tropa para o comando de *Virgulino Ferreira da Silva*, que mais tarde recebeu o nome de *Lampião*. O que teria feito de *Sinhô Pereira* o “único homem que deu ordens a *Lampião*”, pois iniciou Virgulino Ferreira nas “atividades cangaceiras”. Destaca-se nesta família o nome de Hagahús Araújo e Silva, filho de Luiz Padre e primo do *Sinhô Pereira* e que teve uma ampla vida pública na cidade de Dianópolis, sendo prefeito de 1966-1970, Deputado Estadual e Deputado Federal pelo Estado de Tocantins.

## 1.2 De *Duro* a Dianópolis

Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar .

(Guimarães Rosa, 2006, p. 25 )

A historiografia sobre Dianópolis, produzida por *durense*s e por outros autores, destaca o lugar como um dos mais antigos e como um dos berços históricos e culturais do Tocantins. A narrativa mítica de fundação da cidade, como da grande maioria das cidades do Tocantins, Goiás e diversos outros Estados brasileiros evoca elementos como *ouro*, *aventureiros* e *índios*. Godoi (1999) adverte que este tipo de narrativa não pode ser enquadrada no domínio do mito ou no domínio da história, pois se situa na intersecção de ambos. Estabelece também que: “Não se trata de assimilar aqui a história ao mito, ou vice-versa; o que se assiste é um caminhar da história em direção ao mito, através do trabalho da memória” (p.20).

As narrativas locais começam estabelecendo que a região que hoje é o Sudeste do Estado, era habitada pelas tribos indígenas “Gueguê, Assu, Akroá, Xacriabá e Xerente”. Sendo os três últimos considerados os mais aguerridos e agressivos na defesa de suas terras. De acordo com Parente (2001), o aldeamento e aliciamento de índios no Norte da capitania de Goiás geraram as aldeias de *São Francisco Xavier do Duro* e *São José do Duro* – também conhecidos como aldeamento de *Formiga* e *Duro*. Estes aldeamentos estavam sob a

<sup>7</sup> De acordo com Alencar (2003) até o final da vida Luiz Padre foi o maior inimigo do Coronel Abílio Wolney, mas destaca também que os vínculos formados por casamentos entre as famílias sempre amenizaram as inimizades: “A mulher com quem Hagahús se casou em 1955, sobrinha-neta de Abílio Wolney, era tratada com mimo de filha pelo sogro, Luiz Padre (Zeca). E Alencar destaca ainda que ha dois anos (2001), o juiz de Direito Abílio Wolney Neto se casou com uma neta de Hagahús e bisneta de Zeca, a advogada e procuradora Luíza Helena” (p.20).

“orientação dos jesuítas”. Os índios eram capturados à força, pegos a laço, peados e conduzidos ao interior do aldeamento.

Coelho (2008) também destaca que a origem do *Duro* prende-se a “descoberta de ricas minas de ouro pelos xerentes do aldeamento das Missões, que fica a doze quilômetros para o norte” (p. 84).

A narrativa tecida por Aires (1990) sobre o mito fundador de Dianópolis descreve que índios Xacriabá costumeiramente faziam suas caçadas na *Grande Mata*, nome dado à localização atual da área urbana da cidade. E a descrição ganha ares anedóticos ao relatar que em uma dessas incursões à *Grande Mata*, uma índia encontrou grandes pepitas de ouro de forma inusitada como demonstra trecho a seguir:

Certa feita, numa dessas ‘grande caçada’, uma índia afastou-se do grupo para defecar e avistou uma grande pedra de cristal, onde resolveu fazer ali suas necessidades fisiológicas. Nesse ínterim, quando evacuava, casualmente, avista uma pedra estranha dentro de um buraco, que lhe chamou a atenção – era uma pedra ricamente incrustada de grandes pepitas de ouro. Com muito esforço a índia conseguiu retirar a rocha e mostrar aos companheiros, que admirados com a beleza desta, resolveram encetar viagem até a comarca de Conceição do Tocantins, para presentear-la ao padre João de Deus Gusmão (AIRES, 1990, p. 30-31).

Esta narrativa sobre a origem do *Duro* causa controvérsias, piadas e muitos a consideram de mau gosto e condenam o autor por ter escrito uma versão tão depreciativa para a localidade. Como Borjas (1995) demonstra no depoimento de um contrariado dianopolino: “Imagínesse que esa historia no dice tanto de los indios como de nosotros mismos, como si fuéramos producto de eso que dicen que hizo que la india encontrara la mina” (p.197).

De acordo com o relato de Aires (1990), o padre João de Deus Gusmão<sup>8</sup> teria solicitado aos mineradores que ensinasse aos *tapuias*<sup>9</sup>, a explorarem a mina, que por direito lhes pertencia. E Aires (1990) continua contando que a mina virou “propriedade dos índios” e ninguém ousava invadir, tendo estes índios conseguido “extrair da mina mais de 250 gramas de ouro, por tonelada”. E o relato continua um tanto romântico, destacando que a fama desta mina teria se alastrado, mas que “ninguém ousava tocar na *Mina das Tapuias*<sup>10</sup> que era

<sup>8</sup> Padre que posteriormente teria batizado *Abílio Wolney* na Vila de Conceição do Norte – um dos personagens dos conflitos do *Duro*.

<sup>9</sup> *Tapuias* - Índios Jê que não falam tupi. De acordo com Aires (1990) a designação *Tapuia* era dada a qualquer indígena da localidade.

<sup>10</sup> A Mina possui 70 metros de profundidade e mais 100 de comprimento e teria sido uma das mais ricas do lugar em teor de ouro por tonelada de minério (280 g), mas suas reservas eram pequenas, o que tornou inviável o seu reaproveitamento. Foi fechada após uma explosão de dinamite na qual vários trabalhadores se acidentaram. Hoje pertence ao Sr. Salvador Rodrigues de Santana e está inundada.

respeitada por todos os homens brancos, pois sabiam de antemão que a sua exploração era de exclusividade dos indígenas” (p. 31).

E de forma paradoxal, o autor descreve que à notícia do ouro vieram “homens ambiciosos, atraindo indivíduos de todos os cantos, sedentos de poder e riqueza fácil” (AIRES, 1990, p.31). E em torno de 1750, por meio do aldeamento indígena e das minas, teria surgido o *Arraial do Duro*, como reitera: “já existiam rústicas habitações de lavradores, pecuaristas e mineradores que viviam do que o chão, o gado, o ouro e a caça lhes davam” (p. 29).

O ouro teria sido largamente explorado por diferentes “aventureiros” durante muito tempo até o século XX, entre as décadas de 1950 e 1960. A narrativa declara que a *Mina das Tapuias* foi explorada até por estrangeiros. Atualmente, está abandonada no centro da cidade. O que se torna estranho é que esta *Mina das Tapuias* não seja mencionada na historiografia goiana, sendo esta ausência justificada por Liberato Póvoa (1999) com o argumento da sonegação:

A curiosidade fica por conta da inexistência de registros conhecidos ou qualquer documento oficial sobre a famosa e riquíssima Mina dos Tapuias, ainda hoje existente em Dianópolis. Só se pode creditar o seu desconhecimento oficial ao fato de ter sido explorada pelo Administrador da Recebedoria do Duro João Nepomuceno de Souza, seu fundador, que se omitiu nos registros para fugir ao pagamento de impostos (p. 25).

Assim, *Dianópolis*, anteriormente *Grande Mata*, depois *arraial aurífero*, recebe o nome de *São José do Ouro* inserido no contexto do ciclo minerador. Os índios, que anteriormente viviam livremente na *Grande Mata*, passam a ser enclausurados no *Aldeamento de Missões*. O nome do lugar foi modificado diversas vezes, afastando sua origem indígena nas narrativas e predominando a idéia do ouro ou a ausência dele. Os nomes atribuídos foram: *São José do Ouro*, *São Jose D'ouro*, *São José do Duro* e *Duro*.

O culto a São José, de acordo com a narrativa local, está relacionado a um relato que tem novamente os índios como “personagens ambíguos”. Esta ambigüidade é ligada a que o índio nunca ocupou lugar central nas narrativas. Assim esta narrativa é repetida por dois *durenses* e o nome do grupo indígena é incerto. Nos relatos de Aires são Xacriabá<sup>11</sup> e em Póvoa, são Xerente, embora as descrições se assemelhem nos dois escritos.

---

<http://cidadebrasileira.brasilecola.com/tocantins/dianopolis.htm> e (<http://ruadebaixo.vilabol.uol.com.br/>)

<sup>11</sup> Os **Xacriabá** são um grupo indígena que concentra suas habitações basicamente no Estado de Minas Gerais e próximo ao Rio São Francisco. Os **Xerente** são um grupo indígena que hoje habitam o centro do Estado do Tocantins, na Reserva Indígena Xerente. <http://www.funai.gov.br>.

Os jesuítas teriam fundado o povoado de *Missões no Duro* e teriam edificado uma capela e colocado a imagem de São José. Os severos castigos e imposições teriam ensejado a fuga de grande parte dos índios deste aldeamento. Porém os indígenas que fugiram em busca de liberdade, conforme os relatos ameaçavam retornar para buscar a imagem de São José.

Póvoa explica a razão do retorno dos índios da seguinte maneira: “por que durante o período em que estavam aldeados, afeiçoaram-se de tal forma com a imagem do Santo que agora julgavam lhes pertencer” (p. 91). E a narrativa continua descrevendo que o cerco teria durado três dias e os indígenas não atacavam, mas também não deixavam ninguém sair do povoado. A água e os alimentos já estavam escassos quando o desfecho se dá com um tiro dado por um dos habitantes do vilarejo provocando a morte do “chefe dos índios” e fazendo com que os demais fugissem, levando consigo o companheiro morto.

A saga dos indígenas em busca da imagem de São José não acaba aí e a narrativa é retomada sem seguir uma ordem cronológica: “Muitas luas se passaram na vastidão célica da *Grande Mata*” (Aires: 1990) quando em 1947 os índios teriam voltado. Porém agora são índios Xerente e não Xacriabá que estão em busca da imagem de São José.

Mais que luas, dois séculos se passaram, e a narrativa continua sem nenhuma explicação sobre este enorme período de tempo, continuando a busca dos índios pelo santo. Apresentando uma visão negativa dos índios, esta narrativa continua descrevendo “o retorno dos índios”. Teriam permanecido na cidade por alguns dias perambulando pelas ruas, até “as autoridades se despreocuparem”, e assim levaram a imagem de São José. A imagem do santo que teria provocado tão grande amor aos indígenas teria um paradeiro incerto. Aires apresenta a possibilidade de estar em uma das “sete aldeias do grupo”, situadas além do rio do Sono (p. 77).

Na narrativa de Póvoa (1980) o grande retorno dos Xerente em busca da imagem de São José teria ocorrido também no século XX, em 1947 estando dispostos a levá-la de qualquer maneira. Centenas de índios teriam acampado próximo ao povoado, desta feita adotando táticas novas. Pediam para ver a imagem, pressionavam, até que finalmente as autoridades presentearam os indígenas com a imagem do santo que teriam feito uma grande festa. Imediatamente transformaram a imagem, pintando o corpo com “urucu, cocar na cabeça, tanga de pena na cintura”. O São José agora era um índio<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre o processo de evangelização produzido pelos jesuítas Pompa (2003) critica o binarismo *vencedor x vencido*, vendo mais do que uma imposição, um amplo processo de traduções mútuas. Como parece indicar o caso de São José acima descrito.

Os eventos marcados pela presença do índio parecem incomodar os narradores. O índio na cidade é índio fora de lugar. Além do índio, a busca pelo ouro encantado e a disputa pelo Santo São José são mitemas, sintetizados na expressão “*espírito do arraial*” vinculados na narrativa tecida por Aires (1987) sobre os eventos do *Barulho*:

De um garimpo se transformou numa pequena vila, e desta, com o progresso, o amor e a justiça, foi formada uma pequena cidade; e antes que esta cidade tomasse um nome definitivo, houve um infortúnio, não só pela influência dos índios que deixaram esta vila, como pela riqueza e muito Ouro encantado que havia aqui. Os índios faziam cerco e queriam guerra! E ela foi feita, porque ninguém sabia que essa guerra poderia ser proveniente do ódio causado pelos indígenas que aqui moravam. Eles de nada sabiam fazer, não sabiam explorar as riquezas que havia neste pedaço de chão, contudo eram os donos do lugar. Logo que chegaram pessoas para explorar as minas, eles correram formando aglomerações aqui e acolá. Muito ódio! Muito ódio! Até que foram para sempre os poucos que restaram, levando seu deus. Adoravam um santo em Santa Missões, como chamavam, e respeitosamente, certo dia, levaram São Lalau e “São José das Missões”. E no transcorrer dos tempos, as riquezas, a criação de gado, as plantações, foram se desenvolvendo aos poucos, os terrenos cercados com dificuldades, e os índios sabendo que essas terras já foram deles. E assim continuaram por ai afora com muita mágoa, rancor e ódio. Entretanto as famílias criaram uma pequena devoção nesse casarão ao lado deste templo, onde se rezavam os ofícios, os textos e as ladainhas, onde eles foram aos poucos se extinguindo. (...) o ódio e o desejo de vindita inesquecível dos índios, que fez com que partissem de suas mentes rancorosas jatos magnéticos, pestilências contra seus usurpadores, cobrindo, assim, a vila com uma atmosfera densa e pesada. E quando um ambiente está impregnado desses miasmas deletéricos, as pessoas passam a andar irritadas e nervosas, como se estivessem numa câmara de gás, bastando uma faísca de desavença para que exploda a hecatombe. Foi o que aconteceu no arraial, em meados de 1918 a 1919 (p.47).

Nesta narrativa, os índios *fora do lugar* deveriam estar mortos, no túmulo. Há uma completa inversão de significados: os índios de usurpados heróis passam a rancorosos vilões. Pois embora descreva que eram os “donos do lugar”, “nada sabiam fazer”. De usurpados, pois a terra era “deles”, passam a ser “rancorosos”, “cheio de ódio”, e “ansiosos por vingança” a tal ponto que suas “mentes” passam a destilar “jatos magnéticos” e “pestilências” contra seus *usurpadores*. Assim o narrador conclui que os índios teriam provocado os eventos do *Barulho* e feito com que o *Duro* adquirisse uma “atmosfera densa e pesada”.

Além do *culto a São José*, outras manifestações religiosas católicas possuem grande força na cidade e se traduzem em homenagens prestadas anualmente, a vários santos. São José é considerado o padroeiro da cidade e a festa em comemoração ao seu dia é 19 de março e é uma das principais do calendário festivo da cidade. A igreja faz quermesses, bingos, serestas, novenas, sendo o ponto culminante da festa à missa campal. Comemora-se também o *Dia do Divino Espírito Santo* ou *Festejos do Divino* e *Nossa Senhora do Rosário*, época que se realizam grandes romarias aos povoados de *Missões* e *Sucupira*. *Missões* fica a 9 km do



centro da cidade e os festejos são realizados no mês de julho. É quando ocorre o encontro de duas folias: a folia do gerais e a folia do sertão. A *romaria de Sucupira* é feita no povoado a 24 km do centro da cidade e também é realizada no mês de julho. É considerado o lugar de encontro de todos os *sertanejos* de Dianópolis, são três dias de festa com a missa dos romeiros no domingo.

A passagem do nome *São José do Ouro* para *São José do Duro* ou simplesmente *Duro* tem explicações diversas. Entre elas está o fato da vila do *Duro* ter sido construída junto a *Serra do Duro*, denominação local de parte da Serra Geral (Póvoa, 1980). Outra explicação está relacionada à ironia camponesa de ser duro encontrar ouro naquelas paragens. Também por ser dura a luta pela sobrevivência. Por outro lado o significado do nome também é atribuído por alguns ao fato das pessoas do lugar serem consideradas “gente dura”, difícil de serem vencidas e também de conviver entre si. A própria idéia de *sertão* indômito está relacionada com o *Duro*, conforme destaca Borjas (1995): “... y éste un sitio que siempre fue identificado como una pequeña parte de las entrañas más profundas del sertão brasileiro” (p. 02).

Em 1938, o *Duro* tornou-se Dianópolis o que para Borjas parece indicar a pretensão de esconder certa parte de sua história e se mostrar uma comunidade atualizada com as novas tendências do país. Uma metáfora que realizaria diversos cortes com o passado, para ganhar uma imagem diferente, “modernizadora”. Este aspecto pode ser percebido no trecho do poema *Dianópolis*, de uma autora local:

Eu quisera te odiar, eu juro,  
Maldizer-te, blasfemar-te em todo o mundo.  
Ó velha cidade, ó ingrato Duro!  
Ó velha cidade, ó ingrato Duro!  
Não posso, eu te dedico um amor profundo.

Onde nasci, onde meus pais nasceram?  
Onde cresci, onde cresceram?  
E onde foi que meus avós morreram?  
Foste tu quem ganhou tudo de seus,  
Tu, a quem tanto amavam, o sangue os sugaste.  
**Mas um dia ao ódio, à violência deste adeus.**  
**E para uma nova vida despertaste.**

(Adélia R. Leal, 1984) [grifos meu]

Ou como declara Liberato Póvoa: “E como Duro ficou conhecida a Vila até sua emancipação, em 1938... Arraias continuou Arraias; Cavalcante, Conceição do Norte, Ponte Alta do Bom Jesus, nenhum lugar sujeitou o povo a novo nome. Só o Duro, que passou a Dianópolis, mas os velhos continuaram a denominá-la de Duro. (...)” (PÓVOA, 1989, p.12).

Em meados da década de 1930, o Brasil vive momento de intensificação da presença do poder público em cada Estado da Federação. Políticas e programas oficiais do governo visavam o desenvolvimento e a industrialização do país. Em Goiás, isso torna-se bastante evidente no governo de Pedro Ludovico Teixeira, que assume a idéia de *modernidade e mudança*. Constrói *slogans* de *progresso* que são contrapostos às imagens de *atraso*, o que torna central a necessidade da construção de uma nova Capital para o Estado (CHAUL, 2002). O *progresso* é aqui apresentado como a categoria que explica a idéia de mudanças, transformações de ordem estrutural evidenciadas em obras públicas, asfalto entre outros que destacaremos posteriormente.

O ano de 1938 e a efetivação do Estado Novo<sup>13</sup> (1937 -1945) são, especialmente, emblemáticos, pois o país vive um momento em que a política constrói discursos de integração nacional, a Marcha para Oeste, a interiorização e a idéia de unificação nacional. Como enfatiza Borges (2004):

Nesse sentido, além de cumprir a dimensão integradora da economia e do território, a ação do Estado ao construir Goiânia também deixa conseqüências no plano subjetivo. O novo espaço afirma-se como “referencial urbano em pleno sertão”, um símbolo de modernização e progresso no dizer dos entusiastas, capaz de centralizar e irradiar os impulsos de crescimento à produção agrícola, bem como de estabelecer novas bases de expansão das “frentes” em Goiás, Centro-Oeste e Norte (p. 188-190).

Borjas (1995) apresenta as alterações de nomes da cidade, relacionando-as com diversas mudanças na economia e na política nacional e estadual. Sistematiza os nomes no quadro abaixo (p. 9), atualizado aqui:

**Tabela 01: Situação Administrativa: *Duro / Dianópolis***

<b>CRONOLOGIA</b>	Século XVIII	Século XVIII e XIX	Século Fim XIX e Início XX	1938 1989	1989-2009
<b>NOMES</b>	<i>São José do Ouro</i>	<i>São José do Duro</i>	<i>Duro</i>	Dianópolis	Dianópolis

<sup>13</sup> Neste período, Abílio Wolney teria confeccionado um traje de couro e presenteado Getúlio Vargas. Também teria nomeado uma das principais praças da cidade atualmente de Praça Getúlio Vargas.

<b>ESTADO</b>	<i>Goyás</i>	Goyás	Goyás	Goiás Tocantins	Tocantins
<b>SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	Arraial	Arraial	Arraial Cidade Município	Cidade Município	Cidade / Município Sede da Administração Regional <sup>14</sup>

Na busca por modernização, portanto o *Duro* tornar-se *Dianópolis* ou cidade das *Dianas*, explicação narrativa para a origem do novo nome. A elite local abraçou a idéia de modernização que era projetada pelo Estado brasileiro, porém mantendo suas leituras do passado, pois o novo nome é uma homenagem a quatro mulheres da elite local, de nome *Custodiana*<sup>15</sup> e apelidadas de *Dianas*. Eram elas: *Custodiana Costa Ayres*, *Custodiana Leal Rodrigues*, *Custodiana Nepomuceno Wolney Araújo* e *Custodiana Wolney Póvoa*. A narrativa de Aires (1990) assim descreve a trajetória do lugar: “Um dia, num passado muito recuado, as Tapuias descobriram uma Mina. Desta Mina surgiu uma Vila, e nesta Vila nasceram as Custodianas. Inspirado na hegemonia das mulheres *Dianas*, surge o nome *Dianópolis*” (p. 24).

Pensar “hegemonia” como uma categoria nativa parece indicar destaque não especificamente destas mulheres, que não exerceram nenhum cargo público ou tiveram grande poder na localidade. Apontam para suas famílias e a representatividade que estas deveriam ter no *Duro* já que a relevância das *Custodianas* está estritamente ligada aos sobrenomes que ganham relevo nas narrativas e proeminência na localidade. Esta análise mostra que longe de serem fortuitos, são nomes que remetem às famílias que lutam por hegemonia aqui vista como categoria analítica. E para que o exercício da autoridade no povoado seja legítimo, é imperativo satisfazer uma condição: ocupar uma posição genealógica (GODOI, 1999), em relação a alguma das famílias que estão emblematicamente representadas nos sobrenomes das *Custodianas*.

De acordo com Borjas (1995) existem opiniões que desaprovam a escolha destas quatro *Dianas* para representarem a cidade, pois a família Rodrigues não estaria bem

<sup>14</sup> A **microrregião de Dianópolis** é uma das microrregiões do Estado do Tocantins que pertence à mesorregião oriental. Com uma área total de 47.172,643 km<sup>2</sup>, sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 118.377 habitantes e está dividida em vinte municípios: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade, Taguatinga, Taipas do Tocantins

<sup>15</sup> Este nome teria sido também uma homenagem a irmã de Abílio Wolney, Ana Custódia que teve o papel de negociar com o irmão para que este não atacasse a vila e para que os reféns fossem libertados.

representada como atesta o depoimento a seguir: “Los Rodríguez eran los que estaban menos involucrados en los pleitos que venía haciendo el Coronel, pero fueron los que más perdieron em el *tronco*, porque fueron la mayoría asesinada. Entre las Dianas no hay ninguna que perteneciera directamente a la família Rodríguez” (p. 135). Porém, apesar do ressentimento, a família Rodrigues se mantém na comunidade de memória e reclama lugar protagônico.

Dianópolis atualmente tem sua economia centrada em atividades agrícolas principalmente na produção de cereais como: arroz, feijão e milho. Possui também uma pecuária “bastante ativa” e vive um momento que é chamado localmente de a “chegada do progresso”. Com a construção dos chamados “projetos do governo” sendo um dos mais destacados o *Projeto Manuel Alves* que consiste na construção de uma barragem no rio Manuel Alves<sup>16</sup> que fará parte de um sistema de irrigação para a o plantio e cultivo de frutas. A Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Tocantins com verba federal está à frente deste projeto. Hidrelétricas e barragens<sup>17</sup> várias têm surgido na cidade. O Tocantins e a cidade de Dianópolis vivem o que Borges (2004) chama de “fronteira aberta” com investimentos do Estado e investimentos privados.

### 1.3 O *Barulho* e suas versões

Contar é muito, muito difícil. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares (...) São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado.

(Guimarães Rosa, 2006, p. 184)

Narrar o *Barulho do Duro* é uma tentativa de recontar os fatos ocorridos entre dezembro de 1917 e janeiro de 1919 na cidade de Dianópolis. *Barulho* é uma categoria nativa para explicar os eventos de enfrentamento entre a polícia do Estado de Goiás e as oligarquias da cidade, aliadas a jagunços do Estado da Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí. Fatos que culminaram com o assassinato de várias pessoas que são lembradas na memória local como o “*massacre dos nove*” embora seja notório e sabido de muitos que o

<sup>16</sup> O município é banhado pelos Rios Palmeiras, Duas Pontes, Gameleira, Manuel Alvinho, Manuel Alves e Peixe que têm suas nascentes na Serra das Vertentes e pertencem à bacia do Tocantins (Coelho, 2008:85).

<sup>17</sup> Para a compreensão da situação de moradores das margens de rios em que foram construídas barragens e a construção das narrativas oficiais, ver: *Três Nós na Memória: Narrativas Ribeirinhas no Vale do São Francisco* de Roberto Cunha Alves de Lima (2004).

número de mortos ultrapassou essa quantia, fato que retomaremos oportunamente. A cristalização do número *nove* na memória local lembra o que Godoi (1999) destaca na memória, que atua como criadora de solidariedade, produtora de identidade e portadora de imaginário. Possui regras de pertencimento e de exclusão e delimitação das fronteiras social do grupo.

Na localidade, estruturou-se uma comunidade de memória que foi analisada por Borjas (1995) como suporte para elaboração de metáforas que acabaram por caracterizar, diferenciar, produzir identidade para o grupo, e que é narrada geração após geração.

A tradição e a memória no *Duro* sempre estiveram vinculadas a uma memória oficial ou dominante, e um dos objetivos deste trabalho é questionar o lugar desta memória dominante. Uma hegemonia que foi produzida pela aliança entre um número limitado de famílias e que produziu uma memória considerada “a verdadeira” a “memória oficial”.

A literatura no Brasil sempre foi detentora de um lugar de destaque na formação da identidade nacional. Tanto as narrativas historiográficas quanto as narrativas literárias traduzem e expressam diferentes possibilidades de atribuições de sentidos. Conforme observa Sinder:

Onde os fatos e fontes não puderem ser utilizados, caberá à ficção preencher as lacunas do nosso passado mediante a criação de tramas ficcionais. Entretanto, essa realização conjunta nem sempre será pacífica, ou melhor, nem sempre será realizada mediante o embelezamento ficcional dos dados analisados pela história. Parafraseando Lepenies, podemos dizer que desde o princípio literatura e história irão disputar a primazia de fornecer a orientação/interpretação-chave da nacionalidade brasileira, o direito de ser a doutrina de vida apropriada à sociedade e ao Estado nacional brasileiro (SINDER, 2000, p. 256).

Ferreira (1998), em um estudo sobre literatura e coronelismo no Estado de Goiás, destaca que a abordagem literária é normalmente vista como arte, como um conhecimento que tem sua validade independente de ter ou não relação com a história. Acrescenta que muitos autores literários em contos, romances ou novelas utilizam os fatos históricos como referência para validar e justificar suas abordagens, um meio de retratar a realidade social de um grupo ou de um povo.

É, portanto, a literatura chamada de ficção que vai revelar “o drama desconhecido de muitos, do *sertão belo e terrível* com seus vaqueiros, jagunços, soldados, sertanejos humildes<sup>18</sup>, mortos nas lutas dos coronéis”, de acordo com o romancista Francisco de Assis Barbosa, em nota de apresentação da 2ª edição

<sup>18</sup> Conforme dito anteriormente o *sertão* é habitado por diversas categorias sociais e além das mencionadas, Guimarães Rosa apresenta outras: o caapoeiro (cultivador do interior), cabra e capanga, ambos sinônimo de jagunço e cangaceiro, fazendeiros, sitiantes, caboclos. Índio, brancos e negros.

de *O tronco* de 1967, a literatura que “*enche o vazio da história*” e reflete a vida brasileira, devendo ser uma “literatura de protesto”. É dentro desta literatura que Bernardo Élis insere-se e apresenta a primeira versão para os eventos ocorridos no *Duro*, na sua obra *O tronco* com a primeira edição de 1956.

A obra é um romance de caráter político, que procura retratar o momento histórico da chamada República Velha. Élis faz referência a grupos sociais e à política, dando ênfase à questão da *situação e oposição*. O coronelismo é o assunto que permeia todo o romance de Élis e está vinculado à violência, à marca de sangue, por meio de um conflito que envolve coronéis e o governo do Estado de Goiás. Portanto, a figura do coronel foi durante toda a chamada República Velha (1889-1930) uma espécie de centro local que ganhava visibilidade nas relações sociais em que “tudo” parecia gravitar ao seu redor e girando em torno dos limites de seu poderio e influência, como perceberemos ao longo da estruturação desta análise.

Élis declara que a princípio tinha o objetivo de fazer um “estudo sociológico”, utilizando fontes historiográficas, entrevistas e diversos materiais informativos<sup>16</sup>: “Havia aí depoimentos tão vivos que os transcrevi integralmente para o livro. Não satisfeito, comecei a me informar das pessoas que tinham participado do evento ou que haviam morado na região, ouvindo e anotando depoimentos de perto de cem pessoas” (ÉLIS, 1974). Destaca que nas narrativas buscou transcrever como ouviu da boca e do coração dos participantes da história.

Bernardo Élis, no entanto, afirma que não conseguiu se manter “cientificamente ausente do drama” e resolveu recriar o evento “em termos de ficção”, embora exista nesta obra uma interconexão entre literatura, história e sociedade. Ele cria, portanto, a trama principal do romance, tendo como sustentáculo um fato histórico – *o Barulho*, alterando os nomes dos principais protagonistas do evento. Seguindo a seguinte ordem: Vicente Lemes é Sebastião de Britto, Calixto Chapadense é Vicente Belém, Artur Melo é Abílio Wolney, Pedro Melo é Joaquim Wolney (pai de Abílio), portanto, os Melos são os Wolney<sup>19</sup>.

Utilizando a estrutura típica das narrativas populares, teria misturado a “linguagem coloquial goiana” com o “estilo da fala nordestina preponderante na região” (ÉLIS, 1980, p. 06). Salienta, ainda, que os problemas que envolveram o *Duro* eram peculiaridades de uma “região diferente” do Estado de Goiás, conforme seu prefácio ao livro, *Quinta-feira Sangrenta* (1980), de Osvaldo Rodrigues Póvoa:

Os Barulhos do Duro são o reflexo da cultura nordestina em Goiás, na parte que nosso Estado confina com a Bahia (...). Tais sucessos nessa região são fatos isolados, pois no resto do Estado nunca houve comportamentos semelhantes, caracterizando-se as populações goianas por pacifismo e brandura de ânimo. No sul nunca houve o furto ou roubo ou violência organizados ao

<sup>19</sup> Às vezes utilizaremos o nome completo de Abílio Wolney e às vezes utilizaremos Coronel Abílio, como ficou conhecido na localidade pelos mais jovens. Este é o nome dado a uma das Escolas Estaduais da cidade em sua homenagem. E para as pessoas de fora é conhecido como Coronel Wolney, sendo o nome dado a uma das praças da cidade.

tipo do cangaço nordestino, nem mesmo esse tipo de prática individual de forma habitual. No caso do chamado “Barulho do Duro”, a tomada da vila por grupo armado ilegalmente foi uma exceção para Goiás, embora fosse episódio dos mais triviais para o Nordeste, onde aglomerações urbanas muito mais populosas tiveram sorte igual. Não fosse Dianópolis uma cidade goiana, sua tomada teria passado despercebida (ÉLIS, 1980, p. 06).

O fato de Dianópolis ser uma cidade goiana, embora do *Norte goiano*, teria despertado a atenção de Élis, do contrário, de acordo com a sua retórica, se fosse uma cidade do Nordeste seria apenas um “fato trivial”. Mas Dianópolis não, posteriormente “berço de desembargadores” e “literatos”. Dianópolis, em muitas narrativas, buscam distanciar-se da idéia de Nordeste, e toda a imagem negativa construída ao longo dos anos para essa região brasileira. Além disso, esta observação de Élis demonstra que o autor está em defesa de uma idéia de Goiás, o que nos leva a questionamentos como: o que são os “reflexos da cultura nordestina”? Como caracterizar o restante da “população goiana” como pacifista e branda de ânimo? De acordo com Palacin (1994), ao longo da história de Goiás, os conflitos e a violência não eram fatos assim tão isolados, como quer demonstrar Bernardo Élis:

É certo que as ambições pessoais e as disputas entre famílias sempre deram lugar a conflitos no interior dos municípios, chegando até ao crime e à guerra latente na disputa dos cargos municipais. Nas eleições de 1896, teve lugar o que os jornais da época intitulavam “um banho de sangue”, na cidade de São José. E mais ao norte, em Boa Vista a disputa pelos cargos municipais agitava continuamente a região toda há mais de 80 anos (PALACIN, 1994, p. 67).

A população goiana, descrita por Élis como pacifista, seria composta também pela população de que fala Fonseca (1998) em seu estudo sobre a cidade goiana de Morrinhos?

Os homicídios aconteciam por vários motivos, até mesmo por causa da invasão das roças por porcos dos vizinhos, como ocorreu com Francisco Luiz Carvalho, assassinado porque seus animais, por motivo que não consta da denúncia, entraram nas plantações de uma propriedade próxima (p. 136).

Mas é importante destacar que Almeida (2003), em seu estudo sobre Bernardo Élis e *O tronco*, declara que até o momento em que o autor lançou o livro, *Ermos e Gerais* (1944), havia na literatura uma preocupação com as relações que o homem mantinha com o meio geográfico e com as condições sócio-econômicas que o plasmavam. Assim, não havia ênfase nas questões subjetivas do ser humano. A autora menciona dois nomes que, especialmente, seguiam de perto esta linha: Afonso Arinos, com *Pelos sertões* (1898), e Euclides da Cunha, com *Os Sertões* (1902).

Estes autores teriam exercido forte influência sobre Élis em termos de regionalismo, mas Almeida (2003) defende que Élis destacou-se e se diferenciou dos seus mestres ao possibilitar a visualização do mundo íntimo de suas personagens, centrado na força de suas reações diante do mundo (p. 42). Teria feito um rompimento com o que Albuquerque Jr. (2001) chama de “antigo regionalismo”, ligado a uma formação discursiva naturalista, que percebe as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio ou da raça: “As variações de clima, de vegetação, de composição racial da população explicam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicam a psicologia, enfim, dos diferentes tipos regionais.” (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 41). Porém, percebe-se em determinados trechos de *O Tronco* certos resquícios deste “antigo regionalismo”.

O Nordeste, de acordo com Albuquerque Jr. (2001), é uma invenção recente e o termo foi utilizado pioneiramente, em 1919, para denominar a área de atuação da IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Albuquerque destaca que o “Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal” (p.42). A fixação do termo Nordeste dá-se a partir de 1920. O fato de o antigo Norte de Goiás receber correntes migratórias de muitos Estados da região hoje chamada nordestina é algo que, posteriormente, foi associado à visibilidade e peculiaridades do novo Estado que surgia, o Estado do Tocantins. No entanto, nos fixemos nos sustentáculos da narrativa de Élis na tessitura de *O tronco*.

Élis tem como principal informante Sebastião de Britto uma das principais pessoas envolvidas no conflito. Em entrevista concedida ao *Jornal Opção* e publicada em outubro de 1994, Francisco de Britto<sup>20</sup>, sobrinho e genro de Sebastião de Britto, enfatiza a participação deste como informante de Bernardo Élis:

**Jornal Opção** — O escritor Bernardo Élis retratou bem esses episódios em seu romance *O Tronco*?

**Francisco de Britto** - Retratou com uma fidelidade impressionante. Meu tio e sogro era um homem verdadeiro, que dizia até aquelas coisas contrárias a ele próprio. Durante muito tempo, ele foi com o Haroldo, toda noite, na casa do Bernardo contar a história. O próprio Bernardo me disse depois: “Olha, eu devia ter colocado seu tio como co-autor do romance, porque nunca vi romancista igual àquele”.

**Jornal Opção** — Foi o Manuelzão do Bernardo.

**Francisco de Britto** - O livro é de uma fidelidade impressionante. O José Liberato Póvoa (hoje desembargador no Tocantins e cronista), muito criança ainda quando ocorreram esses fatos, resolveu investigar a veracidade do romance e chegou à conclusão, conversando com as pessoas de Dianópolis, que o romance era fiel até mesmo nas questões íntimas — o jeito de sorrir das pessoas, de andar, de falar.

<sup>20</sup> Francisco de Britto nasceu em uma fazenda em Conceição do Norte, hoje Tocantins, em 1904. Filho de Serafim de Guimarães (irmão de Sebastião de Guimarães), e Antônia Hermano de. Foi jornalista, político, escritor e articulista do *Jornal Diário da Manhã*, membro da Academia Goiana de Letras.



Estranha esta afirmação sobre José Liberato Póvoa, uma vez que os Póvoa fazem parte das famílias hegemônicas do lugar e que construíram uma versão diferente da versão propagada por Bernardo Élis, sendo Osvaldo Póvoa, irmão de José Liberato Póvoa, o escritor de um dos mais conhecidos *livros durenses* que narram *O Barulho*.

Portanto, embora na cidade destaque-se, certa aversão ao livro *O tronco*, especialmente por parte dos mais idosos pertencentes às famílias envolvidas no *Barulho*, parece haver certa abertura como parece exemplificar o caso do Póvoa acima mencionado. E, ainda, ficando perceptível na observação sobre o *Barulho* feita por Iara Araújo Alencar (2003), em seu livro, homenagem ao seu pai Hagahús Araújo, reitera que:

Protagonizaram a mais triste e trágica página da história goiana do início do Século XX (1917-1919), imortalizada no livro *O Tronco*, de Bernardo Élis, escritor goiano e membro da Academia Brasileira de Letras. (Recentemente, a obra foi levada ao cinema pelo cineasta João Batista de Andrade, com o ator Antônio Fagundes fazendo o papel do Coronel Joaquim Wolney). Na chacina de “O Tronco”, morre também o avô materno de Hagahús, Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa, “capitão da Guarda Nacional, rico fazendeiro da região e amigo dos Wolney” (p. 17).

Como participante da comunidade de memória, bisneta de um dos *nove*, percebe-se uma abertura, uma negociação em relação à obra de Élis. Em relação ao filme, também fica notório o destaque e a importância atribuída a este, em especial, a ênfase no ator Antônio Fagundes que em realidade não interpreta o papel do Coronel Joaquim Wolney que é interpretado por Rolando Boldrin. Fagundes interpreta aquele que é visto pela comunidade de memória como seu “algoz” o juiz Celso Calmom.

É interessante aqui observar a questão dos arranjos políticos e da reestruturação do olhar feita, especialmente, após a divisão do Estado de Goiás e o surgimento do Estado do Tocantins. No contexto da pesquisa de Borjas (1995), em que pese a questão histórica e política, ainda havia um interdito ao livro de Élis. Embora não declare quantas pessoas foram entrevistadas, fica claro que eram pertencentes à “comunidade de memória” e enfatiza que todos os que foram consultados sobre o livro, nenhum havia lido *O tronco*. Em uma declaração emblemática de uma das filhas da última Diana, viva à época, destaca:

Yo no sé mucho del hecho porque siempre estuve ocupada y no tuve tiempo para eso. Cuando estaba en la escuela intenté leer *O tronco*, pero mi papá me lo prohibió porque me demostró que ese libro distorsionaba la historia real y a los personajes. Me dijo: si quieres saber hay muchas cartas, documentos o fotos que puedes consultar y hay muchos viejos que te pueden hablar, pero no ese libro (p. 180).

Para Borjas (1995), a publicação do livro de Élis teria provocado um profundo mal estar dentro da “comunidade de memória”, como enfatiza o seguinte trecho:

Esto probablemente es lo que causa un profundo malestar en la comunidad de memoria, porque si Elis no hubiera publicado su libro ese lado de las versiones hubiera desaparecido con la muerte de sus agentes, porque estos fueron excluidos de la localidad y en una especie de auto-exilio forzoso (...) (p. 178).

E Borjas (1995) continua destacando que para a “comunidade de memória” Élis teria cometido um ato imperdoável ao escrever uma versão do *Barulho*, porque a imortalizou, ficando mais difícil estabelecer um consenso em torno de sua própria versão (p.179).

No momento da publicação de *O tronco*, em 1956, Élis não era um autor muito conhecido. Embora tenha tido projeção nacional com a publicação de *Ermos e Gerais* em 1944, a primeira edição de *O tronco*, teria passado despercebida “do grande público” como destaca Francisco Assis Barbosa, em prefácio deste romance. E continua mostrando que o nome de Bernardo Élis “federalizou-se” somente depois de conquistar seguidamente dois prêmios literários importantes: o *José Lins do Rego*, da Livraria José Olympio Editora (1966), e o *Afonso Arinos* da Academia Brasileira de Letras (1967).

Para Borjas (1995), esta projeção de Élis na literatura goiana e nacional teria feito com que o ressentimento da “comunidade de memória” crescesse também na mesma proporção. Isso é destacado na entrevista concedida por Bernardo Élis ao pesquisador Borjas:

Cuando publiqué el libro, Abílio adquirió dos copias y se las pasó a la gente de allá del Duro. Abílio quedó muy ofendido por los hechos que allí se relatan, quiso procesarme y para ello contrató un abogado, pero como la novela inventa todo, ellos desistieron porque no podían probar nada. Aquella era una lucha entre coroneles y el pueblo que estaba contra ambos lados. En el tiempo que escribí el libro, yo formaba parte del Partido Comunista y hallaba que era una contribución para combatir el feudalismo y abrir camino al progreso. Abílio era un camarada muy inteligente, pero no tenía visión como para hacer que el gobierno central se volviera hacia esta región y que fuera tomada en cuenta seriamente (p.180).

Aqui faço um pequeno parêntese para apresentar uma leitura do Partido Comunista, no *sertão*, por meio das Ligas Camponesas. Póvoa (1980) descreve a preocupação e as reações à formação de uma Liga Camponesa próxima à Dianópolis, na década de 60. De acordo com a narrativa, alguns nordestinos fixaram-se em uma fazenda e:

Não trabalhavam na lavoura, não criavam porcos e se interessavam muito na compra de armas, eram generosos em matéria de dinheiro e assistência. Pagavam extrações de dentes, forneciam medicamentos aos necessitados e procuravam encaminhar doentes para tratamento em Goiânia (p.115).

Em seguida, Póvoa (1980) enfatiza que “o município viveu sob constante sobressalto, face às intimidações e ameaças dos elementos da Liga Camponesa.” E continua descrevendo o que chama de “reação pública” contra as reuniões da Liga Camponesa. A narrativa evidencia o pavor da elite local aos ideais da Liga Camponesa. As autoridades locais denunciam ao Governo João Goulart e a narrativa continua declarando que “um contingente do Exército” teria sido enviado para “prender os subversivos”.

Voltemos ao *Barulho* e a versão hegemônica na cidade, que foi construída por meio de uma narrativa estruturada, principalmente, por membros das famílias consideradas nas narrativas *durenses* como fundadoras da cidade. Esta versão está presente nos quatro livros que analisaremos aqui: *Quinta-feira Sangrenta* (1980), de Osvaldo Rodrigues Póvoa; *Abílio Wolney, suas glórias, suas dores* (2002), de Voltaire Wolney Aires; *O diário de Abílio Wolney* (2002), de Abílio Wolney Aires Neto e *Abílio Wolney um coronel da serra geral* (1980) de Nertan Macedo<sup>21</sup>.

De acordo com Borjas (1995), estes autores representam as vozes diretas das famílias do *Barulho* e seriam “antropólogos, sociólogos e historiadores nativos que llevan la cuenta detallada de la crónica de la comunidad de memoria. Estos autores exponen sus versiones sobre diversas temáticas que tienen vigencia actual en la comunidad de memoria” (p. 170). O fato destes autores arvorarem-se em temáticas diversas é um aspecto que retomaremos no próximo capítulo nas narrativas construídas pelos *durenses* sobre o Estado do Tocantins.

Para a análise que será feita, é importante destacar que Nertan Macedo (1980), único autor da lista acima *não durense*, considera-se um admirador e amigo do Coronel Abílio Wolney e não esconde em seu livro a intenção de homenagear sua memória. O livro foi publicado, em 1975, no aniversário de dez anos da morte do Coronel Abílio e o caracteriza como o grande *Coronel da Serra Geral*.

Em sua versão, Sebastião de Britto é um parente de Abílio e é hábil, inteligente, maneiroso, matreiro, conversador e um conquistador incorrigível. Teria desfrutado no *Duro* de prestígio político e individual, tinha o título de capitão-cirurgião da guarda nacional e exercia a função de coletor estadual e chefe do partido democrata. Tanto em Macedo (1980) quanto em Aires (2002) e Aires Neto (2001), destaca-se a descrição de um amplo acordo matrimonial entre as famílias hegemônicas para se perpetuarem no poder.

Isso é descrito na trajetória de Abílio Wolney que ficara muito tempo na Capital do Estado, exercendo consecutivos pleitos de deputado na atual Cidade de Goiás, envolvido em suas atividades políticas. Em sua ausência a esposa de Abílio Wolney e Sebastião de Britto

<sup>21</sup> Único não durense dos escritores acima mencionados, Nertan Macedo é cearense e publicou alguns títulos como: *Cancioneiro de Lampião*, *Memorial de Vilanova*, *Capitão Virgúlio Ferreira*, *Lampião e Sinhô Pereira*, o *Comandante de Lampião*, entre outros.

teriam tornado-se amantes. A questão do adultério da senhora Josepha Ayres Cavalcante Wolney, primeira esposa de Abílio Wolney, vincula este fato ao *Barulho*. Josepha também era cunhada de Sebastião de Britto, pois era irmã de sua mulher Auta Ayres Cavalcante. Aires Neto assim descreve “Parecia premonição. Foi justamente nessa fase da vida parlamentar que más línguas apontaram Britto como invasor da intimidade da alcova de Abílio” (p. 49).

O argumento do adultério é utilizado com ênfase em Macedo, Aires e Aires Neto, pois fere o princípio da honra e da ordem moral da família patriarcal, na qual o casamento tem importante papel retórico (CORRÊA, 1994). A organização das famílias hegemônicas, que viviam no *Duro*, bem como sua vida doméstica tal como narrada nesses autores tinha a forma da família patriarcal brasileira.

De acordo com Corrêa (1994), a história da família no Brasil tem sido a história da família patriarcal, uma construção, um tipo fixo, cujos personagens, uma vez definidos apenas se substituem no decorrer das gerações e nada parece ameaçar sua hegemonia. A família patriarcal seria o tronco de onde brotariam todas as outras relações sociais. Corrêa enfatiza ainda que este modelo dominante naturalizou-se por meio de conflitos, manipulações, luta suja e violência (p.16).

Em Aires (2002), portanto, Sebastião de Britto, além de adúltero, é primo<sup>22</sup> e concunhado de Abílio Wolney. Teria assumido a responsabilidade de cuidar da farmácia em sua ausência, morando no casarão do coronel Wolney. É descrito como solícito e prestativo, “porém orgulhoso e suscetível” (p.23). Aires assim o descreve: “Sebastião tinha um passado repreensível, chegara foragido de Conceição do Norte trazendo consigo uma carta de recomendação do irmão de D. Maria Jovita, em que relatava o fato deste ter deflorado sua sobrinha, e que estava sendo procurado de morte pela família ultrajada. Condescendente, a tia resolvera protegê-lo à sanha do irmão” (p.23). Chega a ser irônico o conteúdo da carta de recomendação, uma vez que o recomendante era parte da família ultrajada.

Na versão de Bernardo Élis (1974), o coletor é primo de Artur [Abílio] e a rixa que eles mantêm teria surgido quando este era Juiz Municipal e, no exercício de seu cargo, nomeou Vicente [Sebastião de Britto] como escrivão do Judicial e Notas. Artur [Abílio] teria solicitado a Vicente [Sebastião de Britto] que desse sumiço ao processo de inventário do gado de certo Norato. Sentindo a resistência de Vicente, [Sebastião de Britto], uma vez que o gado de Norato seria fraudulentamente considerado de Tozão, Artur [Abílio] ressalta: “Mas ninguém fica sabendo, homem de Deus. Aqui tem lá alguém que entende dessas coisas”! (p. 08). O que para Vicente [Sebastião de Britto] teria parecia um absurdo o hábito dos Melo [os

<sup>22</sup> Interessante destacar que no *Duro* e ainda hoje na cidade de Dianópolis os vínculos de parentesco são apropriados de acordo com interesses do momento. O termo “primo” é muito utilizado para demonstrar parentesco e proximidade, mas este termo é utilizado em situações que beneficie quem se apropria dele.

Wolney] roubar o povo, valendo-se dos cargos públicos, de maneira que o inventário era o meio legal de apropriação dos bens alheios, prática comum na região.

Nesta versão, portanto, Sebastião de Britto é um homem justo e que busca seguir a legislação. A narrativa de Élis continua declarando que o tal gado de Norato sumira misteriosamente e Vicente [Sebastião de Britto] ameaçara processar Tozão, sendo aconselhado do contrário pelo primo Artur [Abílio], de quem Tozão seria cunhado. Sebastião de Britto, desmoralizado e arrependido de ter aceitado o cargo, retorna para Conceição do Norte, uma vez que ele não conseguia acabar com as roubalheiras do *Duro*. É de lá que Eugênio Jardim o teria trazido de volta ao *Duro*, para fazer frente aos Melo [Wolney]. Fica evidente, neste episódio narrado, a mistura entre o público e o privado, uma prática recorrente tanto no *Duro* como na história da política nacional.

Embora seja evidente na localidade uma luta antiga entre famílias pela hegemonia local, a comunidade de memória constitui-se como uma comunidade de parentes endogâmicos legitimamente incorporados. Portanto, as relações de parentesco estruturam o poder local. As famílias da localidade estão interligadas e os laços de parentesco são reforçados por casamentos consangüíneos, gerando conexão entre as famílias. Sendo comum a expressão: “somos todos parentes”.

Nesse sentido, é importante perceber que família adquire múltiplos sentidos. Primeiro, família é sobrenome, logo cabe aos genealogistas identificar as longas cadeias arborescentes que remontam ao século XVIII e fazem, no limite, que todos sejam parentes. Osvaldo Rodrigues Póvoa lançou em 2002 o livro *Historiologia* e sua introdução é emblemática: “Ao lerem, cheios de curiosidade irreprimível, descobrirão que um colega de trabalho, lá longe, em Goiânia, é de repente, um primo. E o professor primário de outrora também foi um parente próximo ou não. (...) É como uma grande família única, uma coisa só” e continua “Mostrando nossas origens, faz com que nos sintamos uma só família, ramificada de todos os lados” (...) (p. 7).

Em uma segunda concepção, família é linhagem, que é unilinear e que permite recontar de diferentes modos, desde que a partir de um *tronco*, que pode ser matrilinear ou patrilinear. Esta definição também é utilizada no *Duro* e vários troncos estariam interligados, especialmente, a partir do *Barulho*.

Em terceiro, família é grupo residencial (casa): o conjunto que reúne os pais, filhos, irmãos. Cada um destes múltiplos sentidos aparece nas narrativas durenses, sendo o primeiro sentido o mais destacado. Quando falam de suas famílias fazem alusão ao maior número de parentes possíveis.

As cinco famílias apontadas por Borjas (1995) como as mais destacadas no contexto do *Barulho* são família Rodrigues, que era numerosa neste período, família Costa, família Wolney interligada à família Leal e a família Póvoa, que seria a mais numerosa e com melhores colocações políticas, sociais e econômicas na localidade. São os Póvoa que também vão se dedicar à escrita de uma narrativa sobre a cidade e também sobre o Estado do Tocantins que retomaremos no próximo capítulo.

Outro fator que aparece como central para o enredo de Aires é o fato de Sebastião de Britto ter se apaixonado por uma das filhas do Coronel Wolney, Ana Custódia. Porém, esta teria se casado com um rico fazendeiro da região, ficando Sebastião de Britto, desiludido e profundamente ofendido e “pelo suposto desprezo e humilhação, Sebastião passou a guardar surdo rancor da família que supunha achá-lo indigno” (p. 23). Estes fatos também são descritos por Nertan Macedo e Aires Neto.

Em *O tronco*, tanto o livro (1974), quanto o filme lançado posteriormente (1999), Sebastião de Britto [no filme e livro Vicente Lemes], é bondoso, honesto e assume uma causa moral. Já para os membros da elite local ou “comunidade de memória” como chama Borjas (1995), e nas narrativas tecidas nos livros analisados, Britto não passa de um “lobo vestido com pele de ovelha”.

Cada família procura sustentar seu ponto de vista, evitando o confronto direto com a memória hegemônica, embora a disputa entre as famílias pelo poder local seja evidente<sup>23</sup>. De acordo com um informante, não existe um consenso geral na localidade sobre os eventos, pois cada uma das famílias envolvidas no *Barulho* tem sua própria versão dos fatos como atestam suas palavras: “Os Wolney têm a versão deles, os Rodrigues que perderam muita gente têm a versão deles”. São de filhos destas duas famílias que saem os principais livros locais sobre os eventos do *Barulho* mencionados anteriormente.

Em Osvaldo Rodrigues Póvoa (1980), destaca-se o objetivo retórico, uma tentativa de criação de um lugar de fala para “retratar fielmente o ocorrido” e colocar “no devido lugar as dimensões de uma das maiores tragédias da História de Goiás, não dizendo de menos nem de mais” (p. 7). *Quinta-feira Sangrenta*, publicado, em 1975, foi, portanto uma resposta da elite local ao livro de Bernardo Élis que teria “distorcido os fatos reais”. Em entrevista concedida a Borjas (1995), Póvoa declara que se considera um admirador do Coronel Abílio Wolney pelos seguintes aspectos: “tanto por la versatilidad de aquel y su espiritismo, como por la influencia personal directa que recibió em su niñez” (p.184).

<sup>23</sup> A disputa por esta memória é exemplar no caso do nome dado a uma das praças da cidade. Trocaram o nome da praça: a metade que está em frente ao casarão que pertenceu a Abílio Wolney se chama Praça Wolney e a outra metade se chama Liberato Póvoa. A mesma praça dividida por dois nomes de famílias significativas no *Barulho* e na luta por hegemonia.

O livro inicia com o autor fazendo uma homenagem aos seus avôs: João Rodrigues de Santana e Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa, ambos vítimas da morte no *tronco*, no contexto do *Barulho do Duro*. Bernardo Élis foi convidado a prefaciar o livro *Quinta-feira Sangrenta* e ironicamente se pergunta até que ponto “a emoção humana, permite que um relato, sobretudo, individual, ‘retrate fielmente o ocorrido’, como pretende o eminente autor de *Quinta-feira Sangrenta*” (ÉLIS, 1980, p. 05).

#### 1.4 O inventário e seus desfechos

Eu quase que nada sei, mas desconfio de muita coisa.

(Guimarães Rosa, 2006, p. 15)

A questão do *inventário* é central para os eventos do *Barulho*. O primeiro capítulo de *O tronco* é chamado *O inventário* e tem como base o relato que sustenta todas as demais versões dos fatos, embora interpretados de diferentes maneiras. A versão local ou considerada “oficial” difere completamente da versão de Élis. Borjas (1995) verifica que o *inventário* tornou-se uma metáfora de luta pela hegemonia local, (assim como para Élis), como demonstra o trecho a seguir: “El inventario se les presentó como un callejón sin salida, donde el confrontamiento era inevitable, de manera que conducía de una u otra forma a la medición de fuerzas entre ambos bandos y así, de esa manera el inventario va a nacer como la metáfora que representaba la pugna por la hegemonía local (p.175).

De acordo com Borjas (1995), é no primeiro capítulo que é apresentado o panorama político, econômico, jurídico e de conflitos pessoais que se articulavam no *Duro*:

Conflicto político entre Abílio y la familia Caiado en la capital del Estado. Conflicto económico generado en torno a la evasión de impuestos por el tráfico de ganado a través del Duro. Conflicto jurídico por la manera fraudulenta en que se realizaban los inquéritos. Conflictos personales derivados del cobro de favores entre familiares y sospechosas relaciones afectivas (p.179).

A questão do *inventário* aparece, portanto, como um detonador do *Barulho*. Na opinião de um antigo morador, em conversa informal, é declarado que:

Abílio era farmacêutico, médico prático, e advogado. Então ele fez um inventário para a viúva de Vicente de Belém seu amigo que tinha sido assassinado. Mas o juiz bloqueou o inventário e disse que não estava completo. Esse foi o estopim de todo o drama que ocorreu aqui em Dianópolis. Ele disse me espere, pegou e colocou mais alguns bens, e aí mandou de volta pro juiz, que tomou a

falar tá faltando mais bens. Queria que colocasse novamente mais bens, aí ele falou que não ia colocar mais, que aí era um abuso.

Nertan Macedo (1980) também aponta o *inventário* como o estopim para o *Barulho*. Vicente Pedro Belém era um amigo do coronel Abílio Wolney e morava distante do *Duro*, cerca de seis quilômetros; fora assassinado no dia 29.12.1917. O matador tinha sido o cunhado de Vicente Pedro Belém, o senhor Zuca Viana, e o motivo do crime era que Zuca acusava Vicente Belém de querer conquistar sua mulher.

Sebastião de Britto como coletor estadual impugnou o inventário por sonegação. Em janeiro de 1918, a questão arrastava-se e a posição de Sebastião é contestada pelos parentes de Vicente Belém, que protestaram, mas o coletor manteve a impugnação e, então, Abílio Wolney juntamente com o pai, o Cel. Joaquim Ayres Cavalcante Wolney e alguns jagunços invadiram o cartório.

Nertan Macedo (1980) e Élis (1974) descrevem a tomada do cartório como um ato de violência ao juiz e ao coletor municipal, Manoel de Almeida e Sebastião de Britto, que teriam sido imobilizados por jagunços, enquanto os Wolney gritavam bem alto que queriam solução rápida para o *inventário*: “... bate com o coice da carabina na mesa do magistrado, ameaça, discute, exige - e o juiz, intimidado pelos dois coronéis, pai e filho, e mais os jagunços, cede. Promete atender e despachar o inventário no mesmo dia, nos termos da exigência dos coronéis” (MACEDO, 1980, p. 24).

Na versão de Aires (2002), há uma inversão da lógica própria do coronelismo, passando o coronel a receber ordens dos seus protegidos. Aires constrói uma retórica que indica que a invasão do cartório por Abílio Wolney foi induzida por membros da família de Vicente Belém, que exigiam a liberação do inventário e clamavam por justiça. Nesta versão, também o Coronel Joaquim Wolney não estava presente no cartório, tendo chegado depois. O discurso atribuído a Abílio Wolney torna-se emblemático na questão das disputas por hegemonia na localidade e também irônico, pois revela suas práticas, como aponta o trecho a seguir:

Tudo vocês aferem imbuídos em paixões políticas. Ferem as leis e os direitos humanos, tripudiam em cima dos adversários como verdugos insaciáveis, mas hoje nossa tolerância chegou ao termo. Cansamos de seus abusos. Querem reação, pois a terão! Expeça imediatamente este despacho, já agora! Vamos, vamos juiz! Expeça imediatamente este despacho, já agora! (p. 52)



Coelho, escrivão que esteve na segunda comissão do governo que se dirigiu ao Duro, escreveu *Expedições históricas nos sertões de Goyaz: São José do Duro*, que foi publicado em 1937. Apresenta correspondência enviada ao governo do Estado, escrita pelo delegado de polícia do *Duro*, Joaquim Monteiro Rezende em que destaca a situação da Vila:

**Vila de S. José do Duro, 28 de maio de 1918.**  
**Exmo Sr. chefe de Polícia:**

Estando conflagrado este município, onde impera o banditismo chefiado pelos senhores Abílio Wolney e seu pai, Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, que, além de praticarem muitos outros crimes, agrediram, maltrataram, insultaram e violentaram com prisão, obrigando a práticas de atos contrários à lei e aos direitos da fazenda pública estadual, o coletor, o juiz municipal, prenderam também e infligiram castigo ao empregado da agência do Correio, Thomé Celestino de Abreu. Não satisfeito, ainda, com tamanhos absurdos, continuam com muita gente armada, tanta dentro da vila como na próxima fazenda Buracão, e prometem assassinar os ditos empregados que estão fugindo, como eu, para suas fazendas ou para outros municípios em busca de garantias para as suas propriedades até que o Exmo Governo do Estado lhe dê as precisas garantias para exercerem livremente os seus respectivos cargos. Esta delegacia se acha inibida de cumprir a determinação de V.Exa. exarada na presente representação e por isso a devolve para que delibere V. Exa. a respeito conforme for mais conveniente aos interesses da justiça. Reitero a V. Exa os protestos de estima e consideração.

Saúde e fraternidade.

Vazante (município do Duro), 28 de maio de 1918.  
 Joaquim Monteiro Rezende, delegado de polícia.  
 (COELHO, 2008, p.113)

O inventário foi um pretexto para recrudescer as disputas pela hegemonia entre diversos grupos de poder local. O juiz e o coletor denunciaram os Wolney ao presidente do Estado, acusando-os de arbitrariedades e violência. Nestas narrativas, destacam-se fatos que poderiam ser considerados corriqueiros dentro da lógica coronelística e que acabam resultando em embates violentos, sangrentos, também corriqueiros entre as autoridades de oposição do Estado de Goiás.

As *narrativas durenses* procuram reabilitar o Coronel Abílio Wolney indo além do *herói sertanejo que galgou postos importantes na capital do Estado*. É apresentado, especialmente, em relação ao *Barulho* e a tudo que sucedeu e antecedeu este evento através de estratégias que buscam reabilitá-lo como amigo leal, protetor de órfãos e viúva, “justiceiro”. Como demonstra o texto de Zilmar Wolney Aires Filho<sup>24</sup>:

<sup>24</sup> Texto *Uma República Nortistas de Advogados*, publicado no *Jornal do Duro*- 14/12/2008 por Zilmar Wolney Aires Filho.

Em notações históricas, merece lembrar que Dianópolis-To ganhou notoriedade, em nível de Brasil ou exterior, exatamente a partir da atuação brilhante do advogado Abílio Wolney, no inventário da viúva de Vicente Belém, a fim de empreender o rito necessário ao inventário, que rastejava pelas prateleiras, enquanto os bens a serem inventariados se dilapidavam, no mesmo passo em que os sucessores do espólio se viam privados de mínimas necessidades. Enfim, sabe-se que a notável atuação advocatícia, de outro lado, produziu a insanidade das milícias goianas, culminando com o episódio intitulado “Barulho do Duro”, nos idos de 1918 para 1919. O certo é que tais fatos, mal contados ou não, já ganharam as telas de cinema, além de alguns notáveis romances que retratam a tragédia (Jornal do Duro).

Ferreira (1998) destaca por meio do romance de Élis a fragilidade da justiça e da lei no contexto da República Velha. A aplicação da lei estava estritamente ligada ao fato do praticante do crime ser ou não oposição ao governo, pois dentro da aliança partidária entre coronel e autoridades os abusos locais seriam permitidos, conforme dito anteriormente. Como os coronéis Wolney agora eram oposição ao governo, este enviou ao *Duro* uma Comissão<sup>25</sup> Investigativa em que faziam parte o juiz Celso Calmon Nogueira da Gama<sup>26</sup>, o promotor provisionado Mandacaru, escrivão Guilherme F. Coelho e um destacamento com cerca de sessenta soldados. Nertan Macedo (1980) descreve o juiz como manhoso e arteiro. Já Aires (2002) aponta o juiz como ambicioso, “afeito a entreveros violentos e lutas corporais” (p. 56).

Quando a Comissão chegou ao *Duro*, de acordo com relatos historiográficos de Coelho (1937), a família Wolney estava em uma de suas fazendas, a *Buracão*, a oito quilômetros de distância, considerada pelos relatos uma verdadeira fortaleza, guarnecida por inúmeros jagunços. Macedo (1980) assim a descreve: “O Buracão vira uma praça de guerra. Ali se acoitam os mais famosos jagunços regionais. A propriedade do coronel Joaquim é uma praça de guerra. Cangaceiros armados até os dentes” (p. 28).

Foi após uma controvertida atuação do juiz que os policiais atacaram a fazenda Buracão. Conforme descreve Macedo:

Como quem não quer nada, toma uma decisão importante. Quer ir ao Buracão visitar os coronéis Joaquim e Abílio. Vai. É recebido fidalgamente. Comes e bebes dos mais finos e variados. Até uma boa cerveja esfriada. Muito calmo e seguro de si, o Dr. Calmon diz aos Wolney a que veio. Veio para pacificar, tranquilizar o Duro e as famílias, reintegrar as autoridades coagidas pelo trabuco. Pede aos Wolney a restituição do inventário de Vicente Belém, retirado do cartório e levado para o Buracão. O juiz degusta um vinho esplêndido, da adega do coronel Joaquim. Almoça principescamente. Mas é durão, irredutível: quer o inventário de volta. (1980, p. 29)

<sup>25</sup> Esta foi a 2ª Comissão enviada pelo governo do Estado de Goiás para investigar abusos praticados pelos Wolney na cidade; a primeira foi a do Caso Agenor Cavalcanti ou Caso Vigilato (Élis, 1974).

<sup>26</sup> Em 1925 o Juiz Calmon comandou outro batalhão da polícia goiana que efetuou cerco ao povoado de Lagolândia, hoje município de Pirenópolis. Aí, ocorreu um massacre contra os fiéis da mística Cipriana Gomes, conhecida como *Santa Dica* (Aires, 2002:144).

Em *Élis* (1974), existe a ênfase em um possível acordo entre os coronéis e o juiz, como está retratado no trecho:

(...) A cada instante Artur Melo [Abílio Wolney] se convenciu de que Carvalho [Calmon] ali estava porque achava que assim deveria proceder. Estavam ali por deferência a eles Melo [Wolney]. Tanto assim que não mandou o oficial de justiça. Veio em pessoa. Era uma honra, por sem dúvida. Então não saberia o juiz que a Grota era uma fortaleza, com mais gente e mais armas do que o destacamento policial do Duro? Por trás de tudo havia alguma coisa que Artur [Wolney] não entendia. Novamente voltava a tomar corpo a idéia de um acordo. De há muito vinha teimando com o pai que melhor seria fazer um acordo com Carvalho [Calmon], pois aquele juiz não era graça não. Agora, naquele momento, isto lhe voltava a cabeça. A luta estava saindo cara. Havia já meses que mantinham homens em armas, sem nada produzirem (p.113).

Com o rompimento do pacto entre coronel e governo, um novo código passa a imperar. No código cultural do coronel, os princípios passam a ser o do “derramar do sangue, da *honra*, da violência, do dever cumprido, da obediência servil (dos outros), da arrogância do potentado local” Ferreira (1998). Assim a lei, para o coronel, passa a ser a satisfação de suas ambições. Também o governo estadual faria um acordo com os Wolney se lhe interessasse. Mas o juiz tinha orientações claras para não fazer acordo, pois os antigos apoios do governo estadual já haviam sido retirados e o antigo aliado agora era um perseguido que deveria ser exterminado.

Tanto em Macedo (1980) quanto em Aires (2002), o juiz teria prometido que a paz voltaria a reinar no *Duro* se os Wolney devolvessem o inventário e dispersassem seus homens. A família teria ficado dividida: o pai acreditava no juiz, enquanto Abílio Wolney e seu genro, João Correia de Mello, desconfiavam. O genro de Abílio teria dito “Juizinho de merda. A gente podia mesmo era acabar logo com ele” (AIRES, 2002, p. 83). Mas decidem acreditar no juiz, na versão de Macedo e de Aires.

A lógica da narrativa de Macedo pretende ser a lógica de Abílio Wolney, pois sua narrativa tem uma forte vinculação à lógica coronelística. Que interesse tem um inventário roubado se você está comendo na mesa com a pessoa que o roubou? E essa também é a mesma lógica do juiz, só que sua fidelidade é a outro chefe, ao governo do Estado de Goiás.

Porém, Macedo (1980) enfatiza que nada do que ficou acertado na *Fazenda Buracão* foi cumprido. Chegando ao *Duro*, o juiz Celso Calmon Nogueira da Gama fez exatamente o contrário do que prometera aos Wolney, pois decretou mandato de prisão do Coronel Joaquim e do seu filho Abílio Wolney. Trinta soldados foram enviados à *Fazenda Buracão*, chegaram em um horário em que os moradores ainda estavam dormindo. Embora *Élis* destaque que a

família preparava-se para fugir, as outras narrativas indicam que a fazenda estava escura e que o Coronel Joaquim e um agregado eram os únicos fora da casa, pois se preparavam para uma caçada. Assim, Macedo descreve o cerco:

Meu filho, estamos cercados! Abílio escuta, do quarto onde se encontrava na casa-grande do Buracão. Levanta-se às pressas, toma de uma Winchester, calibre 22, apontando-a por uma porta entreaberta. A carabina na mão, o coronel Abílio ouve os gritos do pai num canavial próximo. -Me socorra, meu filho! O coronel Joaquim, com suas barbas brancas e longas, está sendo assassinado a tiros, facadas e coronhadas pela soldadesca do tenente Britto. A voz do velho cala, de repente. E Abílio, de carabina na mão, a porta entreaberta, sente que está consumada a traição do juiz (MACEDO, 1980, p.32).

São narrativas que têm diferentes tempos, ligadas a diferentes arranjos e alianças políticas. Morto o Coronel Joaquim Wolney, Abílio conseguiu escapar e buscou reforços na Bahia com o objetivo de vingar a morte do pai. Com aproximadamente 200 jagunços, Abílio Wolney teria se preparado para atacar o *Duro*, com os chamados “jagunços baianos”<sup>27</sup>. Os policiais na vila tomaram diversas pessoas como reféns para que Abílio e seus homens não atacassem o povoado. Estes reféns, filhos da elite local, eram amigos ou parentes dos Wolney. A escolha dos nove deu-se através do critério do parentesco e da vinculação à família Wolney, de forma que a invasão significaria manchar as mãos dos Wolney com seu próprio sangue e dos seus aliados.

Foram presos a um *tronco*<sup>28</sup>, símbolo de humilhação extrema<sup>29</sup>, instrumento de suplício e tortura de escravos. De acordo com Aires (2002), o *tronco* foi retirado da casa dos Wolney e consistia em um “moirão de pau d’arco lavrado e bipartido. Suas laterais eram perfuradas em forma de meia lua, formando sete óculos justapostos. Numa das extremidades era presa por uma dobradiça e na outra por um possante cadeado. Neste instrumento infernal<sup>30</sup>, o cristão ficava com o tornozelo preso no óculo e obrigado a permanecer deitado no chão” (p. 111).

<sup>27</sup> Jagunços baianos era o termo utilizado para denominar o grupo liderado por Abílio Wolney e que procedia de diversos Estados.

<sup>28</sup> Para Borjas (1995), o fato de Bernardo Élis ter nomeado seu romance de *O Tronco* favoreceu, ainda mais, a aversão das famílias hegemônicas da cidade a sua obra, pois o instrumento de humilhação sofrida foi imortalizado junto com a sua versão. E conclui que “Tal vez si hubiera colocado otro título la rabia de la comunidad de memoria no sería tan grande” (p. 179).

<sup>29</sup> Conforme Francisco de Assis Barbosa (1967), o tronco, além de instrumento utilizado para torturar escravos, teria continuado a servir em 1918 nas cadeias do interior goiano, “como arma dos sobas municipais para a punição de adversários ou simples desafetos que ousassem contrariá-los em seus domínios” e continua descrevendo o poderio do coronel: “Não havia nem juiz de direito, nem delegado, nem ninguém que pudesse torcer a sua vontade. A justiça era (e ainda é) o coronel.” (p. 26).

<sup>30</sup> Há que se questionar o fato da narrativa enfatizar a retirada do tronco, sendo a grande questão não o tronco em si, mas o fato de ter sido retirado do seu “lugar certo” que seria a casa dos Wolney. Também o fato do sobrado ter sido destruído aponta para uma necessidade de apagar o passado: o lote está vazio, nada construíram ali.

A vila do *Duro* foi tomada por Abílio Wolney com homens fortemente armados, liderados por Roberto Dourado e Abílio Araújo, que tinha o apelido de Abílio Batata e era considerado o “flagelo dos sertões de Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão. O bandido mais ruim que o sol já cobriu” (AIRES, 2002, p.106)<sup>31</sup>. Com a tomada do *Duro* pelos homens de Abílio, os policiais mataram os reféns. Esta violência extrema, como foi apontada anteriormente, foi resultado do rompimento do pacto entre coronéis e governo estadual. Estes fatos aparecem com diferentes nuances e cores, tanto em Élis quanto nos demais autores locais.

Após a tomada do *Duro* pelos homens de Abílio e o assassinato dos reféns, instaurou-se na localidade um período de medo, terror, vingança e ódio. Muitas pessoas foram assassinadas tanto no enfrentamento entre os jagunços e a polícia goiana, quanto posteriormente no período de sebaça com saques e depredações que duraram em torno de quatro anos, pois os jagunços tinham suas leis próprias. Os chefes nada lhes pagavam, mas os jagunços consideravam no direito de saquear os inimigos. E este código foi seguido à risca em *São José do Duro* e Conceição do Norte, e mesmo os considerados amigos dos Wolney foram muito prejudicados. O número de mortos, sem dúvida, excede os nove do *tronco* e o sangue derramado por pessoas anônimas, sem voz, sem registros, jamais foram lembrados pelas narrativas locais.

## 1.5 A luta pela memória dos atores

Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo.

(Guimarães Rosa, 2006, p. 156)

O sobrenome Wolney, de acordo com Póvoa (2002), em seu livro sobre genealogia, era originalmente Volney e teria surgido a partir de Manoel Lourenço Cavalcanti, avô do Coronel Joaquim Ayres Cavalcanti Wolney, sendo este o primeiro a usar o sobrenome. Manoel Lourenço teria feito uma homenagem ao escritor francês, conde Constantino Francisco Chassebauf de Volney (p.32). Para Borjas (1995), a explicação para o surgimento do sobrenome Wolney estaria ligado à oralidade. Nesta versão, o Coronel Joaquim também

<sup>31</sup> De acordo com Aires (2002), grupos de jagunços de Estados da região chamada nordestina haviam atacado anteriormente cidades do antigo norte goiano: “Porto Nacional estremeceu-se com os Barbosa; Boa Vista horrorizou-se com o coronel Leitão; Pedro Afonso arrasara-se com Batata e Dourado; e agora São José do Duro assombrava-se. Tiroteios ensurdecedores estrugiam na entrada da Vila” (p. 118).

teria sido a primeira pessoa da família a utilizar este nome, embora quem o dera teria sido o seu pai e não seu avô como declara Póvoa. Assim, relata Borjas:

Entre las cosas que contaba el viejo coronel Wolney, papá de Abílio, es que su padre escogió el nombre Wolney de un libro esotérico que encontró, como la palabra Wolney fue rechazada en el bautizo como nombre, fue legalizada como apellido y allí comienza la inserción de la palabra Wolney (a veces como nombre y a veces como apellido) en el *Duro* (p.201, 202).

Esta família teria chegado ao *Duro* por volta de 1850 vindo da Bahia. O coronel Joaquim Wolney exercera cargos de destaque na localidade e seu filho Abílio Wolney cargos na capital. Abílio Wolney foi um dos principais protagonistas dos episódios que ocorreram no *Duro* e figura central na memória em disputa da localidade. O livro de Voltaire Wolney Aires (2002) privilegia e busca resgatar a imagem de Abílio Wolney, apresentando sua trajetória, a partir do diário e documentos pessoais deixados por este. Em sua perspectiva, diga-se de passagem, de neto do coronel, no seu “Intróito da 1ª Edição”, afirma que seu livro é “uma obra romanesca, épica, lírica e verossímil, trazendo em seu bojo as nuances, o brilho e as cores vivas, indispensáveis num romance, porém sem adular a fidelidade da história” (p.3). Tem o objetivo de descrever “Os caminhos que edificaram a perpetuação de Abílio Wolney (...) trazer à lume seu tempo e seu reinado” (p. 03). Não esconde a intenção de narrar o que ele chama de “fantástica e pungente epopéia de um clã” (p.6), o clã dos Wolney, do qual faz parte. Embora utilize termos como clã, reinado, epopéia é irônico que, ainda, anseie produzir uma história fiel e sem adulterações.

Outro neto de Abílio Wolney, de mesmo nome, empreendeu tarefa de publicar o diário do avô, intitulado a narrativa de *O diário de Abílio Wolney* (2002). Tendo ainda o diário como suporte Voltaire Wolney (também neto) publicou *Abílio Wolney, suas glórias, suas dores* (2002). Sobre o diário do coronel Abílio escrito por ele e tão utilizado por seus netos, Borjas (1995) defende a hipótese de que, provavelmente, tenha sido escrito depois do *Barulho*, como reação a outras versões que vinham sendo divulgadas e, sobretudo, para contestar a versão de Bernardo Élis (p. 209). Borjas descreve sua impressão sobre o diário, em sua pesquisa da década de noventa, portanto, antes da publicação deste mesmo diário feita pelos netos do Coronel Abílio Wolney:

Como todo diario, comienza en una fecha cualquiera y da cuenta de la vida en la manera que el autor quiere verla a través del calendario que construye con su propia imaginación. Así es el *diario* de Abilio; comienza en el día que asesinaron a Vicente Belém. Ese día es el único donde la acción tiene un carácter progresivo, los demás días son narrados en pasado e acciones concluidas. Ante esa evidencia es obvio que el *diario* es en realidad un testimonio construido, como documento básico para la comunidad de memoria (p. 231).

Abílio Neto declara que fez a seleção dos escritos de próprio punho de Abílio Wolney e selecionou outros apontamentos e cartas para a publicação. O critério para a seleção dos trechos publicados teria sido feito pelo que considerou “mais pertinentes com os fatídicos” [*Barulho*], fazendo apenas “atualizações ortográficas” (p. 09). O objetivo da narrativa também foi de homenagear Abílio Wolney como enfatiza na abertura de seu livro: “É certo que não posso esculpi-lo *post mortem* num monumento aos heróis sem jaça, da mesma forma como não vou sonégá-lo à história, deixando-o alhures, à mercê da crônica dos vencedores, que a rigor não se sobrepõe ao que há de verdadeiro na maior parte da literatura a respeito” (p. 10). A retórica na *narrativa do neto* tem o claro objetivo de recompor a imagem de Abílio Wolney e, para isso, inverte os lugares, passando Abílio Wolney de coronel, truculento, arrogante que dominava para alguém à mercê da “crônica dos vencedores”.

Borjas (1995) descreve como é percebida a trajetória de Abílio Wolney dentro da comunidade de memória:

Abílio Wolney se les aparece como un sorprendente autodidacta nordestino y político precoz (admirado y tomado como modelo por esa razón). A los veinte años fue electo diputado estatal (1884), y diputado federal frustrado (1900), pues no llegó a tomar posesión porque fue “depurado”. En 1902 fue nombrado Teniente-Coronel de la Guardia Nacional asumiendo el comando del 3er regimiento de caballería ubicado en São José do “Duro”. Con esa función recorre el estado de Goiás y crece su influencia política. En 1909 obtiene un nuevo mandato legislativo y adquiere la posición de líder. El gobierno de Goiás se divide y él queda en el centro de los conflictos (p. 145).

Há um conflito entre as narrativas apresentadas pelos irmãos Wolney, pois se Abílio Neto está preocupado em apresentá-lo como um *herói sem jaça* à “mercê da crônica dos vencedores”, Voltaire Wolney preocupa-se em descrever a família e o poderio dos Wolney da seguinte maneira: “Com a criação do coronelismo, os senhores de terras passaram a construir pequenos estados dentro do próprio Estado. Dominavam como um antigo Capitão-mor, sobre a terra e sobre os homens. O coronel Wolney não fugia à regra. Tornara-se rapidamente num potentado (...)” (p.6). Este poder foi transmitido ao filho Abílio Wolney como descreve o depoimento do Professor Osvaldo Póvoa concedido a Borjas (1995):

Asumo que la autoridad que poseía Abilio fue fundamentada por el soporte de su padre, quien era la verdadera autoridad, y este permitió que su hijo asumiera el poder que esa autoridad le otorgaba desde joven, porque el padre hacía a través de él lo que la edad ya no le permitía hacer por si solo. Después el padre hacía lo que el hijo le ordenaba, porque este pasó a respetarlo y a tenerle miedo (p. 239).

E Aires (2002) continua sua narrativa fiel ao objetivo de apresentar o *reinado* e a *epopéia do clã*. O coronel Joaquim Wolney é descrito como um “potentado, dono de 14 fazendas e mais de 16.000 cabeças de gado, dispersas, além da fronteira da Bahia” (p. 8). Teria estabelecido no *Duro* um poder

absoluto como indica trecho a seguir: “Estabelecia um poderio absoluto, indestrutível, exercendo o regime dos alvarás régios aos desbravadores dos sertões: onde suas vistas alcançassem e o gado pisasse, ali estariam delimitados suas terras” (p.7).

De acordo com esta narrativa, o coronel Joaquim Wolney teria consolidado seu prestígio social dentro da vila, a partir de 1890, após uma hercúlea ação de “varar o sertão e gerais de um Estado a outro, abrindo estradas em trechos refugados por burros, onde, muitas vezes, estes só passavam arrastados, tocados à sovela e chibata” (p.15). A construção da estrada ligando o *Duro* a Barreiras – Bahia, em um percurso de 50 léguas (300 km), “ao talho de foices e machados” teria contribuído para fortalecer a dominação do Coronel Joaquim Wolney na localidade, o qual se torna posteriormente intendente do *Duro*.<sup>32</sup>

Porém, Borjas (1995), em sua pesquisa, percebe certa nuance indicativa de que o poder econômico dos Wolney, filho e pai (também chamado de “velho”), não eram tão absolutos como aparenta nas diferentes narrativas locais. Assim descreve a fala de um dos moradores da localidade: “La gente de afuera del *Duro* por la fama que se hizo Abílio y el “véi” aparecían como todo poderoso en la región, pero aquello era más fantasía que realidad.” (p. 193).

No discurso das pessoas da localidade, percebe-se constantemente uma mistura da figura de Abílio Wolney com a do seu pai, Coronel Joaquim Ayres Cavalcante Wolney. E a figura dos dois está estreitamente ligada à temática do coronelismo no lugar.

Aires (2002) quer reforçar a idéia de prestígio do Coronel Joaquim Wolney e seu primogênito Abílio Wolney, prestígio que teriam adquirido no *Duro*. Assim, afirma que o Coronel Joaquim Wolney teria tomado “as rédeas da carruagem política, passando a liderar o partido Republicano. Seu prestígio era incontestado, era o novo zagal do Duro” (p.19). E continua enfatizando que como o poder e o prestígio são passados de geração a geração, Coronel Joaquim Wolney, já velho, confiava e compartilhava tudo com seu filho Abílio Wolney, que não tinha o título de coronel<sup>33</sup>.

Consideravam-se os donos de tudo de acordo com Élis. Eles eram quem detinham capacidade de governo, eles produziam um discurso de que haviam construído tudo e que lutaram pela melhoria do lugar. Há que se questionar o que seriam estas melhorias e a quem beneficiaria. Este discurso do melhoramento, do “progresso”, há tempos vem sendo reapropriado pelos políticos do lugar. Os Wolney consideravam-se tudo ali.

<sup>32</sup> Após a morte do Major João Nepomuceno de Sousa, fundador e Primeiro Intendente da Vila do *Duro*.

<sup>33</sup> Abílio tinha o título de tenente-coronel e não era conhecido no Duro como coronel antes da morte do seu pai, embora o coronelismo como objeto de análise não dependa da patente, mas da hegemonia local.



Abílio Wolney era considerado o médico e “farmacêutico do sertão”, com um curso prático de medicina e farmácia feito na Bahia passou a tratar todas as formas de enfermidades. Posteriormente, teria se destacado na política e passou a ser narrado pelos escritores locais como um “herói sertanejo”, que conseguiu galgar altos postos políticos no Estado de Goiás. Macedo (1980) descreve Abílio Wolney como “chefe de jagunços, capitão de trabuco, político, médico, advogado, farmacêutico, carpinteiro, veterinário, filósofo, seleiro, requintado fazedor de gibões e perneiras, sapateiro.” Destaca que tudo ele sabia fazer e fazer bem, “embora jamais houvesse alisado bancos de escola ou de academia” (p. 17) E continua destacando o brilhantismo deste sertanejo como indica o trecho abaixo:

Médico por instinto, advogado por leitura e natureza, obteve licença para praticar as duas profissões, porque lia muito, era de uma voracidade sem limites quando se tratava de livros. Mandava buscar livros em toda parte civilizada, e ainda tinha tempo de corresponder-se com o poeta Augusto dos Anjos (MACEDO, 1980, p. 17).

Assim, as narrativas apresentam um claro aspecto de memória em disputa. Ou como nos lembra Kofes (1998), a narrativa que não espelha a experiência busca suscitá-la. E a ênfase é em Abílio Wolney como alguém à frente do seu tempo e que não media esforços para alcançar seus objetivos, mas sempre com honra, lealdade e justiça.

É interessante observar que Abílio Wolney viveu muito tempo depois dos eventos do *Barulho*, falecendo em 1965, com oitenta e nove anos. O que evidencia que Abílio Wolney teve tempo suficiente para escrever e divulgar sua visão, propagar sua própria versão dos fatos.

## 1.6 Coronelismo no *Duro*

Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz (...). Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada!

(Guimarães Rosa, 2006, p. 111, 112)

A análise do tema coronelismo é fundamental para a compreensão das práticas e representações políticas do Estado de Goiás, na primeira República. Victor Nunes Leal (1975), considerado um dos autores clássicos neste tema, define coronelismo como um “Sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder

público fortalecido” (p. 252). É a existência deste compromisso que supõe certo grau de dependência de ambas as partes.

Esse compromisso, para o autor, seria uma das características principais do coronelismo, como destaca: “(...) uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (p. 20). Dentro deste sistema, Leal destaca também as conseqüências diretas do coronelismo que seriam mandonismo, filhotismo, falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais, entre outros. Todos estes desdobramentos do coronelismo estão presentes em cores diversas nas narrativas e interpretações do *Barulho*.

Leal (1975) dedicou-se a entender os mecanismos de sustentação do poder local dos coronéis e destaca que estes sempre usufruíram de uma ampla autonomia, estavam acima da lei, pois mantinham um acordo com o governo estadual, um jogo incondicional de apoio aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais e, a partir disso, e em cumprimento ao compromisso do coronelismo, os correligionários da localidade tinham “carta-branca” do governo, que fazia vistas grossas em relação às práticas dos chefes locais.

E os Wolney tornaram-se “chefes locais” com uma dominação que poderia ser nomeada como tradicional<sup>34</sup>. O coronel é visto, principalmente, como temível, arrogante, truculento que domina seus parentes e agregados e não admite ser contrariado. Esta imagem do coronel ainda persiste no imaginário de muitas pessoas mais velhas da localidade. Conforme o depoimento de uma pessoa que nasceu na cidade: “Os Wolney eram prepotentes demais, muito valentes, queriam se impor. Toda vida eles queriam ser tudo, e não obedeciam ninguém”.

A própria análise da Primeira República ou República Velha e a organização do coronelismo neste período evidenciam o fato de a violência ser empregada cotidianamente por ambas as partes tanto as definidas como situação quanto as entendidas como oposição. O objetivo aqui não é o de fazer juízo de valor e nem de ser o “tribunal da história”, mas destacar que dentro da lógica do coronelismo a luta por poder é essencial e que para atingir o poder e nele permanecer os fins justificavam os meios (FERREIRA, 1998).

O coronelismo e a sua dominação no *sertão* são, especialmente, emblemáticos em Élis, quando narra o caso Vigilato que se baseia no fato ocorrido com Agenor Cavalcante<sup>35</sup>: um enfrentamento entre o

<sup>34</sup> As análises weberianas dos conceitos de dominação, poder, legitimidade e obediência e suas tipologias de dominação em burocrática, tradicional e carismática são importantes para a análise do coronelismo. A dominação tradicional é definida por Weber como sendo a crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade.

<sup>35</sup> Borjas em sua pesquisa apresenta o fato narrado por Élis, tendo como base a narrativa tecida em manuscritos existentes no Duro. Agenor Cavalcante, sobrinho do Coronel Joaquim Wolney, teria se aliado aos inimigos dos Wolney e após intrigas, teria sido assassinado pelo tio.

Coronel Pedro Melo [Coronel Joaquim Wolney] e seu sobrinho Vigilato [Agenor Cavalcante]. O coronel teria implicado sem motivo aparente com o sobrinho e, para obrigá-lo a ir embora da vila, “ordenava aos cabras que fossem fazer suas precisões no terreiro do Vigilato [Agenor Cavalcante]. Uma manhã, a mulher de Vigilato [Agenor Cavalcante] estava na porta da cozinha, quando senão olha ali uns homens obrando na sua frente, no maior dos desrespeitos para uma senhora direita (p. 41).” Vigilato [Agenor Cavalcante], que não teria gostado do acontecido, descobre que o mandante do ato teria sido seu tio, o Coronel Pedro Melo [Coronel Joaquim Wolney], ocorrendo o seguinte diálogo:

- Vigia aqui, esse menino, quem deu ordens aos cabras foi o degas aqui – e batia no peito estufado.

- Ô velho cachorro! Agora eu estou lá, manda de novo. Vamos ver se você tem topete para isso, trem à-toa. - O velho não gostou da má-criação do sobrinho e avançou para ele que, mais esperto, passou-lhe uma rasteira, botou no chão, montou e mão na vasta barbaça branca do coronel: deu-lhe muitos safanões (p. 41).

O coronel Pedro Melo [Coronel Joaquim Wolney], que não admitia desaforos, adoeceu com o acontecido. A partir daí, só falava do sobrinho para desfeitear e xingar – “uma úlcera lhe roía a pacuera” - e prometeu vingar-se do sobrinho. Vingança que ocorre logo, como descreve Élis: uma noite, o coronel aproveitando a bebedeira de Vigilato arma com seus capangas Tito, Resto-de-Onça e Aleixo, uma emboscada. “Muito de sutil os três homens esperaram o bêbado; e quando ele encostou-se à calçadona alta do tio para soltar a sua cantiga, foi um vup e ram; meteram-lhe o porrete no piolho” e, em seguida, o coronel “meteu fogo, arrebetando-lhe os miolos” (p.42). Não satisfeito, o coronel e os três comparsas teriam levado o corpo à casa do sobrinho e atirado o defunto aos pés da viúva, o coronel gritara: “Um capado procê limpar”, lançando Vigilato [Agenor Cavalcante], morto diante da mulher e dos filhos dentro da sala (p.42).

A autoridade suprema do coronel é retratada por Élis com detalhe ao descrever o silêncio que se fez dentro da vila, ninguém ousara se manifestar, nem a própria viúva ousara chorar por medo. E continua a narração destacando que quando a notícia chegou ao juiz da cidade, que soube no sítio onde estava, não se sabe pela boca de quem, que ninguém queria se envolver “em caso de coronel”.

Um outro problema teria sido o do enterro do defunto, pois ninguém arriscava-se a enfrentar o coronel. Élis descreve que restou ao juiz, que conseguiu “dois homens pobres” para conduzir o defunto até a cova. Sendo que estes exigiram do juiz que lhes dessem intimação de autoridade e os acompanhasse até o local. E Élis continua enfatizando que nem mesmo o “fazedor de caixão” quis trabalhar para o inimigo do coronel e o defunto foi, então,

enterrado envolto numa colcha. E o Coronel Pedro Melo [Coronel Joaquim Wolney] teria tornado seu crime público e notório ao mandar fincar uma alavanca de ferro de mais de um metro de comprimento no lugar onde caíra o morto: “É pra exemplar cabra maludo (...). É pra ninguém desrespeitar barba de velho”!(p. 43).

O medo é eloqüente em relação ao poderio e à autoridade do coronel que desafiava a lei. Mesmo em casos como os descritos anteriormente e os das mais variadas arbitrariedades, o governo estadual fazia-se cego, surdo e mudo. Em um contexto de aliança, a lei e a justiça são ditadas pelos coronéis que passam a deter o poder dentro da localidade. Abusos são cometidos, arbitrariedades, desrespeito às autoridades constituídas e nenhuma providência é tomada para coibir estes atos. Conforme declara Ferreira (1998):

No coronelismo a “lei” que realmente imperava era a dos mandões locais que contavam com apoio do governo estadual, a eles tudo era permitido, aos inimigos e adversários não restava alternativa; o jeito era aliar-se a outros coronéis opositores para tentar sobreviver aos desmandos da oligarquia dominante. Na verdade o que interessava era o poder, os meios de atingi-lo pouco importavam (p.55).

E ainda, dentro deste contexto de predomínio, não se observa resistência por parte dos coronéis interioranos à direção política da Capital. Como declara Campos (1987), “É de se admitir que as bases do *compromisso coronelista* eram satisfatórias para ambas as partes. Neste sentido, são constantes as nomeações de juiz-de-paz, juiz-de-direito, promotor, sub-delegado, delegado e de professores para os municípios na conveniência das chefias locais” (p. 51).

Desde o início da República, o Estado de Goiás tornou-se palco de uma acirrada luta de oligarquias rurais, que disputavam a ascensão ou permanência no poder. De início, destacaram-se no cenário goiano os Bulhões, que dominaram o Estado desde a proclamação da República até 1912, quando os Caiados assumiram e permaneceram até 1930 e, em seguida, os Ludovico de Almeida (CAMPOS, 1987, p. 82).

Assim, a política coronelística estava centrada no pacto com o poder público, formando um bem articulado sistema de domínio “em que um grupo na Capital controla a política e a administração estaduais e, se colocando, como representantes do Estado a nível nacional, reconhece e garante o domínio que as chefias locais, os coronéis, estabelecem nos municípios” (CAMPOS, 1987, p. 84).

Embora as oligarquias do Estado de Goiás e o coronelismo tenham mudado os nomes nos diversos momentos de sua história são reforçadas as mesmas práticas tanto com Bulhões, Caiado, e Ludovico. Sendo que entre os Caiados, destaca-se o nome de Totó Caiado pela truculência, narrada por Garcia (1997), como “personagem desassombrada e violenta” que utilizava a força bruta. Não aceitando oposições, “era a lei e a borracha”. E as *narrativas durenses* enfatizam, utilizando este autor, que Abílio

Wolney teria sido a única voz a se erguer contra o “impulsivo sátrapa, a do deputado do norte de Goiás” (p. 12). Aqui a reabilitação do Coronel Abílio Wolney, dentro da *narrativa durense*, é de que teria sido o único com coragem para enfrentar o temível Totó Caiado.

Assim, de acordo com Aires Neto (2002), o rompimento de Abílio Wolney e Totó Caiado estaria ligado ao fato do primeiro defender um projeto de lei “pertinente à divisão de terras pertencentes à sua família (dos Caiado), ou melhor, aos proprietários rurais em Goiás” (p. 64). Aires Neto defende que esta seria uma lei revolucionária em que eram “reconhecidos os direitos de camponeses, com mais de dez anos de posse na terra. Uma espécie de reforma agrária. A matéria feria sobremaneira os latifundiários goianos ou, precisamente, a oligarquia Caiado” (p. 64).

Ironicamente, se a lei feria os interesses dos latifundiários, conseqüentemente, feria os interesses de Abílio Wolney, grande latifundiário como descrito pelos *durenenses*. Acho que este rompimento, portanto, estaria relacionado a outras questões de interesse político, sendo esta uma resignificação construída também para reabilitar o *coronel*.

Póvoa (1980) aponta que com menos de vinte anos, Abílio destacava-se na política, tornando-se deputado estadual por três mandatos. Porém, sua trajetória política começa a desmoronar quando rompeu com os Caiados, seus antigos aliados para apoiar Gonzaga Jaime. Em 1917, o Estado de Goiás passa a ser presidido pelo Desembargador João Alves de Castro, cunhado de Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado), que é o principal articulador da política estadual e presidente do partido democrata. Este aspecto é apontado na descrição feita por Élis (1974) no trecho a seguir:

(...) Artur Melo [Abílio Wolney] conseguiu eleger-se deputado federal tanto pôr Goiás como pela Bahia, mas quem disse de ele tomar posse! No Rio, os Caiado conseguiam depurá-lo, como então se dizia. Foi aí que Artur Melo instalou-se na capital do Estado com seu jornal de oposição, disposto a atacar o caiadismo na própria toca. Em represália, os Caiados, senhores do governo, davam apoio político aos opositores dos Melos, no Norte do Estado, criando as bases para uma firme e poderosa oposição a Artur Melo e seu pai. Sentindo fugir o prestígio, Artur Melo abandona a capital, e regressa para sua região, a fim de recuperar a antiga influência, mas lá chegando depara um quadro desanimador: Os cargos públicos estão em mãos de adversários, o bafejo político faz do humilde bajulador de ontem um rancoroso inimigo. Adeus os bons tempos em que à vontade de Artur ou seu pai era a suprema lei !(p. 38, 39)

Borjas (1995) destaca que a vida política de Abílio foi permeada por alianças com um grupo, depois com outro. No início de sua carreira, era aliado dos Caiados e contrário aos Bulhões; posteriormente, fez aliança com outros grupos de posições políticas ambíguas, gerando uma situação de perda de apoio político dentro da Capital. Os Wolney teriam sido incluídos entre os aliados dos Caiados na fase de decomposição da oligarquia dos Bulhões, por que o objetivo era contar com os dois mil votos que estes poderiam reunir em Conceição do Norte e no *Duro*. Estes votos seriam adquiridos pela grande

influência que o Coronel Joaquim Wolney (pai de Abílio) tinha nestas localidades e que se fazia representar pelo filho. Assim, os Caiado teriam-no apoiado como candidato a deputado estadual e federal. Mas logo barraram sua carreira política para favorecer outras pessoas com influência maior, pois para os Caiado não teria sido tão relevante o apoio dos Wolney, pois representavam somente uma parte pequena do interior.

Para Borjas, portanto, Abílio teria construído sua vida política em meio a uma contradição que não foi resolvida nunca. Surgiu na política contra os Bulhões para logo unir-se a eles por meio de Xavier Almeida. Este, porém, se separou dos Bulhões e adotou sua própria política e Abílio ficou com inimigos por todos os lados. Os Caiado consolidaram-se, derrotando os Bulhões e assumindo completamente a liderança do Estado. O que segundo Borjas converteu-se no pior pesadelo de Abílio Wolney para o resto de sua vida.

Com o rompimento da aliança entre governo estadual e coronel, todo o pacto de proteção e de cooperação é também rompido. A quebra do pacto era sinônimo de “cisão, ruptura, perseguição política, e conseqüente perda do poder” (FERREIRA, 1998, p. 55). As conseqüências da quebra do pacto e da reciprocidade estão também presentes nas narrativas *durenses*, como destaca Póvoa (1980): “a trajetória política de Abílio Wolney começa a desmoronar”. (p. 14) e a seguir conclui que: “O rompimento político foi a causa primordial da tempestade que desabaria depois” (p. 15)

Abílio resolveu retornar ao *Duro* e é, neste contexto, que a luta local por hegemonia política exacerba-se. De um lado, a dominação de representantes de Totó Caiado e de outro a ligada aos Wolney. Foi o cenário propício para as disputas e para os eventos que desembocaram no *Barulho*. À frente da coletoria, estava Sebastião de Britto que era primo e cunhado de Abílio Wolney, e como juiz municipal, Manuel José de Almeida. O novo contexto político do *Duro* é descrito por Bernardo Élis (1974) da seguinte forma: “Dia a dia os correligionários dos Melos [os Wolney] abandonavam suas fileiras, passando de armas e bagagens para as hostes de Vicente Lemes [Sebastião de Britto] e Valério Ferreira [Manoel de Almeida], aonde vinham buscar as delícias do situacionismo, isto é, vinham buscar dispensa de impostos, obterem impunidade para os crimes e saques” (p.41).

## 1.7 Memória Local

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros acho que nem se misturam. Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância. (...) Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data.

(Guimarães Rosa, 2006, p. 98, 99)

As narrativas sobre o *Barulho* e os eventos que antecederam e sucederam estes fatos estruturaram-se em uma memória hegemônica. Esta memória está centrada no chamado “*massacre dos nove*”, também chamado nas narrativas de *chacina oficial* e nos demais conflitos do *Barulho*, o que forma a comunidade de memória, comunidade que exclui os demais grupos e constrói um universo imaginário, habitado unicamente por eles.

O crescimento da população na cidade nas últimas décadas tem atraído uma quantidade enorme de novos grupos, especialmente, após a formação do Estado do Tocantins. Na pesquisa de Borjas (1995), feita na década de noventa, as famílias do *Barulho* representavam 15% do total da população local. Estes 15% eram os atores da memória local, porque no passado formaram o universo populacional do lugar. A partir do *Barulho* e da morte dos *nove*, a memória do grupo foi reordenada, o passado e quase toda a história do lugar foi reinterpretada como se fosse causa e consequência desses fatos.

Na versão da comunidade de memória, o *Barulho* e todas as suas consequências teriam sido provocadas pelos que vieram de fora e não pelas forças locais que disputavam a hegemonia (BORJAS, 1995, p. 229). Os grupos, que perderam familiares no *tronco*, teriam utilizado a seguinte estratégia: “(...) se colocaron en su comunidad de memoria como victimas de la agresión de una poderosa fuerza exterior que les martirizó la vida” (p.229). A memória construída pelos grupos que não tinham aliança com os Wolney, não utilizam o termo *Barulho*, denominam sintomaticamente este período por *Revolução*.

Memória social, entendida nos termos de Halbwachs (1990), é repertório de experiências acumuladas que compartilham do caráter simbólico, metafórico ou ritual. Produzem processos de aprendizagem e socialização dos indivíduos e grupos. A memória produz referenciais temporais e espaciais de práticas sociais gerais e específicas em diferentes dimensões da vida social. Este repertório é resultado de processos múltiplos, que podem gerar mudanças no comportamento e estimular o processo de preservação, que nasce da experiência, no imaginário e também na educação<sup>36</sup> e na socialização.

Pollak (1989) enfatiza os diferentes pontos de referência que estruturam a memória na coletividade. Dentre estes, destacam-se monumentos, patrimônio arquitetônico e seu estilo, bem como as paisagens, as datas e os personagens históricos que são lembrados constantemente. Há também as tradições e costumes, algumas regras de interação, o folclore e a música entre outros.

Seguindo o pensamento durkheimiano, Pollak aponta que é possível tomar diferentes referências como indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo. A memória como formadora de identidade hierarquiza, classifica, seleciona e define o que é pertencente e

<sup>36</sup> Uma das escolas mais tradicionais da cidade, o Colégio João D’Abreu promove no mês de agosto, mês de aniversário da cidade um concurso de poesias, com o tema história de Dianópolis.

comum ao grupo e o que o diferencia dos outros. Funda e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Esta memória, na abordagem durkheimiana, é centrada na duração, continuidade e estabilidade. A memória coletiva em Halbwachs não era vista em seu aspecto coercitivo, impositivo ou como forma de dominação. Como destaca Pollak (1989), eram acentuadas unicamente suas funções, chamadas positivas ao reforçar a coesão social, a adesão afetiva ao grupo.

A questão da memória coletiva é problematizada por Pollak (1989), que aponta uma perspectiva construtivista, que não se vincule à preocupação em “lidar com os fatos sociais como coisas”, mas se preocupe em entender como e por quem estes fatos sociais solidificaram-se e foram dotados de estabilidade e permanência. A ênfase passa a ser, portanto, nos processos e atores que intervêm na constituição e formalização das memórias.

Borjas (1995), em sua Tese: *Comunidade de Memória*, analisa a memória hegemônica (memória oficial) em disputa pelas diferentes famílias envolvidas no chamado *Barulho do Duro*. Privilegiou a ótica das famílias envolvidas e seus descendentes que configuraria o que ele chama comunidade de memória. A memória da localidade é explicada por meio do que Borjas chama de lógica metafórica. A metáfora como figura de linguagem, que possibilita ao pensamento humano os mecanismos de intermediação para perceber os processos culturais e sociais, permitindo os cortes pertinentes e o reordenamento do passado que o constitui.

Sua análise privilegia três metáforas explicativas principais: *Duro*, *Barulho* e *Os nove*; embora enumere várias<sup>37</sup> outras. A metáfora *Duro*, como dito anteriormente, refere-se à vila, ao lugar e a amplos outros significados. *Barulho* é expressão que indica a problemática da hegemonia disputada entre as famílias e o conseqüente conflito local. *Os nove* é expressão que se refere aos assassinados no *tronco*. Borjas (1995) destaca que nem o *Barulho* foi somente barulho e nem os assassinados foram somente *nove*, mas estas expressões sintetizam, abarcam o processo que reordenou a vida local, na medida em que transmite imagens concretas dos processos vividos (p.4).

A metáfora é instrumento para falar daquilo que obriga ao silêncio. Um instrumento do conflito interiorizado, que assume a forma de monólogo interior, como se fosse um diálogo da consciência consigo mesma. A memória metafórica é a síntese do papel das figuras de linguagem dentro da prática cultural e os fundamentos da constituição de uma lógica metafórica na comunidade estudada.

Como reitera Godoi (1999) a memória coletiva aparece como uma espécie de discurso da alteridade, no qual a posse de uma história que não se divide, dá ao grupo sua identidade. Pois só é possível recordar como membro de um grupo social. O trabalho da memória grupal é responder

<sup>37</sup> Tais como o tronco do sobrado, o coronel, o arraial, a mina, os índios, as Dianas.



às necessidades da ação presente, mas sua preservação descansa ancorada no espaço e nos objetos que a rodeiam. Lugares como ponto de marcação de um tempo vivido – lugares de memória ou campos de memória – que não constituem um conjunto finito, mas podem se multiplicar com o desenrolar da história do grupo (p.112).

A busca da hegemonia na localidade, em historicizar suas memórias, ou na expressão de um *durense*, “eternizar na memória e no coração”. O depoimento recolhido por Borjas (1995) de uma pessoa, que vive no lugar chamado *mato* e sem vínculos de parentesco com a “comunidade de memória”, declara:

(...) cuando yo crecí me di cuenta que esa cuestión del *barulho* no es asunto nuestro en el *mato*. Ellos quieren que todos nos rindamos en su memoria y les dediquemos devoción porque ellos son los mártires y constructores de este municipio, pero no es cierto, si mi padre es un ejemplo, lo es porque él también contribuyó en otros aspectos en su construcción (...) (p.167).

## 1.8 Três narrativas em disputa

Não. Eu estou contando assim, porque é meu jeito de contar. Guerras e batalhas? Isto é como jogo de baralho, verte, reverte.

(Guimarães Rosa, 2006, p. 98)

A disputa pela memória na localidade ganha aspectos instigantes e estratégias para remodelar o passado ou refazê-lo. Aqui apontaremos este aspecto em três narrativas: a “querela judicial” contra o filme *O tronco*, o texto *Terras durenenses sob a égide das hidrelétricas* e a análise feita pelos *durenenses* dos lugares de memória.

Ainda pensando a memória coletiva, Pollak (1989) destaca que embora seja tecnicamente impossível captar lembranças sensoriais e imagéticas em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é, sem dúvida, o melhor suporte para fazê-lo, pois se dirige à capacidade cognitiva e capta emoções. Bernardo Élis lançou o livro *O tronco*, em 1956, e, em 1968, o cineasta João Batista de Andrade adquiriu os direitos da obra para adaptá-la para o cinema. Ainda, em 1967, Francisco de Assis Barbosa, em prefácio à segunda edição de *O tronco*, declara que:

*O tronco* possui força bastante para atrair os caçadores de assunto para o cinema novo brasileiro, que tantas obras importantes já produziram por sua rápida eclosão, em termos artisticamente válidos, adquirindo por isso mesmo em tão pouco tempo uma dimensão internacional. *O tronco* daria um grande filme. E o roteirista não teria muito trabalho na adaptação para a linguagem cinematográfica da história rude e máscula (...). Tudo parece escrito para o cinema, com impressionante precisão na marcação das cenas, sublinhando o autor os momentos de suspense, como nos bons filmes de John Ford, até o ponto culminante com o sacrifício das vítimas no tronco (p. 26).

Interessante é observar que, embora Barbosa tenha feito essa declaração, em 1967, e o cineasta João Bastista tenha adquirido o direito de adaptá-la para o cinema um ano depois, o filme foi produzido mais de três décadas após, em 1999. Borjas (1995) em sua pesquisa enfatiza que:

Recientemente alguien en São Paulo ha manifestado interés por llevar al cine el libro de Elis, pero este comenta que a pesar de los empeños en ese objetivo, no ha fructificado la idea. Con esto la comunidad de memoria se ha alertado ante esa posibilidad y es posible que por allí van a nacer los obstáculos que hagan imposible el sueño de Elis (p. 179).

Se este era um sonho de Élis não há confirmação, mas o filme foi às telas com o título *A Chacina dos Coronéis: O Tronco*. Com roteiro e direção de João Batista de Andrade e um elenco de atores destacados nacionalmente, como: Ângelo Antônio, Antônio Fagundes, Letícia Sabatela, Rolando Boldrin (cantor, ator e apresentador de televisão), Chico Diaz, entre outros. O filme ganhou vários prêmios nacionais, como: *Festival de Brasília*, 1999, melhor filme e melhor ator coadjuvante para Rolando Boldrin; *Festival de Recife*, 2000, melhor diretor e *Festival de Natal*, 1999, melhor ator coadjuvante para Rolando Boldrin, e melhor cenografia.

O surgimento do filme, portanto, retoma entre as famílias hegemônicas da localidade as antigas polêmicas geradas pelo livro de Élis. A reação mais destacada é do neto de Abílio Wolney, juiz diretor de foro e juiz eleitoral de uma das comarcas goiana, da cidade de Anápolis. Muitas matérias são veiculadas na imprensa tocantinense e goiana, especialmente, ensejada por ele. Interessante é observar, como mencionado anteriormente, o próprio Abílio Wolney de acordo com o depoimento de Élis, teria tentando processá-lo, chegando a contratar um advogado. Mas teria desistido por não poder provar nada.

Tendo o objetivo de esclarecer e retificar uma versão considerada imposta ao público Abílio Wolney Aires Neto declara que foi “às barras do Tribunal, no dia 30 de novembro de 1999, quando, em companhia do meu irmão Zilmar Wolney, propusemos a querela em

petição” (AIRES NETO, 2006, p. 32). Nos autos do processo consta queixa-crime contra a *honra dos mortos* que, segundo o advogado Zilmar Wolney, reflete na honra dos vivos. O confronto judicial deu-se na Comarca de Goiânia, na 12ª Vara Criminal, contra o cineasta João Batista de Andrade<sup>38</sup> pela produção do filme, que teria propalado “piorando, as inverdades do livro homônimo, caluniando e injuriando a memória dos seus de modo aviltante” (p.32).

Se a questão judicial não teve o resultado almejado pelos netos do Coronel Wolney, no entanto, acabou resultando em mais uma *narrativa durense* sobre o *Barulho* e seus desdobramentos. Com o título *No tribunal da história* (2006), somando às peças jurídicas, cópias de trechos de jornais e outras informações, anteriormente narradas por Aires (1990), publica narrativa que pretende ser um documentário e uma crítica literária à obra *O tronco*. O autor declara de início, que após concluir o curso de direito, habilitou-se em concurso para a carreira no Ministério Público e se sentiu “mais fortalecido no ânimo, senti que era necessário parar de lamentar e começar a brigar”. No antigo casarão (dos Wolney), na cidade de Dianópolis, o juiz declara ter tomado como um juramento o trecho transcrito a seguir:

Exercer o múnus público no qual eu seria investido com a independência e imparcialidade que o ex-colega Celso Calmon Nogueira Gama não teve no caso do jurisdicionado de São José do Duro. Prometi a memória de Abílio Wolney que no exercício da judicatura eu seria zeloso com as questões de justiça (AIRES NETO, 2002, p. 27).

Os pesquisadores Carolina Brandão Piva e Wolney Unes em introdução ao livro *Expedição histórica nos sertões de Goyaz – São José do Duro*, de Guilherme F. Coelho (2008) declara a propósito do processo contra o filme *O tronco*: “A briga entre a família Wolney e os artistas prosseguiu na Justiça, e como veredicto, após longo processo de recurso, o julgamento de serem infundadas as queixas-crime contra os acusados.” Declara que:

(...) não é a intenção aqui julgar se *O tronco* (romance e filme) sujeita de inverdades os destinos daqueles que vivenciaram os episódios do Duro, denegrindo-os – isso deixamos para quem lho compete (...); por outro lado, parece-nos inconveniente que a qualquer autor de obra de ficção seja dirigida acusação como esta, visto a peça ficcional constituir uma representação da realidade, sem a pretensão de converter-se em retrato fidedigno. Falam mais na ficção os recursos estilísticos, o tom da obra, a

<sup>38</sup> A defesa utilizou contra os querelantes a seguinte argumentação “Como na Corte de V. Exa. não se faz crítica de cinema, não se dá aula de História, não se resenha romance, é ela palco manifestamente inadequado para o debate que os autores pretendem promover, impondo-se a rejeição liminar da queixa-crime proposta.” A queixa-crime foi rejeitada e os querelantes inconformados entraram com alguns recursos sem resultados satisfatórios no que chamam “batalha judicial”.

elaboração das personalidades, a linguagem utilizada e transfigurada pelo artista, dentre uma lista enorme de técnicas e procedimentos (p. 15).

A análise do evento que no filme apresenta a versão do diretor sobre a versão de Élis levanta novas questões em razão da repercussão deste e a qualidade da memória que é sua articulação, sua denominação do passado presentificado. O filme mexe com uma memória que está apenas adormecida, a memória pode ressurgir com as imagens.

A memória como produtora de identidade, alteridade, e como construtora de regras de pertencimento, exclusão e delimitação de fronteiras sociais do grupo é, especialmente, emblemática na narrativa tecida em *Terras durenses sob a égide das hidrelétricas*<sup>39</sup>, de Zilmar Aires Wolney Filho. O autor critica o chamado progresso depredador da paisagem local alavancado pelas hidrelétricas e por seus aventureiros que “na penumbra da noite, arrumam a viagem de volta, com a algibeira cheia da fortuna, granjeada em mais uma aventura” (p. 1). E a narrativa continua tecendo duras críticas aos forasteiros, aos de fora, como indica os trechos a seguir: “Hoje, os rebentos do local, filhos e netos daqueles que resistiram heroicamente às baionetas das milícias goianas, e garantiram a independência de Dianópolis, ironicamente são os mesmos que se encolhem por entre os lugares, porque a cidade está sitiada por aventureiros, que à noite se transmudam em novéis engenheiros (...)” (p.02).

Mas a que resistência heróica o autor refere-se? E a independência é em relação a quê? E a indignação do narrador torna-se patente no trecho em que declara: “Os filhos do lugar, entre ruas estreitas, num território de camelódromos, são alvos de observação à espreita, com certa desconfiança. Nós somos agora os intrusos. E, por isso, nos recolhemos, tornamo-nos fugitivos, em nossos próprios bandos, sitiados por nobres aventureiros” (p. 02). Este texto é, especialmente, emblemático na questão da luta por hegemonia local, da luta por visibilidade em uma terra em que parece que as coisas estão se modificando e os antigos donos do poder demonstram certa contrariedade.

---

<sup>39</sup> Texto divulgado por um dos *sites* de Dianópolis que utiliza a abreviação do nome da cidade (Dno) - *Dno on line, site* em 25/06/08, na seção *O povo conta*, que veicula textos de diversos autores locais, sobre assuntos variados.

A terceira narrativa, que será analisada, trata dos lugares em disputa e a *visão dos durenses*. Uma característica dos relatos memoriográficos é o uso de lugares como pontos de marcação de um tempo vivido e os relatos destes lugares ganham destaque nas narrativas retiradas de entrevista semi-estruturadas com moradores da localidade. A fala de um destes moradores enfatiza “a força dos relatos, as balas incrustadas nas paredes do casarão (antiga casa dos Wolney) são fatos indiscutíveis, que faz com que prevaleça na memória local”. Outro informante atesta que conviveu boa parte de sua infância “ouvindo as histórias dos mais velhos relacionadas ao velho casarão dos Wolney, com suas janelas furadas a balas, que permaneceram testemunhas de algo terrível”.

As famílias do *Barulho* mantêm uma hegemonia topográfica na localidade, controlando as partes principais da cidade, de maneira que as praças, igrejas, edifícios administrativos, as ruas estão sob seus domínios ou levam os seus nomes e de seus antepassados. Vivem nas principais ruas da cidade e são donos de cada parte reconhecida do patrimônio histórico, porque eles o construíram. Mas são donos, sobretudo, da memória da vida local sertaneja (BORJAS, 1995, p. 14).

Além do antigo casarão, existe também na parte leste da cidade um outro lugar de memória, a chamada *Capelinha dos nove*, situada na chamada *praça da capelinha*. É uma praça pouco movimentada e que para alguns é mal-assombrada. De acordo com a fala poética de uma moradora da cidade, a “solitária capelinha parece não cessar de dizer que seu dever é permanecer em luto infinito, em respeito àqueles que amargam o sono eterno, debaixo de seu frágil alicerce” (declaração retirada de entrevista semi-estruturada). Lugar emblemático dos eventos que ocorreram na cidade, a *Capelinha* localiza-se<sup>40</sup> em uma das principais ruas da cidade e serve como lembrança constante da comunidade de memória.

Em frente à capelinha existe uma placa de metal com as seguintes palavras: *Repousam aqui os restos mortais destes homens que, tomados como reféns, foram assassinados nesta cidade em 16 -01-1919. Que os seus nomes permaneçam indelévels nos corações dos Dianopolinos. Homenagem do município aos seus mártires*. Em seguida, apresenta o *rol dos nove* nomes listados na seguinte ordem: Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa, João Batista Leal, João Pinto Póvoa, João Rodrigues Santana, Joaquim Ayres Cavalcante Wolney Filho (irmão do Coronel Abílio Wolney), Messias Camelo, Nasário do Bonfim<sup>41</sup>, Nilo Rodrigues Santana, Salvador Rodrigues Santana.

A memória não é um patrimônio definitivamente constituído, ela é viva e nunca está acabada. É interessante observar com Godoi (1999) que a narrativa escrita ou a palavra escrita não pode substituir a palavra dita, assim como a palavra não substitui o gesto, mas a escrita adiciona uma dimensão importante a muitas ações sociais e isto se verifica, particularmente, no domínio jurídico-político. Reitera, ainda, que a escrita assume um papel importante na

<sup>40</sup> A Capelinha foi construída a poucos metros da Mina dos Tapuias ou do que anteriormente foi chamado de Grande Mata pela narrativa de origem do lugar.

<sup>41</sup> Único dos *nove* que não pertencia às famílias hegemônicas; era agregado de João Rodrigues de Santana.

transformação do saber político e de novos modos de dominação, o que é, especialmente, emblemático em Dianópolis.

Os escritores locais, aqui chamados *durenses*, travam uma batalha pela hegemonia da memória na localidade, uma luta pela autoridade narrativa e um esforço por visibilidade. Possuem grande preocupação em produzir narrativas que possam intervir na constituição e formalização desta memória.

Entre estes narradores, destacam-se os irmãos Póvoa e os irmãos Wolney. Entre os Póvoa estão Osvaldo Rodrigues Póvoa e seu irmão José Liberato Costa Póvoa, produtores de visibilidade para a cidade de Dianópolis e para o novo Estado do Tocantins. Osvaldo Rodrigues Póvoa, além do *Quinta-feira Sangrenta*, escreveu *Crônicas de outros tempos*, *Caminhos de outrora e de hoje* e também foi um dos primeiros a escrever a *História do Tocantins* (1994), *Historiologia* (2002). Foi um dos fundadores da Academia Tocantinense de Letras, onde ocupa a cadeira número 12; participou do primeiro colegiado do Conselho Estadual de Cultura do Tocantins, que se reuniu pela primeira vez, em 1989, na cidade Natividade.

Quanto a seu irmão, José Liberato Costa Póvoa, ele é atualmente desembargador do Estado do Tocantins, professor de direito da Universidade do Tocantins (UNITINS), membro fundador da Academia de Letras Jurídicas do Estado do Tocantins, Membro fundador da Academia Tocantinense de Letras e Diretor-Geral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Tocantins. Sobre o Tocantins escreveu *Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins*, *História Didática do Tocantins* entre outros. Esta produção narrativa e a retórica nela existente apontam a visibilização e o destaque para a autoridade narrativa que passa a ultrapassar a narrativa local e começa a narrar o próprio Estado do Tocantins, que retomaremos no capítulo seguinte.

Nas narrativas construídas pelos Wolney, existem representações recorrentes, que são circulares, retornando sempre nas metáforas do *Barulho*, dos *Nove* e do *Duro*. Isso é, especialmente, notório ao analisar os nomes dos autores, alguns de seus livros e títulos, prefaciadores e apresentadores de notas, indicados na Tabela 2 a seguir:

**Tabela 02: Lista de Produção Irmãos Wolney**

<b>LIVRO TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PREFACIADOR</b>	<b>PARENTESCO COM O AUTOR</b>	<b>ANO PUBLICAÇÃO</b>
1. Diário de Abílio Wolney	Abílio Wolney Aires Neto	Irany Wolney Aires	Mãe	2002
2. No Tribunal da História	Abílio Wolney Aires Neto	Zilmar Wolney Aires Filho	Irmão	2006
3. Sertão Hostil	Voltaire Wolney Aires	Abílio Wolney Aires Neto	Irmão	1991
4. As raízes e os principais eventos que deram origem a Dianópolis	Voltaire Wolney Aires	Zilmar Wolney Aires Filho	Irmão	1990
5. Mensagens e poemas do além <sup>42</sup>	Voltaire Wolney Aires	Voltaire Wolney Aires	-	1987

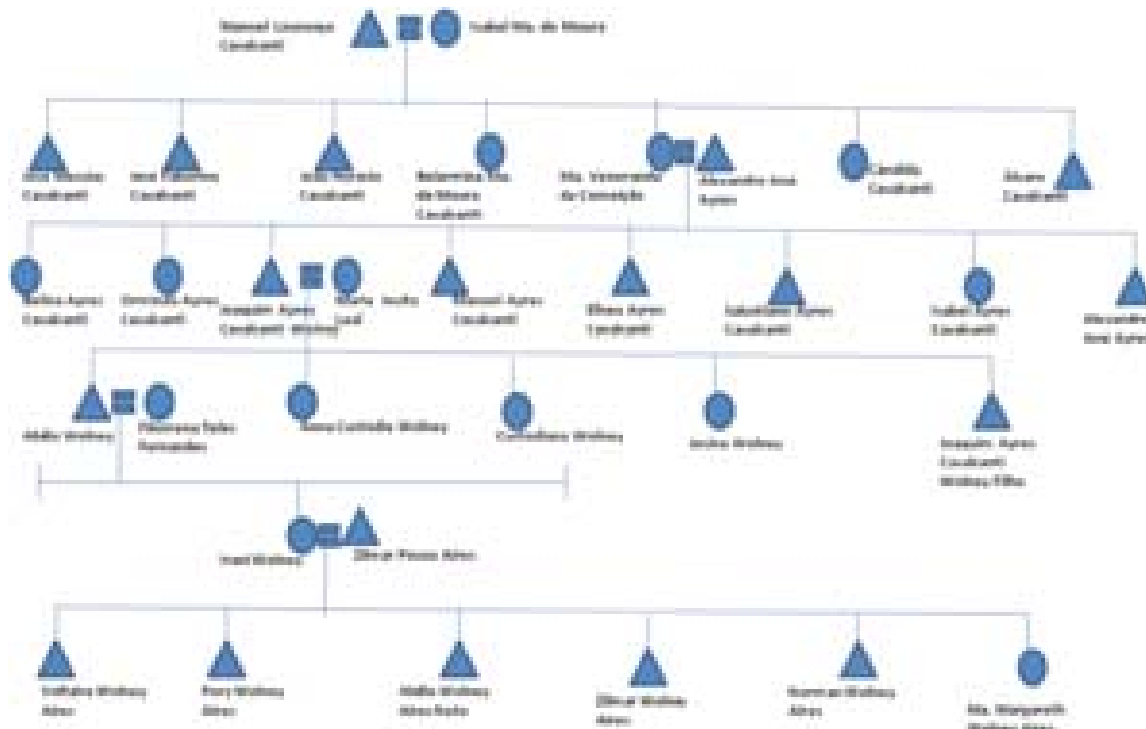
<sup>42</sup> Obra que teria sido ditada pelos nove como declara Voltaire A. Wolney “O leitor desta obra que levo a lume, terá oportunidade de ler mensagens do Além em forma de poesias, poemas, etc., ditadas pelos “Nove”, espíritos recém-desencarnados...”(p.11). Estranha essa declaração, pois a idéia de recém-desencarnados se refere a mais de meio século como o próprio Voltaire declara posteriormente. O Centro Espírita Pequena Seara do Amor Divino, de acordo com Voltaire teria sido fundado na cidade em razão do *Barulho* conforme declara: “Mais de meio século se passou, escoando na ampulheta do tempo; e hoje, no Plano Espiritual, esta luta prossegue, não mais com armas, mas com ódios, mágoas, recalques e projetos de vingança, presos que ainda se encontram pela lei

6. Abílio Wolney, suas glórias, suas dores	Voltaire Wolney Aires	Voltaire Wolney Aires	-	2002 (2ª Edição)
--	-----------------------	-----------------------	---	---------------------

Os vínculos de parentesco podem ser percebidos por meio da genealogia da família Wolney, tendo como base o tronco de Filomena Teles Fernandes Miranda, uma das mulheres de Abílio Wolney:

### GENEALOGIA – FAMÍLIA WOLNEY

Tronco de Filomena Teles Fernandes de Miranda<sup>43</sup>



do Carma, no local do crime. Por isso se fez necessário construir nesta cidade um templo espiritual, para servir de ponto de encontro entre vítimas e algozes, e tentar conseguir, com a ajuda dos médiuns e mentores espirituais, a paz e a reconciliação” (p. 11)

<sup>43</sup> Abílio Wolney tinha fama de ter tido muitas mulheres e destes relacionamentos vários filhos. A primeira esposa de Abílio Wolney foi Josepha Leal Ayres (filha do seu tio Manoel Cavalcanti) casou-se também com Eufrosina Santos (D. Goiana) e do relacionamento com Filomena Teles teve uma filha, Irary Wolney, que tem sua descendência acima descrita por seus filhos fazerem parte do quadro de *narradores durense*s que se empenharam (e se empenham) em construir uma imagem positiva e maximizada de Abílio Wolney.



Dentro desta batalha travada pelos escritores *durenses*, a grande preocupação da família Wolney, como já foi esmiuçado, é de construir uma imagem heróica de Abílio Wolney; esta imagem maximizada em suas narrativas é observada também por Borjas (1995):

Los autores regionalistas o locales por eso van a maximizar la imagen de Abilio como coronel, aunque este no gozara de la patente correspondiente y la gente de su época no lo llamara así, porque todos sus contemporáneos se referían a él como Abilio y cuando este regresa al “Duro” después del exilio que le provocó el “barulho” asume la otra denominación que daban a su padre y es la “vei” (es decir viejo). En general los autores locales no reparan en el hecho de que la hegemonía de aquel fue disputada, que el “barulho” modificó las cosas y el coronel jamás se levantó de nuevo. Toda la fase desde que regresa al “Duro” lo único que manifiesta es un deterioro total como político, como persona, como jefe de familia...todos los testimonios pintan una imagen decrepita, que vive para lamentarse profunda y emocionalmente del “barulho” (p. 192).

As narrativas *durenses* preferem ignorar que a hegemonia de Abílio Wolney foi estremecida após o *Barulho*, modificando as antigas estruturas. Nenhum dos *escritores durenses* apresenta esta imagem de figura decrepita, percebida por Borjas, em diversos depoimentos colhidos quando da sua pesquisa. Como o que expressa o seguinte depoimento: “Mire yo recuerdo que Abílio y la mayoría de los viejos, después del *barulho* se alcoholizaron empedernidamente, se emborrachaban y lloraban como niños (...)” (p.202).

Abílio Wolney teria regressado e retomado a hegemonia local, embora fosse um homem “muerto en vida tanto por la derrota política que le infligieron como por el derrumbamiento afectivo que aquello le impuso” (BORJAS, 1995, p. 192). Os depoimentos de pessoas, que conviveram com Abílio Wolney, indicam a percepção que tinham dele:

Creo que siempre estaba embriagado, yo lo miraba y me asustaba, pues sentía que no estaba allí, él no hablaba con nadie, solo se mecía en una vieja silla, sabe yo pensé durante mucho tiempo que él no tenía ojos, después recordé que si realmente sí tenía, pero eran muy pequeños, tenía miedo de él porque sentía que tenía una presencia bien fuerte y transmitía una energía agresiva (p.252).

A figura de Abílio Wolney é remodelada pelas *narrativas durenses*, ao longo dos anos, tendo como aspectos centrais os valores tradicionais e os sentimentos comuns de pertença ao grupo da comunidade de memória. Estes valores tradicionais, de acordo com Sena e Lima (2005), fixam a identidade cultural e espacial e promovem o auto-reconhecimento da singularidade local do grupo ou da família. Estas narrativas são construídas por vários atores sociais que agem por meio da literatura e da política entre outros.

Podemos afirmar que a memória coletiva só existe na comunidade que compartilha, por meio de inter-relações, o processo de recordação que alimenta o contar e o recontar. Pois existe uma constante interação entre o vivido e o aprendido e entre o vivido e o transmitido. A transmissão social das memórias é afetada pela organização social dessa transmissão, quer seja por tradições orais, escritos, imagens, ações e delimitações do espaço. No caso do *Barulho*, percebe-se uma ampla mistura destas várias formas de transmissão, gerando um enorme mosaico em que diversos elementos relacionam-se e inter cruzam-se.

No contexto da pesquisa de Borjas, em 1995, o autor destaca uma elaboração concentrada nas imagens, não tendo a oralidade e nem a escrita como mecanismos operadores, gerando hiatos, “zonas de sombra”, silêncios, “não-ditos” e fragmentos dentro das narrativas. Pois a experiência traumática, segundo Borjas, teria gerado o conflito, impedindo que a oralidade fosse desenvolvida e se convertesse no mecanismo fundamental. A oralidade, percebida por Borjas, é resumida e cuidadosa, o que teria fragmentado a tradição oral exclusiva, propagadora.

Nesta pesquisa, tendo como fonte materiais bibliográficos anteriormente citados e em conversas e entrevistas semi-estruturadas foram percebidas algumas modificações. De um lado, é possível perceber um movimento de divulgação e constituição dos fatos na atualidade, através da produção dos *durenses* e seus livros, vídeos e palestras sobre os eventos. E de outro lado, a negociação, o remanejamento e reestruturação desta memória, especialmente, em relação ao público jovem estudantil como se verificará no último capítulo.

## CAPITULO II

### TOCANTINS: *NARRATIVAS DURENSES*

Sertão: estes seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa, ainda encontra.  
(Guimarães Rosa, 2006, p. 31)

Neste segundo capítulo, o objetivo é a partir do olhar de *autores durenses*, perceber e problematizar o antigo *Duro* localizado no Nordeste goiano, hoje Dianópolis e o Estado do Tocantins, como comunidade imaginada nos termos de Anderson (2008) em que forma-se uma comunidade política ligada a parentesco, religião e que faz sentido, tem valor simbólico para os seus. Analisar o que particulariza e individualiza sob a ótica destes autores e como vários discursos e práticas somam-se para nomear o recorte espacial Tocantins, compreendendo a desigualdade em quem representa e que é representado. Compreender porque estes autores se interessaram em tentar essa construção e como constroem assim uma imagem de *modernizadores do sertão*.

As narrativas principais que utilizaremos aqui como referência são os livros - *Hagahús Araújo: uma lição de cidadania* (2003), de Iara Araújo Alencar; *História do Tocantins* (1994), de Osvaldo Rodrigues Póvoa; *Dicionário Tocantinense de termos e expressões afins* (1996) e *História didática do Tocantins* (1999), de José Liberato Póvoa. Também o livro *Sertão Hostil* de Voltaire Wolney Aires (1991), que traz um discurso diferenciado da idéia de *modernização do sertão*, apresentada nas demais narrativas. Esses autores querem participar na construção de uma história regional ou na construção imagético-discursiva do espaço regional, como continuidade histórica e oferecer estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático.

E *Expedições históricas nos sertões de Goyaz*, de Guilherme F. Coelho (2008), que não é *durense*, mas que foi testemunha ocular dos acontecimentos do *Barulho* e também por narrar a trajetória de diversas cidades do antigo Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins. E ainda os livros *Tocantins: O movimento separatista do norte de Goiás – 1821 – 1988* (1999) e *O discurso autonomista do Tocantins* (2003), da historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, que também participam da construção de uma história regional ou construção imagético-discursiva do espaço regional, oferecendo estatuto histórico a um recorte espacial fixo, estático.

Narrativa é aqui utilizada nos termos de Hayden White (1984) em que “... a estória contada na narrativa é uma *mimesis* da estória vivida em alguma região da realidade histórica” (p. 73). Os relatos narrativos são aqui tomados como um relato figurativo, uma alegoria. Ou como declara White (1984) que: “ao invés de encarar toda a narrativa histórica como “mítica” ou “ideológica” por natureza é mais correto encará-la como alegórica o que significa: ela diz uma coisa e significa outra” (p.75).

Assim, avaliar as narrativas sobre o *Duro-Tocantins* é considerar o Estado, não como um lugar que foi geograficamente definida por ser naturalmente diferente do Estado de Goiás, mas perceber o Tocantins como identidade espacial que foi construída em um momento histórico preciso e erigido, tendo como suporte um agrupamento conceitual de uma série de experiências, vivências que são chamadas para legitimar e caracterizar este espaço e fixar uma identidade regional.

A construção do Tocantins passa, portanto, pela construção de um discurso geográfico, lingüístico e histórico que se encontra e se entrecruza. Discurso de unidade que possui várias interfaces: econômica, política, geográfica, étnica. No discurso, são utilizadas linguagens diversas para produzir uma geografia, para a distribuição espacial de sentidos como destaca Albuquerque Jr (2001, p. 28).

Os estudos sobre o Estado do Tocantins, em geral, naturalizam e congelam invenções recentes em um processo de continuidade histórica que em algumas narrativas remetem ao século XVII, transformando-as em tradições. Para legitimar a idéia de que o espaço que hoje compõe o Estado do Tocantins “sempre foi diferente”, “sempre foi composto por uma população diferenciada”. E os discursos produzidos pelos *autores durenenses* são parte importante desta constelação de discursos que visibilizam o Estado do Tocantins.

Os discursos são vistos, neste trabalho, como construtores do Estado, e não como documentos de uma verdade sobre a região. As obras dos *durenenses* querem contribuir para uma nova visibilidade e dizibilidade do “antigo Norte de Goiás”. A narrativa de Osvaldo

Póvoa (1994), *História do Tocantins*, chama para si a prerrogativa de ter sido a primeira obra sobre o novo Estado como destaca em prefácio o ex-governador Siqueira Campos:

Trata-se da primeira obra orgânica sobre a história do Tocantins e merece, por isso mesmo, não apenas a estante dos professores, magistrados, políticos e governantes, em cada Município tocaninense, mas um ingresso obrigatório no currículo escolar, incentivando o espírito cívico a partir da infância, a fim de que tenhamos, no futuro, uma elite capaz de conduzir o Estado do Tocantins aos seus elevados destinos, pelo conhecimento histórico e formação cultural (p. 7).

Quando se discute o surgimento de uma nova visibilidade e dizibilidade para o antigo Norte goiano, trata-se da emergência de novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens, que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e falava anteriormente. Como destaca Albuquerque Jr.(2001), “Tanto na visibilidade quanto na dizibilidade articulam-se o pensar o espaço e o produzir o espaço, as práticas discursivas e as não-discursivas que recontam e produzem as espacialidades e o diagrama de forças que as cartografam” (p.24).

É possível pensar esta construção do Estado, também, a partir da idéia de invenção de tradições, pois para Hobsbawn (1997), tradições inventadas são grupos de práticas que podem ser de natureza ritual ou simbólica com o objetivo de inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, buscando uma possível continuidade através da ligação a um passado histórico distante (p. 09). No caso do Tocantins, com o desmembramento do Estado de Goiás, tornou-se premente a construção de uma nova história, uma vez que os padrões sociais das “antigas tradições” tornaram-se incompatíveis. Este movimento gerou novas configurações simbólicas, espaciais e novas definições de fronteiras.

## **2.1 Modernizadores do Sertão**

Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreado mil escolas.

( Guimarães Rosa, 2006, p. 130, 131)

A idéia de nação, tanto quanto a de região, são tradições inventadas, construções simbólicas que possuem força mobilizadora. Dentro deste aspecto de força mobilizadora,

insere-se o discurso regionalista e o papel dos intelectuais, artistas e escritores que produzem visibilidade e dizibilidade e que buscam dissipar os processos de homogeneização através do destaque das particularidades locais. De acordo com Sena e Lima (2005), os processos de construção simbólica da região são a seu modo expressões da auto-imagem desta região e podem se efetivar por meio da literatura regional, dos discursos políticos, da interpretação histórica e das explicações sociológicas.

Assim, esta perspectiva diferencia-se daquela que considera a tradição como uma mesmidade essencial, mas a considera como estratégias que garantem a “longevidade das tradições”. É dentro desta construção simbólica que se insere a idéia de modernização, ou *modernizadores do sertão* aqui analisada. São como inventores de uma nova tradição:

A busca das verdadeiras raízes regionais, no campo da cultura, leva à necessidade de inventar uma tradição. Inventando tradições tenta-se estabelecer um equilíbrio entre a nova ordem e a anterior; busca-se conciliar a nova territorialidade com antigos territórios sociais e existenciais. A manutenção de tradições é, na verdade, sua invenção para novos fins, ou seja, a garantia da perpetuação de privilégios e lugares sociais ameaçados (ALBUQUERQUE JR, 2001, p. 76).

Modernização é um conceito muito discutido dentro das ciências sociais e é analisada por Marshall Berman como um conjunto de processos sociais, que engloba experiências compartilhadas entre homens e mulheres. Em uma análise já clássica, Berman (1987) descreve o ser moderno e as sensações envolvidas no processo:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete *aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor* – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade *anula todas as fronteiras geográficas* e raciais, de classe e de nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e de mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx “tudo que é sólido desmancha no ar”. (...) No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpetuo estado de vir-a-ser, vêm chamar-se “modernização” (p. 15-16).

Na medida em que as *narrativas durenses* sobre o Estado do Tocantins apresentam idéias de progresso, mudanças e deslocamento de fronteiras aproximam-se da idéia de modernização. Agregam as imagens de aventura, saga, transformação. Constroem um discurso que tem como base a idéia de modernização, de negação do passado “atrasado”. Ou

ainda, pensando com Berman (1987), “Assim chegam até nossos dias, cunhados ou marcados pelos *novos tempos*, os conceitos de revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento...” (p. 89).

E dentro das *narrativas durenses*, membros de algumas famílias da localidade vão despontar como produtores de um discurso sobre o *Duro* e o sobre o Estado recém-dividido. Como foram apontadas no capítulo anterior, as famílias que perderam parentes no *Barulho* construíram uma comunidade de memória e, dentro desta, uma forte disputa por hegemonia na cidade de *Duro/Dianópolis*. Dentre estas, destaca-se a família Póvoa que tiveram parentes mortos no *tronco*.

Fizeram parte dos *nove*, Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa, seu filho João Pinto Póvoa e seu sobrinho Messias Camelo. Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa era Capitão da Guarda Nacional e pai de uma enorme família. É narrado pelo seu neto Osvaldo Póvoa (2003), como possuidor de grande inteligência, perseverante trabalhador, conseguindo, com isso, formar uma “fortuna apreciável”. Era comerciante de atacados e abastecia de “sortimentos” toda a vila através de um depósito que mantinha na fazenda onde morava. Assim descreve seus bens:

Depois de seis anos de sua morte, do abandono e saques a que foram submetidos os seus bens após sua morte por fuzilamento e durante as lutas que se seguiram em São José do Duro após 16 de janeiro de 1919, ainda foram inventariadas mais de três mil reses em suas fazendas Prazeres, Lagoa, Barra, Jacu, Santa Rosa, Laranjeiras, Poção e Pintado (p.126).

Campos (1987) declara que provavelmente os comerciantes tenham funcionado como um elemento de ligação entre o meio rural e o meio urbano e destes com outros setores de fora do Estado:

(...) os goianos se ocupavam fundamentalmente da lavoura e da pecuária. O comércio, numa perspectiva de toda economia, era uma atividade bem pouco expressiva uma vez que as cidades eram pouco habitadas, contudo o comerciante parece ter funcionado como elemento de ligação entre o meio rural e o meio urbano e destes com outros setores de fora do Estado. Por isso mesmo os comerciantes tiveram importância política (p. 23).

De acordo com a narrativa de Osvaldo Póvoa (2003), foi por sua condição econômica e social que este passou a ter destaque na localidade sendo um dos amigos pessoais do Coronel Joaquim Aires Cavalcante Wolney, conforme declara: “Benedito Pinto C. Póvoa não era um político militante, mas o Coronel Wolney gostava de ouvir sua opinião a respeito das deliberações importantes que pretendesse tomar” (p.126). Posteriormente, parte da família

continuou ligada ao comércio, formando a *Casa Póvoa* que vendia mercadorias para toda a localidade.

Oswaldo Póvoa (2003), após curiosa pesquisa feita em Portugal a respeito do seu sobrenome, interpreta que:

Póvoa é verdadeiramente um símbolo da nação portuguesa, pois é apelido nascido de um pequeno núcleo formador de um povo, de uma nação: a póvoa ou povoado, pequena cidade. Por isso o apelido é plural, em Portugal, Povoas homenagem a todas as pequenas cidades. Esta circunstância marcou tão fundamentalmente a nação portuguesa, que existem três concelhos (com c) e onze freguesias (no Brasil equivalem a municípios e distritos, respectivamente) com nome Póvoa (p.107).

E completa declarando que nas fontes que pesquisou, pouco encontrou sobre os Póvoa, embora ressalte que era família nobre no Reino de Portugal:

Nas fontes que pesquisei, encontrei poucos dados relativos à família Póvoa em Portugal, a não ser que tem como origem muitos lugares, além de Porto e Lisboa. Não obstante, os dados encontrados confirmam a condição de família que gozava de prerrogativas especiais por se tratar de família nobre do Reino Português (p.108).

Sobre a origem da família no Estado de Goiás cita, tendo como base o que chama de “tradição oral conservada da infância”, o fato de que os Póvoa seriam originários de “Goiás Velho”, onde eram pessoas de destaque. E apresenta como principal eixo a figura do Desembargador Emílio Francisco Póvoa<sup>44</sup>, destacado na política do Estado de Goiás, sendo um dos adversários da oligarquia Caiado. Oswaldo Póvoa destaca a amizade entre o Desembargador e o Coronel Abílio Wolney, interligando novamente a história do *Duro* à antiga Capital de Goiás: “o Coronel Abílio Wolney se tornou amigo no final século XIX (1895) apesar de tenra idade do então deputado Abílio Wolney, menos de 20 anos, comparada a do desembargador” (p.110).

Percebe-se que os Póvoa estavam intrinsecamente envolvidos na lógica do coronelismo na localidade. Sendo que, se o coronelismo como instituição política brasileira transforma-se a partir da década de 30, percebe-se uma continuidade profunda e viva desse sistema hoje.

A estrutura política do *Duro/Dianópolis*, por exemplo, está dividida em partidos, porque o sistema político nacional agora está baseado na concorrência pluripartidária que a democracia formal condiciona. Borjas (1995), em sua pesquisa, percebe que os partidos em Dianópolis estavam distribuídos entre os membros das famílias do *Barulho* com toda a carga

<sup>44</sup> De acordo com Ribeiro (1998), a comissão de sindicância estabelecida pela Junta Governista, em 1930, para verificar os atos de Totó Caiado em sua vida pública foi presidida pelo Desembargador Emílio Póvoa.



que a *comunidade de memória* organiza. Os membros destes partidos conectam-se com todo o acervo de valores da ética construída na *comunidade de memória*. Ou como declara Borjas (1995): “Controlan las principales fuentes de trabajos del gobierno local y lo aprovechan para pagarse favores entre si” (p. 14). O quadro atual da vida política do município não sofre grandes variações, embora alguns lugares do legislativo já sejam ocupados por indivíduos não ligados às famílias do *Barulho*, com grande resistência destas.

O poder dos Póvoa na localidade torna-se crescente após o *Barulho*. É comum adotarem “estratégias do matrimônio” para consolidação de poder e permanência política. Esta estratégia não é unicamente da família Póvoa, mas por tantas outras da chamada *comunidade de memória*. Este poder pode ser representado pelo repetidos mandatos do executivo municipal, exercidos pelos Póvoa ou por pessoas ligadas a esta família, sendo alguns destes mandatos consecutivos, conforme quadro abaixo:

**Tabela 03 - Família Póvoa – Executivo Municipal**

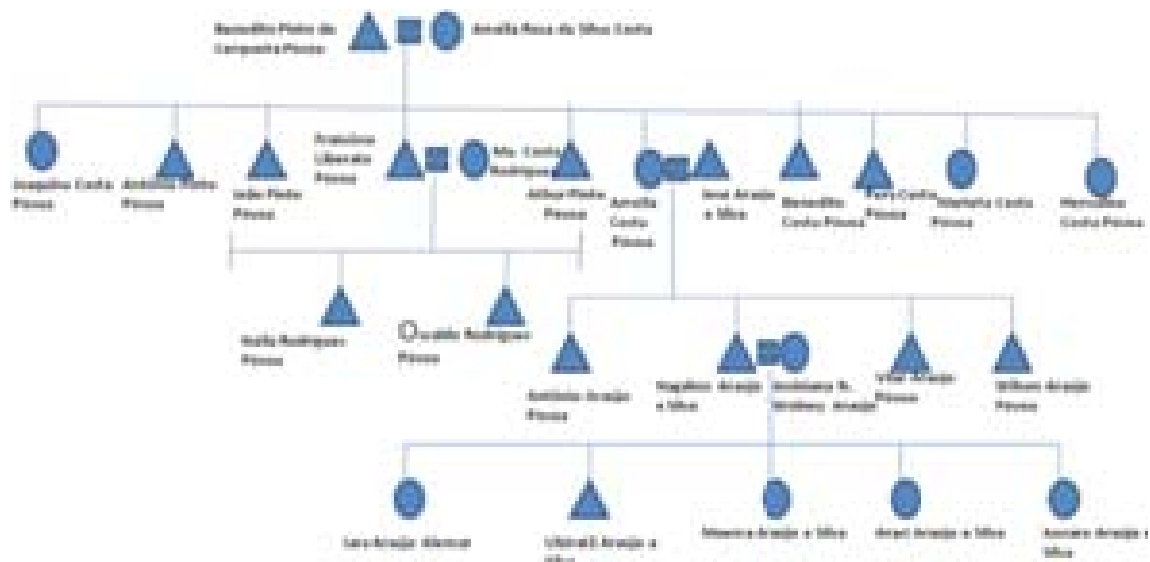
<b>PREFEITO</b>	<b>MANDATO</b>
Antônio Povoá	1º Mandato – 1934
Benedito Costa Póvoa	1º Mandato – 1948 2º Mandato – 1961
Oswaldo Rodrigues Póvoa	1º Mandato – 1959
Hagahús Araújo e Silva	1º Mandato – 1965
Cézar Costa Póvoa	1º Mandato – 1970 2º Mandato – 1977
Izidório Correia de Oliveira <sup>45</sup>	1º Mandato 1983-1988
Deodato Costa Póvoa	1º Mandato – 1989 2º Mandato – 2001

<sup>45</sup> Casado com Francisca do Socorro Costa Aires, filha de José Póvoa Aires também conhecido como Zeca Póvoa.

A família Póvoa torna-se relevante nesta pesquisa pela profícua produção e busca de visibilização do *Duro* e do Tocantins. Cinco das narrativas aqui analisadas foram construídas por *durenses* pertencentes a esta família, que tem como tronco principal Benedito Pinto Cerqueira Povoá, sendo seus netos Osvaldo Rodrigues Póvoa, José Liberato Costa Póvoa, Hagahús Araújo e Silva e a bisneta Iara Araújo Alencar, conforme laços de parentesco abaixo indicados:

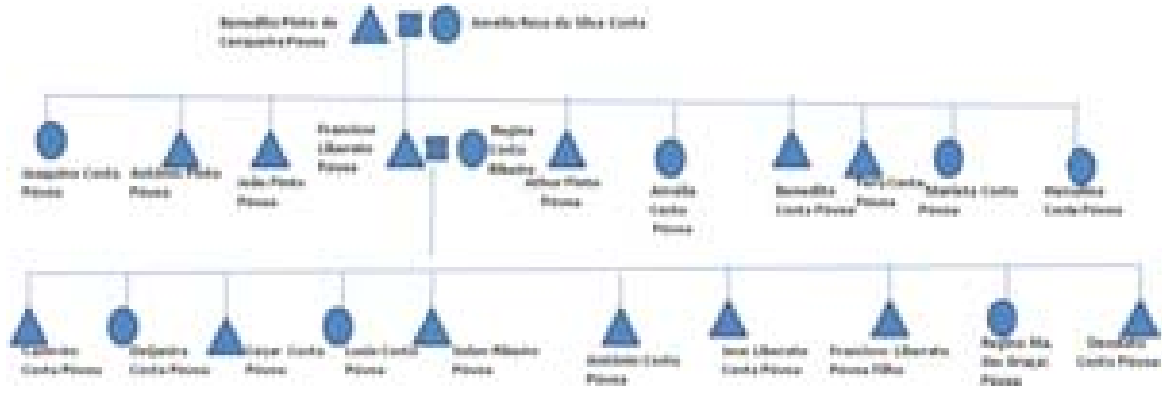
### GENEALOGIA – FAMÍLIA PÓVOA I

Tronco – Francisco Liberato Póvoa (esposa Maria Costa Rodrigues)  
e sua irmã Amélia Costa Póvoa (esposo José Araújo e Silva – “Luiz Padre”).



## GENEALOGIA – FAMÍLIA PÓVOA – II

Tronco – Francisco Liberato Póvoa -Segunda esposa- Regina Costa Ribeiro



Percebe-se que a autoridade narrativa dos Póvoa tenta ultrapassar a narrativa local, a região Sudeste do Estado, e começa a narrar o próprio Estado do Tocantins. Convém considerar alguns aspectos dos *durenses* aqui analisados: Hagahús Araújo, político aposentado, exerceu alguns cargos públicos, casado com Josiniana Wolney Araújo (“sobrinha-neta” de Abílio Wolney e filha de Custodiana Nepomuceno Wolney Araújo, uma das *Dianas*). É descrito por Deodato Póvoa, seu primo e também ex-prefeito da cidade, como: um autodidata “cuja inteligência, visão futurista e inequívoca vocação social, transpuseram os portais do próprio tempo...” (Alencar, 2003, p. 275). Iara Araújo Alencar, filha de Hagahús é jornalista e falando sobre seu livro declara que:

(...) esta publicação é apenas um registro jornalístico de alguns depoimentos, anotações e descrições feitas pelo próprio biografado – autor, contendo fatos, pronunciamentos, documentos e realizações que vêm marcando a sua vida, e o testemunho de pessoas que estiveram próximas a ele [Hagahús] (ALENCAR, 2003, p. 25).

Oswaldo Rodrigues Póvoa é bacharel e licenciado em matemática, física e desenho pela Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e seu irmão José Liberato Costa Póvoa é bacharel em direito pela Universidade de Minas Gerais. Os irmãos Póvoa arvoram-se a escrever sobre diversos assuntos e áreas, buscando produzir uma visibilização da região Sudeste do Tocantins (anteriormente Nordeste de Goiás) e do Tocantins.

Assim, passam a listar as várias entradas pelas quais se dá a construção do poder e autoridade narrativa de José Liberato Costa Póvoa desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que foi também seu implantador e primeiro presidente. Também primeiro presidente da Academia Tocantinense de Letras, cargo que ocupou mais de uma vez e um dos fundadores. Fez parte da primeira diretoria do Conselho de Cultura do Estado do Tocantins. Como escritor, possui muitas obras de cunho regionalista, como: *Causos que o Tocantinense Conta; De Zé Goela a Pé-de-Janta - Os Causos que o Duro Conta; Rua do grito; 162; Pássaro de asa quebrada; O Senhor do tempo; João de Deus - o fenômeno de Abadiânia; Mandinga*, entre outros.

Em sua produção jurídica, aparecem títulos, como: *Ementário dos Primeiro Julgado do TJ-TO; Vade-Mecum Básico da Legislação do Estado do Tocantins; Lei Orgânica do*

*Judiciário do Estado do Tocantins; Prática, procedimento e dinâmica do juízo cível; O procedimento no juízo cível; O procedimento no juízo criminal; Busca e apreensão – teoria, prática e jurisprudência; Prisão temporária; Teoria e prática dos juizados especiais criminais.*

Bariani Ortencio, em prefácio ao *Dicionário tocantinense de termos e expressões afins*, de Liberato Póvoa declara ser este um “escritor dos sete instrumentos” e completa lembrando um adágio popular “Diz o velho refrão que quem toca sete instrumentos não toca bem nenhum. Mas com Liberato não tem disso, não! Ele é, realmente, bom em todos os gêneros, literário e jurídico.” Embora, com esta declaração faça uma crítica velada ao dicionário: “Há, nota-se uma pressa em realizar o trabalho, que, se fosse fazer por abonações de outros autores, ainda teria que esperar muitos anos para sua publicação” (p. 8).

Liberato Póvoa (1996) é descrito e louvado, em prefácio da “Comissão Especial da Academia Tocantinense de Letras”, designada para dar um parecer sobre seu Dicionário. Enfatizam que o autor é de:

Extraordinária importância (...) decorrente não só de sua condição de magistrado culto e íntegro, mas também do fato de seu invejável dinamismo, de sua notória polivalência e espantosa fecundidade intelectual, virtudes, atributos e talentos esses que fazem do insigne escritor e dicionarista Liberato Póvoa, no momento, o maior e mais festejado escritor tocantinense, mesmo a despeito da existência de escritores da mais alta expressão, no ainda modesto contexto da nossa emergente literatura regional (p.18).

Sobre esta pretendida característica polígrafa dos Póvoa lembra-nos Borjas (1995) que em Dianópolis destacam-se autores que representam as vozes diretas das famílias do *Barulho*, com opiniões sobre diversas temáticas que têm vigência atual na comunidade de memória. Como dito anteriormente, são “antropólogos, sociólogos e historiadores nativos que llevan la cuenta detallada de la crónica de la comunidad de memória” (p. 175). Arvoram-se a dissertar sobre temáticas diversas, como especialistas.

Oswaldo Rodrigues Póvoa (1994) é “professor, romancista, contista, historiador e genealogista”. Com algumas obras produzidas como: *Quinta-feira Sangrenta; Crônicas de outros tempos; Caminhos de outrora e de hoje; História do Tocantins; Crônicas de Lisboa e Historiologia* entre outros.

Interessante é observar que Oswaldo Póvoa, ou “Professor Oswaldo”, como é conhecido, no seu livro *História do Tocantins*, destaca a formação do 1º *Conselho Estadual de Cultura* do Estado, tema do capítulo treze. Ali, ele apresenta a nomeação dos membros e

descreve a cerimônia de posse deste Conselho, que ocorreu no dia 14 de maio de 1989, na cidade de Natividade. O Conselho ficou constituído da seguinte forma:

Deputado Leomar Quintanilha (membro nato do Conselho)  
 Historiadora: Ana Braga  
**Historiador:** *Oswaldo Rodrigues Póvoa*  
**Contista:** *José Liberato Costa Póvoa*  
 Poeta: Augusto César Bastos  
 Romancista: Juarez Moreira Filho  
 Prof. Monsenhor Pedro Pereira Piagem  
 Teatrólogo: Fernando Miranda  
 Musicista: Abiezer Alves da Rocha  
 Jornalista: Iberê Barroso Silva  
 Comendador: Zacarias Gomes Martins  
 Filólogo: Ney Alves de Oliveira  
 Teatrólogo: Luiz de Sousa Pires  
 Doutora: Maria Amélia Pires Rego  
 Padre: Joatan Bispo de Macedo<sup>46</sup>

E continua descrevendo a cerimônia e os diferentes discursos feitos pelos que estavam presente:

Pelos Conselheiros, usou a palavra o historiador Oswaldo Rodrigues Póvoa, que fez uma síntese da História do Tocantins, exaltando os seus vultos que estiveram mais diretamente ligados ao movimento de emancipação do Norte. Chamou a atenção para a necessidade de se preservarem peças e monumentos de grande valor histórico, como a Banheira do Ouvidor, esculpida em pedra e deixada ao relento no quintal da Casa do Ouvidor, hoje residência particular; de uma pia de pedra, na sacristia da Igreja Matriz; dos marcos de aroeira localizadas ao Sul da cidade de Dianópolis ali enfiadas, segundo a tradição, por ordem de D. Marcos de Noronha, primeiro Governador da Capitania de Goiás, em 1749, estabelecendo o limite Sul dos aldeamentos ali construídos na década de 1750 (O. Póvoa, 1994: 112).

E Oswaldo Póvoa declara que esta cerimônia de posse foi “abrilhantada” com belos cânticos regionais de um grupo de Dianópolis. E encerra o capítulo dando ênfase ao legado dos tocaninenses:

Olhando o passado, vemos que estamos recebendo um importante legado. Devemos enriquecê-lo com nossas iniciativas, com o nosso talento; preservar e proteger as manifestações da cultura popular; as folias, as lamentações e outras manifestações folclóricas do nosso povo devem ser preservadas. Está em nossas mãos esse imenso acervo. Que Deus nos inspire, nos proteja e nos dê força para bem servir à causa da Cultura do Tocantins (O. PÓVOA, 1994, p. 112).

---

<sup>46</sup> Foi ordenado padre em 1971 na cidade de Dianópolis, onde exerceu o sacerdócio por alguns anos.

Em uma análise sobre classificação e significados atribuídos por diferentes agentes na região, Sena e Lima (2005) destacam o deslizamento do signo *sertão*. Territórios que no passado histórico relativamente recente, identificavam-se com o *sertão* estão ressignificando, remodelando, reconfigurando e construindo uma imagem, em que o *sertão* desaparece e se vincula a imagem do progresso, do novo, das ferrovias e da urbanização. Nesta tradição inventada:

Na tessitura simbólica da região, intervêm imagens e textualidades superpostas, espacialidades soterradas, operações de ressignificação e deslizamento, narrativas conflitantes, disputas discursivas e políticas. Ao contrário da perspectiva que define a tradição como uma mesmidade essencial, preferimos acreditar que são estas estratégias que garantem a longevidade das tradições (p.46).

Na tessitura simbólica da região consta também José Liberato Costa Póvoa, como agente visibilizador do Estado do Tocantins, criando a letra do Hino do Estado, oficializado pela lei estadual nº. 977, de 30 de abril de 1998. Também foi governador do Estado no período de 13 a 23 /08/1990, quando José Wilson Siqueira Campos afastou-se para tratamento de saúde. Como afirma em seu livro *História Didática do Tocantins*: “No mês de agosto de 1990, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Liberato Póvoa, no impedimento dos substitutos, governou o Estado, durante o período de doença do Governador” (LIBERATO PÓVOA, 1999, p. 114).

Também é descrito em sua narrativa como um dos principais articuladores na instalação do judiciário no novo Estado. Como declara:

A Constituição Federal estabelecia, no seu art.235, que o Tribunal de Justiça seria integrado por sete Desembargadores, sendo cinco dentre magistrados, com mais de trinta e cinco anos de idade, em exercício no novo Estado ou no de Goiás (...) No mesmo dia 1º de janeiro de 1989, foram nomeados os três primeiros desembargadores, que instalariam o Tribunal de Justiça, pela ordem: Osmar José da Silva (Juiz federal, que julgava em Goiás), *Liberato Póvoa* (Juiz de Direito da Comarca de Taguatinga) e Carlos Luiz de Souza (Juiz de Direito da Comarca de Miracema do Norte, depois Miracema do Tocantins) (José Liberato Póvoa, 1999: 109, 110) [grifo meu].

Descreve a sua escolha para a Direção do Tribunal de Justiça do Tocantins, em 29 de novembro de 1989. Relata que na estruturação do judiciário, de acordo com a Constituição Federal, era facultada aos juízes a opção entre o Estado do Tocantins ou o Estado de Goiás o que teria gerado “um verdadeiro êxodo de magistrados, que, talvez temerosos de uma

aventura em um Estado ainda por estruturar-se, preferiram aquele Estado” (p. 111). Embora não enumere a quantia de magistrados do antigo Norte de Goiás, ressalta que apenas oito juízes permaneceram no Estado do Tocantins.

Assim, passa a narrar as dificuldades enfrentadas para estruturar o judiciário no Estado:

Não é preciso dizer das dificuldades que o Tribunal enfrentou para, começando do nada e precariamente instalado, com número insuficiente de magistrados, atender aos reclamos da Justiça, mormente em um Estado que parecia notoriamente marcado pelos conflitos fundiários e pelos crimes de pistolagem, que sempre caracterizaram a conflagrada região conhecida por *Bico do Papagaio* (LIBERATO PÓVOA, 1999, p. 111-112).

Ao longo da análise das *narrativas durenses* sobre o Tocantins e sua continuidade histórica, construídas pelos irmãos Póvoa - Osvaldo e José Liberato – são evocados temas que se aproximam, sendo que alguns trechos, quando não são idênticos, sofrem pequenas variações. Os títulos dos capítulos também se assemelham como se pode perceber no quadro a seguir<sup>47</sup>:

**Tabela 04 - Irmãos Póvoa: Narrativas semelhantes**

Capítulos	Livro	Ano Publicação	Autor	Livro	Ano Publicação	Autor
	<b>História do Tocantins</b>	<b>1989</b>	<b>Osvaldo Rodrigues Póvoa</b>	<b>História Didática do Tocantins</b>	<b>1999</b>	<b>José Liberato Costa Póvoa</b>
CAP. 01	Palavras iniciais			Os primeiros habitantes		
CAP. 02	Primeiras entradas			Os primeiros desbravadores		
CAP. 03	Primeiras povoações *			Entradas e bandeiras		
CAP. 04	Os aldeamentos indígenas *			As primeiras povoações *		
CAP. 05	Conseqüências do declínio da mineração			Os aldeamentos indígenas *		
CAP. 06	A Comarca de S. João das Duas Barras *			O ciclo da mineração chega ao fim		
CAP. 07	Julgados da Comarca			A expansão da pecuária		
CAP. 08	A Província de S. João da Palma *			A Comarca de São João das Duas Barras *		
CAP. 09	O Ouvidor Segurado e o Tocantins			A Província de São João da Palma *		
CAP. 10	Enfim, o Tocantins			Perfil do Ouvidor Segurado		
CAP. 11	As primeiras eleições e os eleitos			A Coluna Prestes no Tocantins		
CAP. 12	Miracema, capital provisória			Os movimentos para a criação do Estado		
CAP. 13	O Conselho Estadual de Cultura			A luta de Siqueira Campos		
CAP. 14	Palmas, a nova Capital			O Estado se consolida		
CAP. 15	Documentos			Palmas, a capital do futuro		

<sup>47</sup> Os capítulos que contêm asterisco indicam igualdade de títulos nos dois livros.



Podemos verificar a mencionada semelhança em trechos como o do capítulo oito, *A Comarca de São João das Duas Barras*, de Osvaldo Póvoa, e capítulo nove de Liberato Póvoa quando narram:

Os governadores da Capitania de Goiás por várias vezes vieram ao Norte em busca de soluções para problemas aqui surgidos ou procurando incentivar novos descobrimentos de minas de ouro. Estas viagens começaram antes que a capitania fosse separada da de São Paulo, quando o Conde de Sarzedas, governador daquela capitania, dirigindo-se para esta região, não conseguiu alcançar seu objetivo por ter falecido em Traíras, em 1737. Como já foi dito, coube ao seu sucessor, D. Luiz de Mascarenhas realizar a viagem antes prevista para o Conde de Sarzedas (OSVALDO PÓVOA, 1994, p. 55).

Por várias vezes, governadores de Goiás estiveram na região para estudar os meios mais adequados para solucionar os problemas surgidos no Norte, bem como incentivar a descoberta de novas minas de ouro. Tais viagens iniciaram-se antes da separação da Capitania de São Paulo da de Goiás. O governador da Capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, tentou empreender uma viagem, mas, como vimos (As primeiras Povoações), ele faleceu no arraial de Traíras, em 1737, sem completar seu intento, cabendo ao Capitão-General D. Luís de Mascarenhas realizar a viagem (LIBERATO PÓVOA, 1999, p. 47).

Ou ainda, nos trechos em que descrevem os *primeiros bandeirantes* no Norte de Goiás:

Com efeito, foram eles os primeiros a percorrer o sertão tocantinense, tanto nas margens do Araguaia como do Tocantins. Já no ano de 1625 se tem notícia de que os jesuítas exerciam o apostolado junto aos índios que habitavam as margens do Tocantins, destacando-se entre eles Frei Cristóvam de Lisboa (OSVALDO PÓVOA, 1994, p. 21).

Os bandeirantes paulistas foram os primeiros a percorrer o sertão do território que hoje forma o Tocantins, tanto pelas margens do Araguaia como pelas do Tocantins. Já no ano de 1625, em decorrência das incursões paulistas, já se tem notícia de que jesuítas catequizavam índios nas margens do Tocantins, destacando-se Frei Cristóvam de Lisboa (LIBERATO PÓVOA, 1999, p. 17/18).

A *História didática do Tocantins* (1999), de Liberato Póvoa, apresenta um estudo sobre o Estado, a partir do que ele chama de “primeiros habitantes”, no qual sintomaticamente os índios são apresentados superficialmente e sob o domínio da Capitania de São Paulo até a criação e consolidação do Tocantins, seguindo a mesma lógica do irmão Osvaldo Póvoa. São livros que objetivam um público alvo: escolas e estudantes do novo Estado. Representantes do Conselho de Educação e de Cultura do Estado classificam o livro de Liberato Póvoa, como “informativo, atual e atuante”. Já o de Osvaldo Póvoa foi prefaciado por Siqueira Campos, primeiro governador do Estado e considerado um dos principais ícones da luta pela divisão do Estado de Goiás.

Liberato Póvoa tinha interesse em produzir uma narrativa que pudesse construir uma pedagogia sobre o novo Estado. Um livro didático para ser utilizado nas escolas, embora não seguindo os parâmetros curriculares do Ensino Médio. A utilização do livro nas escolas, segundo especialistas, deveria estar associada a outros recursos de complementação para assim construir um saber que valorizasse as “relações que a História estabelece com a realidade social do aluno” (Liberato Póvoa, 1999, p. 4). O livro não aborda os temas novos dos estudos históricos que poderiam avançar na compreensão da “identidade tocantinense ligada à história social, como o cotidiano, a vida privada, a visão dos vencidos e a mentalidade dos grupos sociais” (p. 3), embora a intenção do autor seja, em suas palavras, contribuir para ampliar o conhecimento da formação do Estado, do seu povo e da identidade tocantinense.

## 2.2 Tempos e fronteiras

As narrativas dos Póvoa contam a história do Estado do Tocantins, tendo como ponto de partida, um passado distante localizado no século XVII e descreve este período, utilizando recorrentemente a metonímia, pois dá nome ao Estado, quando este ainda não existia. Isto é perceptível nas seguintes afirmações: terras do Tocantins, região do Tocantins, território tocantinense (LIBERATO POVOA, 1999, p. 23-24) como também no trecho abaixo:

No Século XVII iniciou-se o desbravamento das terras que margeiam o Rio São Francisco. Os paulistas, já mais experientes desde as primeiras bandeiras saídas oficialmente de São Vicente e São Paulo, penetravam já no sertão do Tocantins com muita ganância, na busca de minérios preciosos e de prear os índios (p. 15).

Os Póvoa apresentam-se como os *modernizadores do sertão* e, em suas narrativas, percebe-se um esforço em retirar o Tocantins da fronteira. A categoria fronteira tem sido objeto de muitas pesquisas e é uma representação fundamental para o estabelecimento da diferença, para a percepção da alteridade. Simultaneamente, possui um componente material (relativo ao espaço) e ideológico.

Convém considerar com Vidal e Souza (1997) que as diversas narrativas sociais sobre a formação de fronteira significam o “desdobramento de um mesmo imaginário: o sertão e a brasilidade”. Ou ainda: “O que há e o que se fará na/com a realidade social e física do que

seja sertão é uma motivação central para a reflexão que agrega outro modo de comunicar o estado pretendido de um sertão modificado, quando então se torna fronteira” (p. 131).

Este “sertão modificado” é recorrente nas narrativas dos “intelectuais locais”, como também a idéia do “movimento de ocupação do vazio”. Otávio B. da Silva (1997) enfatiza o Tocantins como uma fronteira em movimento:

Hoje, como unidade federativa, há de *preencher seus vazios e conquistar o seu merecido espaço demográfico*, e se integrar e contribuir com a riqueza nacional, mediante a competitividade de correntes migratórias que se estão alojando nos sertões do novo Estado. Nossas boas-vindas àqueles que vieram contribuir com trabalho honesto para nos ajudar a levar adiante esta formidável nova fronteira da história brasileira (p. 19).

A historiadora Maria do Espírito Santo R. Cavalcante (1999) também enfatiza a questão do vazio: “No centro-sul persistia a tendência a uma maior concentração demográfica, enquanto que no norte e nordeste goianos (...) permaneceu um imenso vazio” (p.81). Ou como Vidal e Souza (1997) enfatiza na análise das narrativas sobre fronteira, as forças de transformação não seguirão para qualquer direção, para qualquer *sertão*, existe um bom lugar, onde a fronteira pode se estabelecer e este lugar é “aquele que se qualifica como sertão vazio, os desertos do Brasil Central, o sertão não utilizado” (p. 133).

A identificação do Tocantins com o *sertão*, *vazios demográficos* e também a vinculação a uma imagem negativa, torna-se recorrente na fala de pessoas que migraram para Dianópolis. Como a fala de um paranaense que vive há cinco anos no Tocantins:

Essa falta de credibilidade. Eu mesmo quando vim pra cá, meus amigos falaram, você é louco. Você vai lá dá aula pra índio. Você vai dá aula no meio do mato. Então as pessoas de fora que não conhecem, entendeu? Vêm o Estado do Tocantins como um bicho de sete cabeças. E não é. Uma vez nós estávamos tendo uma capacitação em Palmas com os professores da UNIRG do Rio de Janeiro da UNIRG não, ó, da CESGRANRIO do Rio de Janeiro e a professora perguntou assim pra gente, onde é que vocês almoçam aqui? Eu já estava aqui já fazia dois anos. Falei restaurante normal. Mas não tem nenhum Mac Donald? Falei não, não tem Mac Donald. Ou seja, o medo dela era o de não ter o que comer então ela teria o Mac Donald que ela conhecia que ela sabia que lá ela tinha comida de verdade entendeu? Então o próprio preconceito mesmo do outro Estado não olhar para o Tocantins. Eles têm medo, eles acham que aqui, só tem bicho, só tem índio correndo pra tudo que é lado. Mas é a falta de visão das pessoas e não dos governantes. Por que já vieram os outros governadores conhecer o Estado do Tocantins e elogiaram muito. Mas são as pessoas que tem este preconceito [dados de entrevista].

Nesta observação, percebe-se certa diferenciação entre o olhar de “quem está lá” e o olhar do “que está fora” do Estado. Para o olhar de “quem está fora”, o Estado do Tocantins é

mato/selva, um lugar “que só tem bicho”, onde a natureza é soberana. E o olhar de “quem está lá” percebe o Estado, a partir da “idéia mínima de civilização”. Como a resposta: “restaurante normal”, restaurante como qualquer outro de outro lugar. Esta tensão nos aproxima do que Vidal e Souza (1997) destaca:

Para se compreender o significado da penetração civilizadora sobre o Brasil inculto – sertão e selva – é indispensável investigar de onde o imaginário sobre a fronteira retira energia simbólica. Sem dúvidas, a fonte mais abundante é a longa e poderosa tradição de opiniões sobre o sertão como um problema para a nacionalidade (p.133).

O *sertão* é, portanto, construído em diversas narrativas como um problema para a nacionalidade ou, ainda como descreve Alencar (2003), “Deveriam defender aquele povo que teve a coragem de viver naqueles sertões, perdidos pela distância, sofrendo o abandono, a miséria e a carência de tudo, povoando os campos para que o Brasil sobreviva” (p. 84).

Já que uma das primeiras vinculações da idéia de fronteira é com a imagem do bandeirante, Vidal e Souza (1997) declara que as diversas narrativas ponderam que fronteira não era o movimento, mas o pouso, “o estabelecimento de pontos de fixidez, a solidificação mínima de núcleos de vida sedentária diante da errância toda que faz o sertão” (p. 134). A fronteira sinalizaria a “presença firme de gente povoadora no território”. Posteriormente, outro significado para fronteira foi dado pela idéia de “internalização”, ocupação dos espaços internos já garantidos:

Para dentro, o Brasil começa a crescer. Esta, sim, a direção de expansão da fronteira. Área demarcatória entre partes constituintes de um mesmo país, a fronteira vem a ser intermédio entre um Brasil “cultivado” pela civilização e outro ainda bruto, muito sertão. Estender em profundidade a nacionalização apossadora das terras do interior, perdidas sem a decisiva marca de pertencimento ao Brasil, torna-se a máxima missão dos agentes fronteiros (p. 135).

A missão dos “agentes fronteiros” é de serem *modernizadores do sertão*. Ao narrar o Tocantins, os *durenses* estabelecem fronteiras móveis. Como na narrativa de José Liberato Póvoa (1999), sobre a escolha do lugar, onde seria construída Palmas, a “*Capital do futuro*”:

Por uma razão lógica, o Governador escolheu uma área localizada na margem direita do rio Tocantins, no centro geográfico do Estado: como a intenção era construir uma *cidade moderna e funcional*, não se justificava adaptar uma das cidades existentes como Capital; ademais, a construção de uma nova cidade, (...) impunha serenidade e visão de futuro na escolha do local. Assim foi escolhido o lugar à margem direita do Tocantins, no povoado de Canelas, que, forçosamente, transformar-se-ia em um *pólo de desenvolvimento* de toda a margem direita, secularmente abandonada. A decisão de construir no centro geográfico do Estado uma *nova cidade, planejada*,

*moderna*, para sede do Governo estadual, foi pensada e repensada, após profundas análises por parte do Governador, dos integrantes da Assembléia Legislativa e do primeiro escalão, sem deixar de ouvir técnicos nacionais e estrangeiros, que já haviam projetado cidades semelhantes (p. 117).

E completa narrando sobre a Capital do Tocantins, como “(...) uma cidade com amplos espaços, bem distribuídos, totalmente afinada com os preceitos ambientais, onde seus habitantes possam viver com o conforto oferecido pela vida moderna, em harmonia com a natureza, sem agredir o meio-ambiente”. Uma capital que teria emergido “do bom senso, do equilíbrio e dos ideais de esperança do povo tocantinense” (p. 118). E continua, descrevendo a cerimônia de inauguração:

Dentre os presentes encontravam-se inúmeros empresários de todo o país, interessados em investir no novo Estado e na futura Capital. E assim, surgiu a Capital do Estado do Tocantins, a última do século, cognominada *A Capital Ecológica*, e *A Capital do Futuro* (p. 119).

Ainda falando da fundação de Palmas, Cavalcante (1999) destaca um dos discursos do primeiro aniversário da Capital em que é especialmente emblemática a questão da modernidade ligada a Palmas:

Como símbolo da modernidade que foi Goiânia criada por Pedro Ludovico, Palmas não deixa de ser o símbolo da modernidade do Tocantins. A escolha do sítio, do local e a construção de uma nova cidade. Ela é plena de colocações simbólicas, mas, sobretudo, de símbolos que são muito mais do domínio da psicologia humana do indivíduo. É a vaidade, por um lado e, justamente, os interesses políticos [por outro], mas não deixa de ser um símbolo, o símbolo da modernidade. E, é claro, Siqueira Campos não ia deixar escapar jamais esta oportunidade de criar um símbolo que estará pelo resto da história do Tocantins vinculado ao seu nome (p. 171).

Palmas representa a modernidade próxima e para *Duro-Dianópolis* é o lugar das alianças em que políticos e filhos dos antigos coronéis agora seguem em busca de apoio. Ou onde a *República de advogados*<sup>48</sup> se instalou.

---

<sup>48</sup>O texto ufanista de Zilmar Wolney Aires Filho *Uma república nortista de advogados* destaca entre outras coisas que Dianópolis também chamada de *Terrinha*, *Capital do Mundo*, *Princesinha do Sudeste do Tocantins* passa a chamar também de *República dos Advogados*. Destaca que é o lugar de “mentes brilhantes,” centro polarizador da cultura” e lugar que produziu “uma gama de bacharéis notáveis” sendo estes, na maioria, segundo o autor, bacharéis em direito. Declara que na *Terra das Dianas* os jovens em sua maioria seguem “trilhos das Ciências Jurídicas” e lista um rol de bacharéis sendo que muitos destes ocupam cargos em Palmas.

### 2.3 Os Dois Goiás

“... não temos nenhuma identificação com vocês aí de Goiás. Não temos nada em comum com as coisas do Sul. Sua capital Goiânia para nós não diz nada. Ela nos sufoca em todos os sentidos.”<sup>49</sup>

No Brasil, a questão regional está ligada de acordo com Sena e Lima (2005) a uma “cartografia imaginária da nação”, onde espaços são definidos como centro, em contraposição a outros espaços, considerados periféricos ou atrasados. Os espaços periféricos são classificados como região, “a serem englobados pela nação” (p. 36). Portanto, uma construção simbólica, uma representação cultural que é discursivamente construída como singularidade, como diferença.

A construção simbólica da região está ligada a realidades do grupo, como: memórias, afetos, sentimentos, imagens, crenças e moralidades, consideradas comuns aos habitantes de determinada região. Para as autoras citadas, estas realidades simbólicas são “constitutivas do fenômeno da região” (p.36).

A idéia de identidade regional é uma representação social. A etimologia da palavra região conduz a noção de di-visão, ato mágico ou propriamente social de introduzir algo por decreto. Traçar as fronteiras retas, separar o interior do exterior, o sagrado do profano, o território nacional do estrangeiro (BOURDIEU, 2000).

Assim, a reflexão sobre região no Brasil passa por uma análise da arquitetura centro-periferia que está ligada também à idéia de *litoral* e *sertão*. Ainda, tomando como referência Bourdieu (2000), que defende que a reivindicação regionalista é uma resposta à estigmatização, que produz o território de que aparentemente ela é produto, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social e também geográfica em relação ao centro, pela privação do capital material e simbólico que a capital concentra, não teria que reivindicar sua existência. É porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizantes, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até econômicos – assume a forma da reivindicação regionalista.

---

<sup>49</sup> Trecho de carta resposta a Bernardo Élis de Edmar Gomes Melo, Pedro Afonso (TO). Publicado na Revista

Para o historiador Nasr Fayad Chaul (2002), a construção de uma identidade regional para o Estado de Goiás esteve, por muito tempo, atrelada à idéia de “decadência” e “atraso”, sendo que o conceito de “decadência” foi amplamente difundido nas diferentes narrativas sobre a Província de Goiás. Chaul vai sustentar a tese de que o conceito de “atraso” tão amplamente utilizado e difundido estaria ligado à idéia de decadência: “embora com significados distintos, os termos decadência e atraso continuaram a dar a tônica na explicação político-econômica que vem caracterizando a análise da história regional” (p. 141).

Assim, Chaul (2002) propõe a desconstrução das idéias de “decadência” e de “atraso”, sendo perceptível seu papel como “modernizador” e construtor de uma nova imagem para o Estado de Goiás vinculado à imagem do progresso, do novo, das ferrovias e da urbanização. E nesta “tessitura simbólica da região, põe-se em marcha operações de ressignificação, disputas discursivas e políticas” como destacam Sena e Lima (2005).

Essas reflexões são importantes para a análise que desenvolvemos aqui, pois destacam que o Estado de Goiás está passando por processo de gestação de um movimento de “deslocamento do sertão para as fronteiras geopolíticas de uma região. Escritores, artistas, intelectuais e políticos goianos vêm trabalhando, nos domínios da cultura e da política, para reverter a identidade periférica da região na cartografia imaginada da nação” (SENA E LIMA, 2005, p. 45).

Para isso, algumas estratégias são utilizadas por diferentes agentes como controle da dizibilidade da região. Isto é, construir uma representação local que privilegie o interno. Construções que são, muitas vezes, contrárias ao que já foi dito/escrito anteriormente, tendo como base olhares de “viajantes europeus”. Outra estratégia é a da ressignificação do mito do *sertão* como espetáculo e figura da atualidade. *Sertanejo* como um peão de rodeio inserido em uma estrutura capitalista mega-empresarial e transnacional. E a última estratégia e que diz respeito diretamente a este tema é o que as autoras chamam de “confinamento do sertão ao Tocantins”. Os goianos estariam conduzindo um processo de “deslizamento” do sertão ou realocando as características negativas ligadas ao imaginário *sertão*, tais como isolamento, população indígena, jagunços e coronéis para além de suas fronteiras estaduais, “constituindo o Tocantins imediatamente uma alteridade da alteridade” (SENA E LIMA, 2005, p. 45).

Esta é a situação de construção de imagens do Estado de Goiás enquanto que no Estado do Tocantins, por outro lado está em processo um amplo movimento de construção de imagens ligada à idéia de modernidade. As estratégias são utilizadas por diferentes agentes, sendo que neste trabalho privilegia-se os *durenses*, que produzem uma dizibilidade da região e o deslocamento do *sertão* para outras fronteiras. A construção de Palmas é emblemática

neste sentido como declara Liberato Póvoa (1999), “a intenção era construir uma cidade moderna e funcional (...) forçosamente, transformar-se-ia em um pólo de desenvolvimento.” (p.117).

Após esta pequena contextualização da construção simbólica atual dos dois Estados considerados “irmãos” em muitos discursos e em outros como “pai e filho”, sendo ambas as relações carregadas de significado político e hierárquico e apropriadas nos discursos de diferentes formas. Agora, passaremos à análise da situação anterior à divisão. A idéia dos *dois Goiás* e o discurso de autonomia e da busca pela divisão do antigo Norte de Goiás, tendo como suporte o discurso construído pelos *durenses*.

Se a narrativa construída por Campos (1987), para o processo histórico do Estado de Goiás, é centrada na idéia de atraso, a região Norte do Estado é descrita como ainda mais atrasada que o restante do Estado. Ou, como diria Hagahús em um dos seus discursos políticos sobre a região Norte do Estado de Goiás, compilados por Alencar (2003):

É uma vergonha para o Estado, e um desrespeito à dignidade humana, a falta de um médico em grande parte dos municípios Goianos [norte goianos, atualmente Tocantins]. Agentes do Fisco não faltam em parte nenhuma, porque recebem salários dignos. Mas a remuneração do médico é menor do que de alguns motoristas de representação, e não há incentivos para sua fixação em pequenas cidades (p.159) [Discurso proferido em 17/12/1982].<sup>50</sup>

E continua narrando que a situação no Norte era dramática e que “vultosos investimentos teriam de ser feitos para mudar o quadro de desolação e de abandono que atingia aquele pedaço esquecido de Goiás” (p.83). E Alencar (2003) destaca que Hagahús mostrava-se preocupado com o fosso social e econômico que separava o empobrecido Norte e Nordeste de Goiás da parte desenvolvida do Estado. Sendo que este político teria se envolvido cada vez mais na luta em prol do esquecido norte: “... os nossos problemas só agravaram. E comecei a reagir de forma veemente, embora cada vez mais convencido de que a saída seria a emancipação política da nossa região com a criação de um novo Estado” (p.89). Sua narrativa enfatiza que era uma região pobre, esquecida pelas autoridades e que só era lembrada na época de eleições e na cobrança de impostos.

Cavalcante (1999) também destaca a questão do isolamento do Norte como central: “afirma-se que as medidas concretas para ajudar o norte a sair do isolamento a que

---

<sup>50</sup> Na Primeira Reunião de Prefeitos do Nordeste Goiano, prefeitos eleitos do PMDB, na cidade de Dianópolis.



historicamente fora relegado, só seriam tomadas quando as necessidades da expansão do capitalismo, assim, o determinasse, processo esse que começou a adquirir relevância na década de 60” (p. 86).

Sobre a geografia e comunicação dentro do Estado de Goiás, Campos (1987) declara “As estradas de rodagem, quando havia, eram de precária situação e, no mais das vezes, cabia a particulares construí-las e explorá-las, já que o poder público não dispunha de recursos para tal. Em 1912, o Presidente do Estado em seu relatório anual ao Congresso Estadual descreve, assim, o sistema viário estadual: *Não merece o nome de viação o conjunto de intransitáveis estradas de rodagem que existe em nosso Estado*” sendo que a ligação com o Centro-Sul surge com a ferrovia, no início de 1920 (apud CAMPOS, 1987, p. 41-42).

A questão da melhoria da comunicação através da ferrovia refere-se somente ao Sul do Estado como enfatiza Campos (1987), pois no Norte de Goiás a possibilidade de comunicação era mínima e nem telégrafo existia. Como reitera Campos, lembrando a situação do *Barulho* e as investigações procedidas em *São José do Duro*, em 1919: os telegramas da Comissão Investigadora para a Capital de Goiás eram transmitidos da cidade de Barreiras, Bahia (p.41/42).

E Campos (1987) continua descrevendo a região Norte e sua situação econômica:

A vinculação da região norte era com Belém (Pará) por meio do rio Tocantins, mas sem regularidade e com um sem-número de problemas, tornando cada viagem uma epopéia. Tal era a dificuldade, que era comuns deputados e senadores estaduais nortenses irem para a Capital (cidade de Goyas) para os trabalhos legislativos via Belém - Rio Janeiro. Note-se que somente em 1929 é que o caminhão foi levado, no sentido preciso do termo, até o médio norte (Porto Nacional) mesmo assim, via Bahia, numa verdadeira epopéia (p. 42).

Dalísia Doles (1977), em seu trabalho *Aspectos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás*, analisa a situação do Norte de Goiás e afirma que:

(...) os dados referentes à urbanização, à distribuição populacional e à participação das diversas regiões nos quadros da economia comprovam a supremacia do centro-sul e a nítida desvantagem levada pelo norte-nordeste. Assim é que, em 1920, entre 10 municípios de maior população no Estado, apenas um era situado no nordeste, correspondendo a 3,1% do total e, na distribuição da população por municípios acha-se presente apenas S. José do Duro situado dentre os menos populosos (p. 09).

Campos (1987) descreve a situação econômica do Estado de Goiás, tendo cada área do Estado um posicionamento:

A meu ver, a lavoura, muito embora não seja a atividade principal do Estado, expressa e reflete a condição de progresso/ atraso das diferentes regiões goianas, além da ligação delas com o mercado nacional ou não. O sul, próximo a Minas Gerais (Triângulo Mineiro) e a São Paulo, é por onde passa a via-férrea, ligação do Estado com o mercado nacional; note-se que os dois municípios goianos de maior produção agrícola (Catalão e Corumbahyba) estão no limite com Minas Gerais. A região centro, onde se localiza a Capital do Estado (Goyaz), tem também proximidade com o *mercado* nacional e é para lá que se dirige a ferrovia. A região norte volta-se para Belém (do Pará), não possuindo senão os rios como meios de comunicação – potencial e inexplorado, tinham apenas gado que auto-transportava (p. 28).

E Campos (1987) enfatiza também o que ele chama de “diferenciação de tipos humanos e culturais” na formação dos dois Goiás:

Contudo, a proximidade com diferentes regiões do País e a existência de vasta área a ser ocupada, fizeram de Goiás uma frente pioneira de migração, a partir da decadência da mineração em Minas Gerais. A região compreendida pelo Triângulo Mineiro e sul de Goiás recebeu, paulatinamente, um considerável número de mineradores. Enquanto os mineiros ocupavam pouco a pouco o sul do Estado, no centro-sul se concentrava a população originária do surto minerador goiano e ali se edificaram as principais povoações, pois ali estavam os principais veios auríferos, bem como ali se estabeleceu o centro político. Por seu turno, o *norte de Goiás foi esparsamente povoado por baianos, maranhenses e paraenses que paulatinamente iam ocupando as margens dos rios que lhes serviam de único meio de comunicação. E, estas tendências se mantiveram até bem recentemente, criando uma diferenciação de tipos humanos e culturais entre as regiões do Estado* (p. 36) [grifos meus].

A narrativa de José Liberato Póvoa, em seu *Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins* (1996), defende também a idéia de que o Norte de Goiás teria sido povoado por um grupo diferente do que habitou o Sul de Goiás. Destaca que: “Predominantemente de raízes nordestinas, em geral – maranhenses, piauienses e baianos – o Tocantinense trouxe, como legado de seus antepassados, um falar todo seu, que ora facilita, ora complica o entendimento de seus interlocutores” (p. 17). E de acordo com alguns membros da Academia Tocantinense de Letras, que analisaram o linguajar do Tocantins, declara que “O glossário dessa gente é interessante, rico e diversificado”. E a respeito do Dicionário, a Comissão da Academia de Letras declara que o autor reuniu “a inteireza do extenso, precioso e útil vocabulário, empregado na linguagem descontraída, solta, desses descendentes de nordestinos, habitantes destas plagas, que de mãos calejadas pelo uso da foice e da enxada, com a pele castigada pelas intempéries, criaram nossa invejável cultura popular” (p.07).

E defendendo a influência cultural da região chamada “nordestina”, Liberato Póvoa (1996) declara que:

A medicina popular no Tocantins apresenta espantosa semelhança com a Região Nordeste, como se pode verificar nas muitas obras escritas sobre o folclore nordestino, em que são relacionados inúmeros remédios caseiros, mezinhas, crendices e superstições, que tem uso corrente no Tocantins, variando apenas na terminologia (p. 15).

Por fim, Liberato Póvoa defende um linguajar específico para a antiga região Norte do Estado de Goiás e declara que para escrever o *Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins* buscou o que chama de termos e expressões caracterizadores do linguajar tocantinense, que “muito se assemelha ao linguajar do Norte e do Nordeste, sem se falar do Centro-Oeste, de onde foi desmembrado o novel Estado do Tocantins” (p. 11). Afirmar que prefere “admitir que o linguajar tocantinense seja uma *variação* de outras *regiões*, pois, como disse muito se assemelha ao do *Centro-oeste (região mãe)*, ao do *Nordeste* (pela proximidade), tanto quanto a do *Norte*, à qual pertence hoje nosso Estado”.

Este Dicionário foi patrocinado oficialmente pelo Governo do Estado do Tocantins com o objetivo de ser uma obra de divulgação que consta de algumas bibliotecas públicas para que os estudantes tivessem a oportunidade de conhecer a “realidade do Estado”. A Comissão Especial da Academia Tocantinense de Letras, assim avalia a obra: “Este Dicionário (...) é, sem dúvida, a obra mais importante das muitas produzidas pelas inteligências deste Estado e, seguramente, haverá de projetar a cultura tocantinense - tão bela, tão eclética – além fronteiras” (LIBERATO PÓVOA, 1996, p. 18).

Estas narrativas chamam para si a responsabilidade de “cultores dos costumes e amantes do regionalismo”. Albuquerque Jr (2001) destaca que o sotaque está quase sempre ligado a um conhecimento prévio que permite enquadrar o falante em classificações morais, valorativas, num regime de escuta, em que não são as pessoas que falam, mas a fala que diz a pessoa.

Assim, Liberato Póvoa (1996), sobre o linguajar considerado próprio do Tocantins, destaca que teria como missão a: “perpetuação deste quase dialeto, que, se não for eternizado nas páginas dos livros, estará fadado a desaparecer” (p. 11 e 12). Trata o regionalismo como *peculiaridades* que não atrapalharia a “pureza da língua”: “Sem outra intenção a não ser a de acrescentar algo ao regionalismo brasileiro e particularmente não deixar morrer o linguajar tocantinense, é que me propus a catalogar os termos e expressões tocantinenses neste desprezioso Dicionário” (LIBERATO PÓVOA, 1996, p. 15).

As imagens associadas ao *sertão* estão ligadas à idéia de um *sertão mítico*, onde tudo aparenta estar como antes, “um espaço sem história, sem modernidade, infenso a mudanças.

Um espaço preso ao tempo cíclico da natureza, dividido entre seca e invernos como declara Albuquerque Jr (2001:163). Liberato Póvoa afirma que:

O homem tocaninense, notadamente o do interior, é, por excelência, um sábio. Perspicaz e inteligente em sua simplicidade, observador arguto, atento a tudo o que o rodeia, criou um linguajar próprio para se expressar em seu singelo e despretenso modo de falar, construindo vocábulos e expressões muitas vezes ininteligíveis para aqueles que com ele não convivem, ou não partilham de suas origens (p.15).

Sobre o pertencimento ao Norte, Liberato Póvoa enfatiza no livro *História Didática do Tocantins* (1999) que a inclusão do Estado do Tocantins na Região Norte do Brasil foi fruto de uma “hábil estratégia do criador do Estado” e que [com] “tato, prudência e, sobretudo, um bem elaborado trabalho de articulação é que o Tocantins passou a figurar na Região Norte” (p. 107). Pois isso significaria mais incentivo e captação de recursos federais. Siqueira Campos ao ver consolidada a criação do Estado do Tocantins teria passado a articular:

No sentido de ter acesso aos recursos da Reserva do Fundo de Participação dos Estados. Como o Tocantins integrava o Estado de Goiás, e este pertence à Região Centro-Oeste, seria óbvio que com o desmembramento o Tocantins continuaria a integrar esta Região, tornando impossível o acesso àqueles recursos (p. 107).

Nesse sentido, podemos pensar com Bourdieu que a definição de região, ou de território é feita a partir de laços jurídicos e políticos que ligam um espaço determinado por superfície, forma e fronteira. As fronteiras enfatiza Bourdieu (2000), nunca são naturais, não existem classificações naturais de região nem tão pouco fronteiras naturais em região, pois estas são produtos de uma divisão “que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne, tenha entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes”. As fronteiras, portanto, são produtos de ato jurídico de delimitação que produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta.

É por este viés que o Estado do Tocantins parece lançar em algumas das suas localidades como *Dianópolis/ Duro* uma espécie de cerne do Estado. A mesma localidade nomeada *Nordeste goiano* e construída discursivamente como “pesadelo” e “correcção da miséria” com a divisão do Estado é ressignificada como Sudeste do Tocantins.

## 2.4 Nordeste x Sudeste

O que se diz de uma região, bem como sua visibilidade compõem-se também de produtos da imaginação, que ganha aspectos de realidade. Albuquerque Jr. (2001) destaca que “são fatos que uma vez vistos, escutados, contados e lidos, são fixados, repetem-se, impõem-se como verdade, tomam consistência, criam raízes” (p. 192).

O discurso construído pela *narrativa durense* sobre a antiga região Nordeste como lugar pobre e isolado do Estado de Goiás é recorrente também na narrativa de historiadores, sociólogos e políticos, como a declaração feita por Campos (1987): “A região nordeste, próxima à Bahia, se apresenta como a mais pobre das regiões. O mercado possível é o sertão baiano com igualdade de condições da região goiana” (p. 29).

A estruturação do Estado e sua divisão administrativa em regiões fazem com que se construam imagens sobre estas. Ao “antigo Nordeste goiano” foi atribuída a imagem de região problema, atrasada e pobre. Esta região hoje é o Sudeste do Estado do Tocantins e é composta pelas seguintes cidades: Dianópolis, Taguatinga, Arraias, Ponte Alta do Bom Jesus, Novo Jardim, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Almas, Pindorama do Tocantins, Chapada da Natividade, São Valério da Natividade, Natividade, Conceição do Tocantins e Taipas do Tocantins.

A imagem de pobreza associada ao Nordeste goiano aproxima-se e sobrepõe-se à imagem construída ao longo do tempo para a região Nordeste brasileira que engloba nove Estados da federação: Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. Durval Muniz de Albuquerque, em *A Invenção do Nordeste* (2001), estrutura sua análise, tendo como suporte as teorias de Foucault, em um estudo “arqueo-genealógico”, que tenta mostrar como foi construída a idéia de Nordeste no Brasil. Defende que o espaço e a cultura regional não são elementos que advêm do recorte espacial-territorial, são social e historicamente construídos: “A descrição das *misérias e horrores do flagelo* tenta compor a imagem de uma região *abandonada, marginalizada pelos poderes públicos*. (...) compondo a imagem de uma área *miserável, sofrida e pedinte*” (p. 59).

Não há uma “essência regional” no espaço físico; é construído historicamente enquanto projeto social. O regional, como o concebemos, é uma construção histórica e dialética, que ora incorpora o nacional, ora o local, ora o macro-regional, dependendo dos interesses de seus atores. Como declara Hagahús, em um dos seus discursos: “Parece, até, que a palavra Nordeste tornou-se um estigma, quase um sinônimo de pobreza, problemas, problemas sociais e soluções sempre adiadas” (ALENCAR, 2003, p.152).

Em *Hagahús: uma lição de cidadania constrói-se* uma narrativa organizada por Iara Alencar que tem o objetivo óbvio de homenagear o pai, Hagahús, e traz depoimentos do

próprio, bem como discursos de posse, de campanha, cartas entre outros. Hagahús pode nos aproximar daquela imagem de “*modernizadores do sertão*”, reivindicando estradas e até mesmo televisão para o Nordeste goiano: “é uma reivindicação de nossa gente”. Não é justo sermos privados da televisão, por falta de recursos (ALENCAR, 2003, p. 160). E em sua narrativa descreve sua vida pública e sua atuação como Prefeito de Dianópolis (1966-1970), como Deputado Estadual de Goiás (1983-1987), Deputado Constituinte de Goiás (1987 – 1991), Deputado Federal do Tocantins (1991-1995).

Convém ressaltar que as análises dos discursos políticos de Hagahús Araújo apontam para uma imagem do Nordeste goiano, descrito como: “A parte mais pobre e esquecida de Goiás” (p.83). Talvez aqui possamos pensar com Bourdieu (2000) que o que está em jogo é o poder de se apropriar das vantagens simbólicas de uma identidade legítima – publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida – ou ao menos de buscar as vantagens negativas implicadas no fato de já não se estar sujeito a ser avaliado ou avaliar-se em função dos critérios mais desfavoráveis.

Hagahús apresenta-se como o clarim do Nordeste goiano, o reivindicador de melhorias e de mudanças para a região: “Venho dos sertões goianos. Trago comigo as limitações do caboclo e também uma vontade imensa de acertar” (p. 180). Assim, toma para si a função de liderar o antigo Nordeste goiano, como narra Alencar (2003):

Convencido de que os graves problemas do antigo Nordeste goiano só seriam superados pela união e determinação das suas lideranças e do seu povo, anunciou que já havia arregimentado os prefeitos da região para um encontro com o governador do Estado, no dia 16 de fevereiro daquele ano (1966), a fim de cada um expor os problemas de seus municípios, suas dificuldades, e a necessidade de solucioná-los (p. 81) [baseado no discurso de posse como prefeito de Dianópolis em 31/01/1966].

E ainda reforça o seu papel de representante do povo do Nordeste goiano:

Somos nós, que estamos nestes sertões, em meio ao povo, que ouvimos seus verdadeiros clamores; sentimos a mesma escassez de transportes; também vivemos longe de nossos filhos que estudam ou trabalham, pois foram à procura de melhores dias; e, juntos, sofremos toda a sorte de dificuldades econômicas e sociais. É por isso que podemos interpretar melhor as aspirações e sentimentos da nossa população (ALENCAR, 2003, p. 151) [pronunciamento em reunião com o candidato a governador, Iris Resende, em 1981].

Assim, embora reclame para si a condição de representante da região e porta-voz dos *sertanejos* é também um franco defensor dos latifundiários. Defensor dos “agricultores”, dos

fazendeiros por que ele mesmo é um: “As discriminações estabelecidas entre as áreas industriais e agrícolas precisam ser sanadas e os agricultores precisam gozar dos benefícios garantidos aos industriais” (p. 217).

Doles (1977), em sua pesquisa sobre coronelismo, em *São José do Duro*, tendo como base os dados colhidos por Itami Campos destaca que: “A contribuição do nordeste para o rebanho goiano, segundo o censo de 1920, era de apenas 579.910 cabeças (15,4%), o mais baixo percentual do Estado” (p. 09). Em seguida, ressalta a inexpressividade política do Nordeste goiano:

A inexpressividade política do nordeste, comum a todo o interior é expressa no controle da representação federal pelo grupo da capital, que, em 14 legislaturas de 42 senadores fez 36 e que preencheu 38 das 56 vagas para deputado federal. De outra parte, a composição das Comissões Executivas foi sempre reservada aos chefes da Capital (p.09).

Portanto, para a historiadora Doles (1977), as desigualdades regionais condicionariam, no plano estadual, relações do tipo centro e periferia, sendo que o *centro* seria representado pela cúpula dominante e a *periferia* pelos municípios economicamente frágeis. E os municípios economicamente frágeis, estariam concentrados no Norte e Nordeste de Goiás (atual Estado do Tocantins).

Doles (1977) levanta a questão de que a engrenagem política, desde o início da República, era centralizada na Comissão Executiva do Partido. Cabia a esta Comissão indicar os nomes dos candidatos para todos os cargos eletivos para representações federal e estadual. Assim, a coordenação política do Estado de Goiás era feita por uma cúpula minoritária do Partido Democrata, por muito tempo, dirigida por Totó Caiado. Esta cúpula era composta por sete a nove membros, “da qual estava marginalizado o nordeste” (p.09).

Hagahús, em sua atuação como político, apresenta-se como “a voz do nordeste goiano”. Em carta de 15 de fevereiro de 1979, ao governador de Goiás, Ary Valadão, Hagahús teria questionado o lugar do antigo Nordeste goiano: “V. Excia, ao elaborar seu plano de Governo, por certo não haverá de se esquecer do Nordeste goiano, redimindo-o do abandono a que vive relegado, como se aqui não fosse Goiás” (ALENCAR, 2003, p.146).

É recorrente, em sua narrativa, a alegação de sua atuação parlamentar como diferenciada, trazendo melhorias para a região: “Através de uma ação parlamentar eficiente, muito conseguiu para reduzir o fosso social que separava o Goiás desenvolvido da sua parte

mais pobre, carreando recursos para o que viria a ser hoje o promissor estado do Tocantins” (ALENCAR, 2003, p. 23).

Assim, é interessante perceber a questão de como biografado e biógrafa *durenses* produzem o *Nordeste goiano* e o Tocantins. *Dianópolis-Duro* é narrado como lugar de *atraso, isolamento e esquecimento*. E o Tocantins como *lugar da promessa*.

Sustenta a idéia de isolamento geográfico da região e declara que a grande necessidade e prioridade seria abrir estradas. Ligar o *sertão* goiano à Bahia e à Brasília como declara em seu discurso de posse como prefeito de Dianópolis na década de 60:

Sem estradas não haverá progresso. Sem estradas não haverá circulação de riquezas. Só com estradas poderemos vender por mais e comprar por menos, assegurando, deste modo, o equilíbrio financeiro que trará ao nosso município esperança de melhores dias. Enquanto nosso lavrador continuar vendendo arroz a Cr\$ 1.000 a quarta; enquanto a mocidade dianopolina continuar saindo para os grandes centros à procura de melhor futuro por falta de condições de vida em nosso meio; enquanto os fretes continuarem absorvendo os lucros e parte do custo de nossa produção, estaremos andando para trás tangidos pelo subdesenvolvimento (Alencar, 2003:94-95) [discurso de posse como prefeito de Dianópolis de 31/01/1966].

A “antiga região Nordeste” do Estado de Goiás tinha Dianópolis como uma das principais cidades, sendo esta dominada por famílias hegemônicas, de acordo com a narrativa de Alencar (2003), que teriam problemas com o governo do Estado em uma clara alusão ao *Barulho*:

Por muito tempo, nossas famílias dianopolinas e o povo de Dianópolis tiveram justificados motivos para esquecer o passado e nenhuma para acreditar no governo e na justiça. Precisavam sair do isolamento e conquistar seu espaço. Queriam. Uniram-se e o fizeram (ALENCAR, 2003, p. 33).

E a narrativa parece indicar que a saída *Duro* – Dianópolis do “isolamento” deveria se dar por uma atitude positiva dos seus filhos. Estes, sozinhos e sem apoio do governo de Goiás que só os enxergavam para cobrar imposto ou destruir as suas famílias com uma “milícia ensandecida”.

Assim, em um dos seus discursos como prefeito recém-eleito (1966) teria falado sobre a “pobreza da região” e enfatizado as possíveis razões, como: descaso do governo de Goiás para com a região (mas que não se podia culpar somente o governo) e o segundo motivo seria:

A maior parte da culpa deve ser atribuída a nós mesmos. Por comodismo, por descaso, por descrença, por falta de mobilização e organização política, não fazemos



chegar ao conhecimento das autoridades as nossas reclamações de ordem coletiva, perdendo muito tempo com questiúnculas pessoais (ALENCAR, 2003, p. 82).

Na construção discursiva da região Nordeste de Goiás existia uma mesmidade, uma cristalização de imagem ligada à pobreza e à miséria, como afirma Alencar (2003):

Vivemos na região mais atrasada de Goiás, e, talvez, numa das mais carentes do Brasil inteiro. O chamado *corredor da miséria* não é só o Nordeste Goiano. É toda a margem direita do Rio Tocantins. É uma nódoa na consciência nacional. Mas nossa pobreza não é originada da preguiça. Vem da baixa fertilidade de nossas terras, do isolamento, das distâncias dos centros consumidores, da falta de incentivo financeiros e fiscais que, somados ao descaso governamental, nos colocam em posição de inferioridade na luta pela competição dos mercados (p. 125).

É interessante perceber que o próprio Hagahús propõe uma crítica ao discurso do determinismo geográfico em que o lugar estava inserido quando declara que: “... como se o atraso fosse uma determinação irreversível...” somos marginalizados... Parece, até, que as divisas geográficas de nossa região delimitam também a capacidade de seus filhos (Alencar, 2003, p. 126).

Repete metonimicamente a oposição Nordeste, Norte x Sul, Sudeste do Brasil. O Nordeste foi gestado por muitos agentes, como nos lembra Albuquerque Jr. (2001), tendo como suporte a obra de Graciliano Ramos: “Nordeste do seco, do brutal, do indelicado, dos lugares sombrios, odiosos e tristes. Nordeste do pobre, do feio, do sujo, do lixo, de natureza e vidas mesquinhas, do silêncio e da sombra, da decomposição individual e social” (p. 241). O marco para a quebra desta imagem, para a tentativa de desconstrução da idéia de atraso e miséria é a divisão do Estado de Goiás e a formação do Estado do Tocantins.

Hoje, o Nordeste goiano é o Sudeste do Tocantins, em que se constrói um discurso de modernidade que busca negar a imagem do passado. Dando ênfase aos projetos do governo federal para a construção de hidrelétricas e expansão da fruticultura:

Mas, apesar dos novos investimentos, só aprofundava o fosso que separava o Goiás rico e desenvolvido do Sul, da sua parte pobre, diferenças ainda mais acentuadas se comparadas com o que era chamado “o corredor da miséria”, hoje o Sudeste do Tocantins (ALENCAR, 2003, p. 85).

O discurso parece apontar para uma ambivalência nas representações das Regiões Norte e Nordeste atreladas as idéias de tradição e atraso e as Regiões Sul e Sudeste associadas às idéias de progresso e modernidade. Esta elaboração está presente também em Rodrigues

(1970) quando narra o papel do paulista desde a colonização como agente modernizador e formador da *nação*:

A obra paulista de dilatação e incorporação do território colonial é sem paralelos na história americana. O espantoso crescimento físico da nação é um resultado do esforço paulista, de sua desordenada ambição, de sua extraordinária capacidade de iniciativa (p. 81).

Na narrativa construída por Rodrigues (1970) há uma ênfase também na imagem relacionada à região Norte e Nordeste:

Ninguém crê que o Norte ou o Nordeste, que sofreram tantas desvantagens, desejem mudanças radicais separatistas ou seccionistas. Eles representam (...) os princípios tradicionais do povo brasileiro (...) Talvez eles tenham vivido demais no passado, mas é quase um crime da Federação desligar-se dos problemas fundamentais destas populações tradicionais que fizeram muito pela unidade nacional (...) (p. 91).

**Tabela 05 - Representações das Regiões Norte/Nordeste, Sul/Sudeste no Estado do Tocantins**

<b>NORTE / NORDESTE</b>
Tradicional
Atraso
Comida
Música
Linguagem / Fala
Religiosidade
Riqueza cultural
Festas Populares
Tradições Populares
Folclore
<b>SUL/ SUDESTE</b>
Moderno / Progresso
Modernização
Hidrelétricas
Comércio
Mundo do capital
Tecnologia
Indústrias
Saber dominante
Universidades

Racionalidade
---------------

No poema “Na Região Sudeste do Tocantins”, do *durense* Mário Sérgio, o poeta descreve como esta região renasce ligada à esperança e embora tente romper com as imagens associadas antigo Nordeste de Goiás ainda está permeada por estas:

Na Região Sudeste do Tocantins  
De agosto até setembro  
A seca se faz presente  
Termina lá pra dezembro  
Quando começa a chover  
E o verde a renascer  
No começo de novembro

Quando cantam as cigarras  
O sol quente vai embora  
Um pingo d’água aparece  
A chuva não se demora  
Umidade se levanta  
Melhora a dor na garganta  
Todo mundo comemora

A paisagem se transforma  
Ipês roxos, pés de manga  
No colorido das flores  
Realçam as amarelas  
Nossas almas se levantam  
Nossas vidas se encantam  
Debruçadas nas janelas

Ou andando pelas ruas  
De braços dados com a natureza  
É tempo de esperança  
Da cor do verde certeza  
Da bandeira do Brasil  
No imenso céu de anil  
Na região sudeste

## 2.5 Tocantins e as narrativas:

Pelos mundos nossa lenda. Mesmo que nunca se aprenda. Eu te ensino a fazê renda. Que mais posso te ensinar. Eu que não porto outra prenda. Que só sei dar vida à trama vã.

(Tenda, CAETANO VELOSO)

O Tocantins foi criado por determinação da Constituição de 1988 e, a partir da divisão do Estado de Goiás, foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1989 e de lá pra cá diversas narrativas foram e estão sendo construídas, buscando projetar a idéia de vínculos, as idéias de “nossas coisas”, de “nossa gente”, de “nossa história”, de uma identidade que particularize, de fronteiras que diferenciem.

É interessante perceber como se formulam este conjunto de imagens, de enunciados, esta visibilidade e dizibilidade do Estado. Conforme o dito de um pensador do Tocantins: “desde a criação desse nosso Estado, sempre entendi que deveríamos buscar nossa origem, para podermos dizer à nação brasileira quem somos, como fomos e projetar o que seremos” (Silva, 1997, p. 07).

A construção da visibilidade do Estado do Tocantins pode ser pensada nos termos de Albuquerque Jr. (2001) em que: “Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território” (p.66). É interessante perceber que no processo de legitimação do recorte espacial Tocantins, o novo, nega sua novidade e atribui-se uma pretensa continuidade com o passado:

Não se pode confundir, no entanto, este processo fragmentário com um processo ordenado, crescente, perpassado pela visão evolucionista da história que, partindo de um resultado final, passa a inscrever, no passado, sinais ou pegadas, que já prenunciavam este ponto final (ALBUQUERQUE JR, 2001, p. 66).

Isso torna-se evidente na produção geral da imagem do Estado do Tocantins, tanto produzida pelos *durenses*, quanto por outros agentes. Especialmente emblemática, a narrativa da historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, sobre a história do Tocantins, tendo como contraponto o chamado “movimento separatista do norte de Goiás”, buscando os “sinais” e “pegadas” de 1821 até 1988, quando da consolidação e formação do novo Estado.

Além disso, percebe-se que as narrativas sobre as raízes históricas do Estado do Tocantins estão centradas em três temas centrais: *as missões, as bandeiras e o ouro*. Assim, como a narrativa que descreve a origem de *São José do Duro*. A forte presença religiosa é uma das marcas na narrativa de povoamento do hoje Estado do Tocantins. Por volta de 1625, frei Cristóvão de Lisboa teria estado na região e, logo depois, os jesuítas projetaram a catequização no território, fundando aldeias no Baixo Tocantins, com a meta de agrupar e evangelizar os índios. Um desses aldeamentos foi a Aldeia das Missões, fundada em 1751, na região da atual cidade de Dianópolis, antes conhecida como *Aldeia do Duro* e fortemente presente nas narrativas construídas pelos *durenses* como retratado no capítulo um.

Seguindo os grupos indígenas vieram os bandeirantes que, de acordo com diversas narrativas, teriam chegado à região pelo Sul, no final do século XVI. O capitão Sebastião Marinho organizou a primeira bandeira conhecida a atingir as nascentes do rio Tocantins, por volta de 1592. Novas expedições viriam sempre com o mesmo objetivo: aprisionar índios para suprir a falta de mão-de-obra escrava. As primeiras entradas lideradas pelos paulistas perseguiram os índios, prendiam, escravizavam os que fugiam da região litorânea para o interior, para o sertão. Póvoa (1994) destaca que o Maranhão e o Pará já disputavam a liderança, no que seria posteriormente o Norte da Capitania de Goiás.

A questão do ouro está presente em toda a construção da história do Tocantins, pois de acordo com as narrativas foi o elemento central para o povoamento. Na primeira metade do século XVIII, teve início a exploração do ouro no antigo Norte de Goiás. Em 1723, Bartolomeu Bueno da Silva anunciou a descoberta de ouro na região. A partir daí, a corrida em busca das áreas de mineração levaria à criação de povoados como Natividade (1734), Traíras e São José do Tocantins (1735), Porto Real (hoje Porto Nacional, 1738), Arraias e Cavalcante (1740), Santa Luzia (1746) e Cocal (1749), *Duro* (1750). Também descobriram ouro na margem direita do Tocantins. As minas goianas produziram, entre 1750 e 1754, 37,31% do ouro brasileiro, número superado somente por Minas Gerais.

A investigação das formas culturais de organização e representação do espaço aponta a existência de uma verdadeira luta para classificar – uma luta pela definição da identidade regional ou étnica, uma luta pela apropriação dos emblemas, dos estigmas ligados à origem por meio do lugar e dos sinais que são correlativos – são lutas por classificação ou lutas por monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos, de poder impor uma visão do mundo social por meio do princípio da divisão. Esta divisão, quando imposta ao conjunto do grupo, realiza o sentido e o consenso sobre o sentido e sobre a identidade e a unidade do grupo (BOURDIEU, 2000).

Este poder de divisão e de formação de fronteira está, em geral, ligado à ideologia de Estado. A formação do Estado nacional brasileiro, de acordo com Borges (2004), apresentou diferentes configurações empíricas regionais, o que resultou nas especificidades da dinâmica de construção do Estado nacional. Embora esta formação seja vista como um processo *uno*, ela apresenta múltiplas trajetórias. O Estado é quem, portanto:

(...) expande suas fronteiras para novas regiões, abre estradas e inventa lugares, incrementa a produção de bens e transforma-os em mercadorias, implanta

instituições, consolidando-se como ente encarregado de administrar e promover a integração ao mercado (BORGES, 2004, p. 185).

No entanto, esta integração promovida pelo Estado-Nação não implica em homogeneização ou igualdade dos espaços, muito menos no fim da região subsumida pelo nacional. Também merecem destaque os aspectos vistos como formadores de identidade regional, tais como língua, dialeto, sotaque, afetos, sentimentos, memórias que são objetos de representações ou atos de percepção e de apreciação – conhecimento e reconhecimento.

As narrativas da região são construídas tendo como aspectos centrais os valores tradicionais e os sentimentos comuns de pertença à terra natal. Estes valores tradicionais, de acordo com Sena e Lima (2005), fixam a identidade cultural e espacial e promovem o auto-reconhecimento da singularidade local. Estas narrativas são construídas por vários atores sociais que agem por meio da literatura, da arte, da historiografia, da política etc.

As características específicas de determinada região funcionam como emblemas e até estigmas. Os sujeitos sociais não podem ignorar as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, pois são utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador.

Na narrativa elaborada por Otávio Barros da Silva, que não é *durense*, mas é aqui utilizado por se empenhar em sua *Breve História do Tocantins e de sua Gente – Uma Luta Secular* (1997), para construir o Estado declara que o Tocantins é “(...) um lugar, um tempo, uma aventura, uma história de lutas e conquistas” (p.12). O autor tem o objetivo de resgatar a saga tocaninense, a história dos “homens e mulheres que, honradamente, alicerçaram o que somos, um novo Estado” (p. 07). Ainda, na apresentação, a ênfase é na origem, história, remotos tempos, saga, e outros como demonstra o trecho a seguir:

Uma nação que não conhece a sua história ou a relega a segundo plano jamais conseguirá se auto-afirmar, pois, faltar-lhe-á, sempre, a dignidade de sua origem, o conhecimento de sua formação, de seu nascimento em remotos tempos, muitas vezes baseados na determinação, nos sonhos e na saga, no trabalho e no destemor de seus primeiros habitantes (p.07).

A análise deste trecho é relevante para pensarmos a retórica presente, que aproxima o Estado do Tocantins à idéia de nação. O autor tem como projeto primário na construção de sua narrativa sobre o Tocantins:

Ordenar um banco de dados para a primeira Enciclopédia do Tocantins, com dados biográficos sobre políticos, educadores, fazendeiros, jornalistas, intelectuais e artistas populares que contribuíram para moldar em nossa gente uma consciência de cidadania ou de tocaninidade, ou ainda, de separatismo em relação ao Sul de Goiás ...organizar os fatos mais importantes na formação do povo tocaninense (SILVA, 1997, p.17).

A compreensão da distribuição espacial de sentido do Tocantins pode ser melhor percebida nos termos de Albuquerque Jr. (2001), em que o lugar deve passar por um desvelamento dos espaços e de suas linguagens. É preciso pensar a espacialidade como “acúmulo de camadas discursivas e práticas sociais”, onde ocorre a interseção entre linguagem/discurso e espaço/objeto histórico.

Denise Maldí (1998), também analisando o espaço social, destaca-o como um paradigma que no discurso do Estado perde sua “referência tradicional de suporte coletivo do conteúdo estático de relações sociais móveis para ser considerado produto social no interior do discurso sociológico” (p. 03). Fato este fundamental para a visualização do Estado, não como uma realidade espacial preexistente, mas uma criação histórica.

Assim, o Estado do Tocantins foi criado por determinação da Constituição de 1988, a partir da divisão do Estado de Goiás. A criação do Estado do Tocantins tornou-se realidade após aprovada a separação do território goiano por unanimidade pela Assembléia Legislativa de Goiás. Em seguida, veio a aprovação pelo plenário da Assembléia Nacional Constituinte, a partir da fusão de projetos anteriores em emenda redigida pelo deputado José Wilson Siqueira Campos, sendo incorporada como artigo 13, ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, promulgada em 05 de outubro de 1988.

Sobre a atuação do deputado Siqueira Campos, a narrativa construída por Liberato Póvoa destaca o item chamado *A vitória final*:

Após arrostar todos os obstáculos, superar dois vetos presidenciais e enfrentar uma greve de fome, o então Deputado José Wilson Siqueira Campos, trabalhando incessantemente junto às diversas Comissões do Congresso, aos diversos líderes partidários e praticamente não dormir durante as votações da Assembléia Nacional Constituinte (tendo sido o único deputado com 100% de frequência às sessões), não pôde reprimir a alegria, ao ver aprovada a criação do Estado do Tocantins, quando, em plena sessão da Assembléia Nacional Constituinte, presidida pelo Deputado Ulisses Guimarães, exclamou: *Conseguimos: Graças a Deus e aos colegas Constituintes, nós conseguimos criar o Estado do Tocantins! Nós conseguimos, Senhor Presidente!* (LIBERATO PÓVOA, 1996, p. 101) [grifos no original].

Oswaldo Póvoa (1994), em suas *Palavras Iniciais*, declara que com seu livro pretende “dar o primeiro passo para que os outros possam ampliá-lo, enriquecê-lo” (p.16) e que o

considera, ainda, incompleto e enfatiza que a luta pela emancipação política do Norte de Goiás e a criação do Estado teria se iniciado nos primórdios do século XIX e que foi coroada de êxito, como evidencia o trecho a seguir:

Como as grandes idéias são universais, elas são destinadas a prosperar, crescer e vencer. Como em todas as batalhas, uns lutam a favor e outros contra um objetivo, mas a justiça desta causa levou à convicção de que a luta estava na iminência de um desfecho favorável ao Norte. Um novo dia se prenunciava, um novo horizonte, uma nova aurora, uma nova luta em caminho próprio. Aquele Norte tributário, tão sobrecarregado de obrigações e postergado nos seus direitos mais comezinhos, estava no alvorecer de sua vida, do seu nascimento, de sua alforria, de sua liberdade. Os que lutavam contra foram tragados pela justiça da causa e acabaram por aderir a ela inelutavelmente (p.15).

Algumas expressões são recorrentes em sua narrativa sobre a divisão do Estado, principalmente de caráter mitológicos: saga, sonho, luta memorável, caminho árduo, traiçoeiro, causa, reverenciar, memória dos desbravadores, terra tocantinense, êxito final, luta libertária, estoicismo, melhores idéias de justiça, legendária figura expressões muitas vezes contraditórias, mas que pretendem fundar uma epopéia ligada a um mito fundador:

Os homens não podem predeterminar o lugar onde nascem, mas podem escolher o local onde enterrar seus ossos. Muita gente que está no Tocantins com certeza não nasceu aqui. Mas veio com ânimo de ficar para sempre. Brasileiros de todos os lugares – e até alguns estrangeiros – marcaram um encontro aqui, no coração do Brasil, na intersecção do Centro-Oeste com a Amazônia e o Nordeste. Vieram todos em busca de um ideal: construir alguma coisa, ficar rico, melhorar de vida, destacar-se em alguma atividade. Não importa. O Tocantins é a terra da promessa, para adventícios e para os nativos. Todos perseguimos um sonho: o sonho tocantinense (DE CARVALHO, 2000, p. 127).

A construção do regional, do típico do Tocantins, é feita pela ideologia dominante, que utiliza como sustentáculo práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regional que é levada a efeito e incorporada por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos (ALBUQUERQUE JR, 1996, p. 28).

## **2.6 Epopéia militar pelo sertão: Abílio Wolney e a Coluna Prestes**

Algumas *narrativas durenses* apontam a figura de Abílio Wolney como defensor da autonomia do Norte de Goiás e da formação do Estado Tocantins. Defendem que o rompimento de Abílio Wolney com a oligarquia Caiado estaria ligado ao fato de defender a



emancipação do Norte de Goiás como Borjas (1995) aponta na declaração feita por membros da família Rodrigues: “Posiblemente Abilio se conectó con el movimiento que quería la separación del norte del Estado de Goiás y por eso lo persiguieron el resto de su vida” (p. 101). E Borjas apresenta a oposição de Bernardo Élis à tese de Abílio Wolney estar ligado ao movimento separatista:

Esas argumentaciones no tiene ningún sentido, no hay ninguna prueba que Abílio presentó proyecto de decretos en ese sentido, ni el movimiento separatista era un movimiento en esa época. Lo que pasa es que Abílio era un camarada inteligente, pero no tuvo suficiente habilidad para manejarse en medio de los conflictos de los diversos grupos oligarcas de su época (p. 102).

Embora muito tempo depois, em 01/01/1959, tenha enviado uma carta a Feliciano Machado Braga, um dos líderes do movimento separatista de Porto Nacional, em que diz apoiar a divisão do Estado de Goiás. Declara, entre outras coisas, que “do meu recanto me integro no mesmo ideal” (CAVALCANTE, 2003, p. 233) (ver carta nos anexos).

Outro aspecto relevante na trajetória de Abílio Wolney que aparece nas *narrativas durenses* como um ato heróico, foi o combate à Coluna Prestes, passaporte para o retorno dele ao *Duro*. Como atesta declaração de uma *durense* concedida a Borjas (1995):

Abilio entró a participar en una empresa comercial desde donde apoyó a mucha de la gente que lo siguió en la tragédia hasta que llegó la oportunidad de obtener protección gubernamental cuando ofreciendo ponerse al servicio de la persecución de la Columna Prestes, él y todos sus muchachos consiguieron el perdón de la justicia y pudieron regresar al Duro (p.150).

A Coluna Prestes é considerada a expressão máxima do tenentismo e foi o resultado do encontro da Coluna Paulista e da Coluna Gaúcha. De acordo com Carone (1975), sua finalidade foi levar a revolução para o interior do Brasil, embora tivesse um caráter elitista. Ocorreu na década de vinte (1925 a 1927), liderado por Luís Carlos Prestes, composta por mais ou menos mil e quinhentos oficiais do Exército brasileiro. Teriam se revoltado contra os abusos e fraudes que caracterizaram a República Velha, o poder dos coronéis, os abusos e corrupções. Mocellin (1989) descreve a marcha:

(...) fazendo a maior parte da marcha a pé; atravessando pântanos, rios, serras e as regiões semi-áridas do Nordeste; enfrentando, muitas vezes, a hostilidade da população, instigada pelos coronéis interioranos; combatendo tropas do Exército, milícias estaduais e até jagunços assalariados (p. 5).

Percorreram mais de vinte e cinco mil quilômetros e atravessaram quatorze Estados brasileiros. De acordo com Mocellin (1989), eram oficiais “idealistas e corajosos” que “pregaram grandes sustos aos donos do poder” (p. 5). A Coluna Prestes passou pelo antigo norte goiano, atual Estado do Tocantins, e “ao entrar em Goiás, a Coluna marchou pelo vale do Tocantins”. Perseguida pelos inimigos entrou nos Estados de Minas Gerais e da Bahia, para, posteriormente, regressar a Goiás, atingindo Porto Nacional em 28 de outubro de 1925 (p. 21).

Mocellin (1989) continua descrevendo que na Bahia a Coluna foi hostilizada terrivelmente por coronéis:

A Coluna era perseguida tenazmente pelos jagunços dos coronéis Horácio de Matos e Abílio Volney. Esses grupos, adotando métodos não convencionais de luta (iguais aos da Coluna), causaram sérios problemas aos rebeldes. Apesar da eficiência do inimigo, o grande estrategista Luís Carlos Prestes e seus valorosos comandados conseguiram enganá-los diversas vezes (p. 25).

Sobre o combate de Abílio Wolney à Coluna Prestes, juntamente com outros coronéis da Bahia, Carone (1975) apresenta o depoimento de Lourenço Moreira, um dos combatentes:

Horácio organizou um batalhão de perto de 800 homens; Abílio Volney e Franklin mandavam, cada um, 400; Granja, 300, além de outros e de inúmeras guerrilhas de jagunços, alguns de cem homens, que nos agrediam, quase diariamente, de dentro das caatingas, nos desfiladeiros, por detrás das penedias, numa fúria satânica (p. 140).

Após o *Barulho*, Abílio Wolney exilou-se na Bahia e foi neste contexto que se aliou aos coronéis Horácio Matos e Coronel Franklin Lins de Albuquerque e seus jagunços na perseguição à Coluna Prestes. Na narrativa de Osvaldo Póvoa (1980) afirma-se que: “nas proximidades de Uruçuí, parte da Coluna foi surpreendida por um grupo de patriotas do Cel. Abílio Wolney, comandada por Aldo Borges (p.112)”.

Assim, o termo “patriota” refere-se a todos que combatessem a Coluna Prestes, fossem coronéis, jagunços, soldados ou outros. Recebiam ricas recompensas em dinheiro aquele que capturasse ou “simplesmente eliminasse” qualquer dos principais chefes da Coluna. Carone (1975) enfatiza que estas recompensas aguçavam a cobiça de vários “senhores de vastos territórios políticos, do sertão da Bahia e Goiás” que organizaram batalhões voluntários para disputar o prêmio (p. 142).

Dentre os oficiais da Coluna Prestes, estava o jovem Antônio Siqueira Campos, chefe de destacamento da Coluna e que havia se distinguido também como um dos “heróis do Forte de Copacabana”<sup>51</sup>. Era considerado “enérgico, pilhérico, respeitadíssimo devido à sua coragem extraordinária” (MOCELLIN, 1989, p. 36). Este oficial não tem vínculo de parentesco com o ex-governador José Wilson Siqueira Campos, embora os sobrenomes sejam semelhantes e tenham sido deliberadamente associados. O nome do ex-governador do Tocantins é José Wilson Siqueira Campos, nascido em 1º de agosto de 1928, no Crato (CE), filho de Pacífico de Siqueira Campos e de Regina Siqueira Campos. Já o Tenente Antônio de Siqueira Campos nasceu em 1898 em Rio Claro, São Paulo e morreu, afogado, em 1930, quando o avião em que viajava caiu no Rio Prata. Sobre a questão da associação dos sobrenomes destaca o Jornal Opção, de 29 de outubro de 2005:

Adversários de Siqueira Campos, o ex-governador do Tocantins, dizem que ele tentou se apropriar da história e do nome de “Siqueira Campos”, o tenente. A identificação é tanta que, quando governador, Siqueira Campos, o cearense, construiu um monumento para homenagear a Coluna Prestes. O reacionário Siqueira Campos teria se apropriado até do nome do tenente revolucionário ([www.jornalopcao.com.br](http://www.jornalopcao.com.br)).

Mocellin (1989) destaca que em quase todos os Estados houve combate à Coluna:

Durante a Grande Marcha, a Coluna se deparou com toda sorte de dificuldades. Na maioria dos Estados, a Coluna foi mal-recebida pela população. Apenas nos Estados do Maranhão e do Piauí houve certa adesão popular. Isso se devia ao fato de a nossa população interiorana estar atrelada a uma estrutura coronelística. O governo e os coronéis faziam uma intensa propaganda contra a Coluna, dizendo que era um bando de assaltantes e bandidos da pior espécie (p.31).

A narrativa produzida por Liberato Póvoa é fortemente ligada ao governo e à imagem de modernidade do Estado do Tocantins, especialmente, ao governo Siqueira Campos. São narrativas que procuram conectar o Tocantins à imagem revolucionária que a Coluna Prestes representa atualmente. Sua narrativa contrapõe-se à versão apresentada por Mocellin, tendo claro objetivo de mostrar harmonia de ideais entre a população do Norte de Goiás e a Coluna Prestes:

---

<sup>51</sup> Revolta do Forte de Copacabana: Foi a resistência de 28 militares contra o sistema da Primeira República considerado corrompido; sobreviveram apenas 18 militares considerados “heróis de Copacabana: “Num gesto dramático, o primeiro-tenente Antônio Siqueira Campos, de apenas 24 anos, dividiu a bandeira brasileira em vinte e oito pedaços, pregando no peito de cada um o símbolo da pátria” (MOCELLIN, 1989, p. 12).

Na sua primeira passagem pela região goiana, hoje território do Estado do Tocantins, a Coluna gozou de tranqüilidade e descanso, não só por não estar perseguida de perto pelos soldados do governo, mas certamente pela maneira cordial com que era recebida pelas comunidades tocantinenses, historicamente envolvidas pelo espírito de autonomia e liberdade, simpatizando-se agora com os ideais sustentados pelos revolucionários (PÓVOA, 1999, p. 76).

Mocellin (1989) destaca o pronunciamento de Lourenço Moreira Lima, um advogado que fazia parte da Coluna, e sua crítica indireta ao coronelismo: “Nunca destruimos as repartições públicas e apenas inutilizávamos os troncos, gargalheiras e correntes que encontrávamos nas cadeias e as horríveis palmatórias que existiam nas escolas para esbordoamento das crianças” (p. 32).

Merece destaque também a análise feita por Campos (1987) sobre o combate à Coluna Prestes no Estado de Goiás: “quando das incursões de militares revoltosos na década de vinte, a Coluna Prestes, em Goiás”. Este foi o único Estado a chamar a si a defesa do seu território (p.134). E enfatiza ainda que no Estado de Goiás formou-se a Coluna Caiado para combater os revoltosos da Coluna Prestes:

O combate aos revolucionários, em Goiás, coube à Coluna Caiado, batalhão de voluntários recrutados nos municípios pelo Senador Ramos Caiado. Mesmo não tendo se confrontado com os revoltosos, a participação no *batalhão patriótico*, como era chamado, foi importante fator de recrutamento para o Legislativo Estadual. No que se refere ao combate à Coluna Prestes, em Goiás, são graves as acusações feitas ao Senador Caiado, por diferentes autores (p.79).

Nossa análise da narrativa construída por Liberato Póvoa (1999) busca identificar os ideais da Coluna Prestes com as figuras consideradas históricas e destacadas na formação do Estado do Tocantins. Os doze anos que separam o texto de Campos do de Liberato Póvoa são marcados pela separação dos Estados. Assim, a Coluna é ressignificada e em sua narrativa apresenta outros aspectos:

Prestes, reeditando os ideais de Segurado e principalmente Felipe Antônio Cardoso, batalhou arduamente para extirpar o desnivelamento social e combater a política implantada pelos Capitães-Generais, pouco lhe importando que fosse ou não reconhecido pela História (Liberato Povoá, 1999, p.77).

Assim, embora Liberato Póvoa (1999) mencione ferrenhos embates ocorridos no sul do Estado de Goiás apresenta uma narrativa em que enfatiza um ambiente de harmonia e

tranquilidade oferecido a Coluna Prestes no Norte de Goiás e no chamado espaço geográfico da futura capital, Palmas, como destaca no trecho a seguir:

Depois de demorar-se alguns dias em Arraias, onde foi recebida com banda de música e missa campal, demora-se pouco em Natividade, sob o mesmo clima de compreensão, e segue para Porto Nacional, passando assim pelos espaços geográficos da hoje capital Palmas. Acompanha o Tocantins até Pedro Afonso e, endireitando-se, para o Maranhão, deixa Goiás. Foi demorada e muito amiga a permanência da Coluna em Porto Nacional, hospedada que foi o seu comando pelos frades e freiras do Convento Dominicano, num reconhecimento do respeitoso procedimento da Coluna revolucionária frente à população (p. 76-77).

E completa enfatizando a formação da comunidade simbólica do Estado do Tocantins, agregando imagens, panoramas, cenários e eventos históricos:

Na verdade, não ganhou a projeção histórica que merecia, mas o Estado do Tocantins, lutando contra o obscurantismo em que foi relegado o nome do “Cavaleiro da Esperança”, está fazendo um belo trabalho de conscientização para restaurar seu nome, tendo, inclusive, erigido um memorial em sua homenagem no centro da Capital do Estado (p. 77).

A ironia nesta construção de imagens do Estado está no fato de Palmas abrigar também uma homenagem especial ao Coronel Abílio Wolney. O Museu Histórico do Estado do Tocantins, conhecido como “*O Palacinho*”, estampa a fotografia de Abílio Wolney e dos “*mártires*”. O texto a seguir, refere-se ao *Barulho* e está registrado em uma de suas paredes, indicando o que a *narrativa durense* destaca como “grave e heróico capítulo da história de Dianópolis”:

No desamparado nordeste goiano, hoje sudeste do Tocantins, mais precisamente em São José do Duro, surge no começo do século a liderança de Abílio Wolney, jovem deputado que fez tremer o chão de Vila Boa com seus discursos em defesa do povo dessa região. Temendo o poder político dos nortenses, os velhos coronéis de Vila Boa apelaram para a violência, enviando a São José do Duro uma tropa fortemente armada para subjugar as famílias Aires, Póvoa, Rodrigues, Costa e Leal, culminando com uma chacina oficial de nove nortenses, filhos dessas ilustres famílias que apoiavam Abílio Wolney.

A imposição de novas visões, de reinterpretações é chamada por Bourdieu (2000) de magia social, ou seja, o ato de trazer à existência coisas nomeadas, impor novas divisões do mundo social, consagrar fronteiras, limites, novas classificações. Este processo é um trabalho da hegemonia. O mundo social é, portanto, representação e vontade, existir socialmente é também ser percebido como distinto, diferente. Porém, o efeito de conhecimento que a

objetivação do discurso exerce, não depende apenas do reconhecimento consentido àqueles que o detêm, pois depende também do grau em que o discurso que anuncia a identidade do grupo está fundamentado no grupo a que ele se dirige, ou seja, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros do grupo e também nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, na tradição inventada deste grupo.

## 2.7 Sertão hostil

Sertão é o sozinho (...) Sertão: é dentro da gente.

(Guimarães Rosa, 2006, p. 309)

Bourdieu (2000) destaca que o discurso regionalista é um discurso performativo, que busca impor como legítima uma certa definição de fronteira. Também tem o objetivo de dar visibilidade, fazer reconhecer a região assim delimitada contra a definição dominante, reconhecida e legítima que a ignora. A categorização quando consegue fazer-se reconhecer, exerce poder por si de revelação e de construção exercido pela objetivação no discurso.

No Brasil, isso torna-se perceptível na imaginação social e na classificação construída com base em um sistema bipolar ou uma imagem dual do país. O Brasil possui duas regiões imaginárias: *litoral* e *sertão*. Um Brasil moderno e um Brasil arcaico. Esta dualidade desdobra-se em infinitas outras classificações binárias hierarquizantes destas regiões, como: civilizado e primitivo, progressista e atrasado, cópia e autêntico, moderno e tradicional entre outros. Estas narrativas da nação classificam hierarquizando e indicam descompasso entre o chamado Brasil moderno e o tradicional, entre tempos e espaços, entre formas específicas de organizações culturais e sociais (SENA E LIMA, 2005).

Na narrativa produzida por Aires (1991), no seu *Sertão hostil*, há uma espécie de quebra na seqüência de *narrativas durenses* que apresentam a idéia de autonomia e de rompimento de fronteiras. Apresenta uma espécie de “pré-história” do Estado do Tocantins, com a qual os demais autores querem romper. É perceptível na produção dos Wolney uma recorrência ao *Barulho* e ao *sertão*. Uma narrativa circular que remete ao *Barulho* e à trajetória de Abílio Wolney.

Como visto anteriormente, a estratégia de reabilitação do Coronel Abílio Wolney vai além de uma mera descrição de um *herói*. No processo de construção narrativa do Tocantins, sua figura é reconfigurada; em Aires Neto (2001), além das conhecidas definições de “justo”, “honrado” e “destemido”, Abílio Wolney é descrito como aquele que “dignificou Goiás e o

Tocantins” e continua destacando sua “legenda de lutas oposicionistas às oligarquias, gravando-se na memória dos justos como o grande defensor da sua região esquecida” (p. 11).

Esta *narrativa circular* difere das narrativas produzidas pelos Póvoa que estão vinculadas à idéia de *modernização*. Sendo esta uma categoria nativa que se refere à presença de alguns elementos: hidrelétricas, asfalto, televisão, hospitais, escolas, universidades entre outros.

Percebe-se na narrativa de Aires (1991), o que Albuquerque Jr (2001) enfatiza como próprio da escrita do intelectual regionalista, um narrador oligárquico, que se especializa em escrever sobre sua localidade e sua parentela dominante. Albuquerque Jr. diz que:

O regional para o intelectual regionalista era um desfile de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em via de extinção diante do progresso. Uma narrativa antiquária que resgatava o que estava prestes a ser passado. Nele predomina um verbalismo de efeito, servindo o registro dialetal para marcar a diferença em relação ao homem culto e enfeitar uma prosa carente de matéria ficcional. Ele toma elementos do folclore e da cultura popular, notadamente rural, abordando-os com indisfarçável postura de superioridade, com um olhar distante que procura marcar, inclusive na própria escritura, o pertencimento a mundos diversos (p. 52).

Assim, Aires (1991) apresenta os *sertões* do Tocantins, com ênfase no que ele chama de *modus vivendi* do povo que o habita:

(...) os homens e mulheres, espirrados do ventre, nesses altos sertões de meu deus-dará. Ali, em meio a um analfabetismo universal, os sertanejos curtidos nos cerrados e veredas, tostados pelo sol, com mãos mais calosas que os próprios pés de um homem civilizado, arrostam intimoratamente situações acríssimas. Na inaudita luta pela sobrevivência, eles tiveram que exercitar a razão obtusa, a fim de suprir a ausência, quiçás, de um esculápio, de uma obstetrix, de um agrônomo, etc (p. 16).

Fica evidente a vontade explícita de demarcar diferença e distância entre o narrador e o mundo que descreve. Na escrita, há um “empolamento da linguagem” que quer vizibilizar uma indigência da fala sertaneja no que chama e descreve como “analfabetismo universal” ou “razão obtusa”. Expressões como estas, *razão obtusa*, *situações acríssimas*, *esculápio*, *obstetrix*, buscam marcar uma pseudo-erudição. E Albuquerque Jr. (2001) nos lembra que é somente com Guimarães Rosa que o “sertão vai irromper como discurso sábio na ficção brasileira”. Vários escritores conhecidos nacionalmente como Graciliano Ramos e outros produziram e reproduziram a imagem de que “o homem sábio se encontra na cidade ou no litoral” (p. 231).

De acordo com Aires (1991), foi a partir desta luta pela sobrevivência, que surgiram os raizeiros, as parteiras e os rezadores de roça. E que enfatiza como as tradições e os costumes, as credences e as simpatias, emanam “dessas regiões insalubres, enriquecendo assim o folclore brasileiro” (p. 16).

Liberato Póvoa (1996) destaca em uma análise que relativiza e avalia a medicina popular destaca que: “O sertanejo, de qualquer parte do Brasil, quer pelo seu gênio curioso, quer pela ausência de médicos, sempre se valeu da flora, da fauna, das rezas e das simpatias para curar seus males” (p. 13). Destaca que é “assim é que em qualquer parte do sertão sempre existe um rezador, um curandeiro, um raizeiro, um entendido, a quem recorrem os necessitados, quando a doença lhes bate à porta” (p.13).

Apresenta, em seguida, a caracterização destes tipos, tendo como base o livro *Medicina Popular do Nordeste* de Eduardo Campos, em que curandeiro é o que trata do doente, utilizando garrafadas (a base de álcool), preparadas de acordo com receitas especiais que variam de um para outro paciente. Já o rezador, que é diferente do curandeiro, tem seu poder nas orações mágicas. O raizeiro, mais próximo do curandeiro, difere deste por conhecer remédios da cidade. Embora valorize os remédios do mato, são confundidos com os curandeiros e vice-versa no interior; na cidade, possuem lojas. O autor narra como estes influenciam e são respeitados no Estado do Tocantins:

Descendo sertão do Tocantins abaixo, são lendários os curandeiros, os rezadores e os raizeiros; são comuns os remédios caseiros para quaisquer macacoas, parece que existe um consenso no respeito à medicina popular, pois ao longo do território tocantinense, raros são os municípios em que determinada prescrição seja desconhecida, se é a aplicada em outro. Não raro, cada região tem seu rezador para quebranto e conhece-se alguém que possui mau olhado (p.15).

Embora Aires seja um *durense*, descreve o *sertão* com o olhar de fora, o olhar da elite, o olhar de alguém que não faz parte da realidade descrita. Sobre a vida dos sertanejos declara que se assemelha ao *Inferno* de *Dante*, como o trecho a seguir aponta: “Ora, diante de todos esses quadros miserandos, se Dante Alighieri visse não trepidaria em citar no seu magistral *Inferno*” (p. 27). E completa dizendo “Conviremos que os sertanejos ignorando o que é conforto e progresso propriamente ditos, se sentiam relativamente felizes, em meio a um analfabetismo universal, nesses “pedaços de purgatório” ou “sepulturas abertas” (p. 27).

Imagens semelhantes são apresentadas por Albuquerque Jr (2001) a propósito da produção imagética do Nordeste brasileiro:



Estes romances traçam um *painel do inferno*, uma paisagem desértica, crestada, ressequida, desnudada. Imagens de um Nordeste que parece naturalmente condenado às cinzas, à desolação, ao martírio e à dor, cujos personagens têm destinos marcados, por esse encontro, com a desgraça irrecorrível, com um mundo de fatalidade (...) (p.122).

O que Aires (1991) chama de “analfabetismo universal” no Tocantins é apontado por Otávio B. da Silva (1997) como fator primordial para a descontinuidade na luta pela independência política do Estado. Esta descontinuidade estaria ligada à falta de instrução do “povo tocantino”, que deixava de armazenar informações, impedindo-o de articular os vários momentos históricos, que o levaria à ação definida como coerente. A argumentação do autor continua enfatizando que a maioria da população adulta do Tocantins, ainda hoje, “pouco lê jornais, bem menos livros, há de se justificar o atraso secular de nossas corrutelas” (p.17). E o autor enfatiza que o seu desejo é informar e formar no leitor o que chama de “uma consciência nativista”.

Para Sena e Lima (2005), essas inversões de sentido podem ser apresentadas no discurso regional que não cessa de produzir “nas brechas, frestas e grotões da narrativa unívoca da nação, suas representações culturais próprias que afirmam a autenticidade da tradição contra a artificialidade do moderno” (p.42).

A produção deste discurso que estandardiza a artificialidade do moderno em contraposição à originalidade é apregoado pelas diferentes narrativas seja literária, historiográficas, das ciências sociais e do senso comum. O estigma é invertido e reinterpretado pelas tradições locais “como um penhor de originalidade ou de autenticidade com o qual se procura resistir às tentativas de homogeneização dos centros civilizadores” (SENA E LIMA, 2005, p. 42).

## **2.8 Ex-Goianos: Identidade em questão**

A idéia de “nossas coisas”, “nossa gente”, “nossa história”, de uma identidade que particularize, de fronteiras que diferenciem tornou-se fator de primeira ordem no Estado. A construção do conjunto de imagens, de enunciados, a visibilidade e dizibilidade do Estado estão sendo construídas ao longo dos últimos vinte anos. Acessórios novos foram criados para representar o novo Estado. Novo hino, nova bandeira, brasão, imagens, cerimônias, músicas e heróis.

Todas estas construções e seus significados estão em processo, foram criados e estão sendo fortalecidas pela repetição. Estas tradições inventadas têm como propósito principal a socialização e a inculcação de idéias, de sistemas de valores e de padrões de comportamento considerados próprios, típicos do tocantinense ou da tocantinidade, cujo papel é legitimar o novo Estado. Como declara Otávio B. da Silva (1999), “Desde a criação desse nosso Estado, sempre entendi que deveríamos buscar nossa origem, para podermos dizer à nação brasileira, quem somos, como fomos e projetar o que seremos” (p.07). Assim destaca Liberato Póvoa no hino do Tocantins:

O sonho secular já se realizou  
 Mais um astro brilha dos céus aos confins  
 Este povo forte  
 Do sofrido Norte  
 Teve melhor sorte

Liberato Povoas na letra do hino descreve a transformação da identidade de um povo sofrido para um povo com melhor sorte, a partir da criação do Estado do Tocantins. A idéia de sofrimento está associada ao abandono e exploração por parte das autoridades do Sul do Estado. Diversas narrativas descrevem que os políticos do Sul chamavam o Norte de “peso morto” e “corredor da miséria” ou como o Anuário do Tocantins 2000 descreve “as relações entre o Norte e o Sul de Goiás nunca foram amigáveis. O Sul, com a sede de governo, sempre obrigando o Norte a pagar pesados tributos ou barganhando lideranças políticas para eleger os governantes goianos.

Assim, com o surgimento do Estado do Tocantins, as diferentes narrativas procuram preconizar uma mesma imagem:

Instalado o Estado do Tocantins no ano de 1989, o primeiro desafio do 1º Governador eleito Siqueira Campos foi acordar o ex-nortense para pensar e agir como Cidadão tocantinense, a acreditar no novo Estado e na sua força de trabalho para vencer o atraso secular da terra (ANUÁRIO DO TOCANTINS 2000).

Bernardo Élis foi um dos maiores opositores à divisão do Estado de Goiás e publicou diversos artigos na *Revista Presença* e que foram utilizados também no livro *O discurso autonomista do Tocantins*, de Cavalcante (2003). Entre as críticas feitas, uma é especialmente endereçada a Siqueira Campos:

(...) pareceu-me estarrecedor que um candidato a Governador apresente como meta a alienação do território que pretende governar. Estamos nos aproximando do pleito de 15 de novembro e daqui ergo minha voz conclamando os goianos a se unirem

contra esse verdadeiro assalto ao nosso riquíssimo território. É um dever de nós todos não permitir que sejamos apartados dos irmãos do Norte, com os quais temos repartido nossa pobreza e nossa riqueza por mais de dois séculos e meio e com quem, doravante, poderemos repartir parte maior do que temos em mãos, por também sermos agora menos pobre (CAVALCANTE, 2003, p. 174).

Enquanto Liberato Póvoa no estribilho do Hino do Tocantins reitera a produção do novo Estado:

Levanta altaneiro, contempla o futuro  
Caminha seguro, persegue os teus fins  
Por tua beleza, por tuas riquezas.  
És o Tocantins!

O estudo da formação da identidade tocantinense e de seus processos têm como aporte teórico a perspectiva dos estudos culturais e teorizações contemporâneas sobre o tema. É dentro desta ótica que se percebe a produção social da identidade e da diferença entre goianos e tocantinenses, como identidades relacionais e definidas historicamente.

A elite política do antigo Norte goiano foi tecendo a construção de um discurso separatista pautado na idéia de traços culturais, problemas sociais e econômicos que os diferenciavam do Sul de Goiás. Assim, utilizava em suas narrativas, uma vinculação direta com o discurso do moderno, visto aqui como uma categoria nativa, e não como uma categoria analítica.

Os *durenses*, em sua luta local/ regional por legitimação de uma região que é cantada e decantada como “a mais pobre e abandonada do Estado de Goiás”, declara que as “mazelas” que se abatem, “só seriam superadas com uma política econômica e social séria”. Alencar (2003) enfatiza o papel de Hagahús (seu pai) como um modernizador que “abria e pavimentava o caminho para garantir a divisão do estado de Goiás com a criação do estado do Tocantins” (p. 166).

De acordo com Tadeu Silva (2000), identidade e diferença estão em uma relação de estreita interdependência, são indissociáveis, inseparáveis São também ativamente produzidas e não podem ser compreendidas fora de um processo de produção simbólica e discursiva. Não são do mundo natural ou transcendental, são frutos do mundo cultural e social, fabricados no contexto das relações sociais e culturais.

A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputas e lutas em torno dessa atribuição. Assim, a identidade tocantinense e a identidade goiana não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais

passaram a adquirir sentido. Também a definição discursiva e lingüística da identidade está ligada, a vetores de força, a relações de poder. Não são simplesmente definidas – são impostas e consentidas e/ou alvo de resistências. Não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, são disputadas, pois a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, em operações de incluir e de excluir.

A inclusão do índio na narrativa da identidade do novo Estado é ambígua e incerta. No hino do Tocantins apenas os Xerente aparecem para produzir rima:

Pulsa no peito o orgulho da luta de Palma  
Feita com a alma que a beleza irradia,  
Vejo tua gente,  
Tua alma xerente,  
Teu povo valente,  
Que venceu um dia!

A imagem do índio é apropriada de maneiras diversas. Às vezes esta imagem é negativa e preconceituosa, como retrata uma das “comunidades” do *site* de relacionamentos *Orkut*, com mais de sete mil membros chamada *Tocantins não tem só índios*. O texto de chamada para novos membros é assim:

Se você já passou pela situação de ter que explicar que aqui no Tocantins não tem só índios, que existem outras raças e culturas, que você não come onça e jacaré nas refeições ou que você não mora numa oca. Junte-se a nós, aqui é o seu lugar (...) admiramos e respeitamos a cultura indígena (<http://www.orkut.com.br>).

Em outras narrativas, surge o Estado do Tocantins em propagandas do governo como um dos Estados brasileiros com o maior número de indígenas em seu território o que o faz surgir como um Estado política e ecologicamente correto. Porém, o que foi dito por Edward Said (1995) sobre a dominação cultural e o seu questionamento do que foi feito com as populações nativas deveria estar cada vez mais presente:

Nos tempos modernos, porém, a reflexão sobre o contato cultural envolve também uma reflexão sobre a dominação e a apropriação pela força: alguém perde, alguém ganha. Hoje, por exemplo, os debates sobre a história americana consistem cada vez mais em interrogá-la sobre o que fez com os povos nativos, com as populações imigrantes, com as minorias oprimidas (p.249).

Assim, tanto nas *narrativas durenses* de visibilização da região Sudeste do Estado, quanto do Tocantins como um todo, o índio é preterido. Descrito como um personagem externo, que obstruía o desenvolvimento e o povoamento do “antigo norte de Goiás”:

Mas desde o início do povoamento, os mineiros e os criadores de gado sofreram com os ataques dos silvícolas, causando o despovoamento e devastando as fazendas e afugentando das minas os exploradores. A navegação pelo Tocantins e pelo Araguaia ficou perigosa, e o comércio, muito prejudicado, urgindo que se tomassem providências para solucionar ou pelo menos diminuir o problema (LIBERATO PÓVOA, 1999, p. 29).

Quando se propõe a narrar os aldeamentos indígenas, a situação complica-se ainda mais:

Nos aldeamentos, os índios viviam indolentes, sem aprender qualquer profissão nem o cultivo da terra para se sustentarem, e só se mantiveram aldeados enquanto havia farinha e carne. Mas, apesar disso, não se descuidaram em aprender a manejar armas de fogo, o que favoreceu o aperfeiçoamento de suas condições de ataque (LIBERATO PÓVOA, 1999, p. 34).

Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. Dizer quem pertence e quem não pertence. E embora o brasão tocantinense seja: *CO YVY ORE RETAMA* ou *Esta Terra É Nossa* em Tupi -Guarani<sup>52</sup>, o índio talvez não possa fazer esta afirmação pelas conseqüências óbvias.

A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. A definição do “nós”, no contexto da divisão do Estado de Goiás, gerou diversas polêmicas. A quem interessava a divisão do Estado? A quem não interessava a divisão? Cavalcante (2003) apontou duas tendências no discurso das lideranças políticas favoráveis à criação do Estado do Tocantins: a primeira, ligada às peculiaridades do Norte em relação ao Centro-sul de Goiás e a segunda ligada à questão do abandono político-administrativo da região (p. 140).

Assim, tendo como base argumentos favoráveis à divisão do Estado, Cavalcante enfatiza que “a divisão significaria benefício à região norte de Goiás dos pontos de vista político-administrativo, econômico, cultural e ecológico” (CAVALCANTE, 1999, p. 140).

Embora o aspecto econômico fosse um dos mais enfatizados, pois as expectativas econômicas estavam ligadas a um discurso desenvolvimentista. Cavalcante destaca que grupos empresariais teriam interesse no novo Estado, uma vez que os investimentos do

---

<sup>52</sup> O primeiro contato dos europeus foram com os povos de línguas tupi da costa brasileira e só posteriormente os missionários se defrontaram com os povos do interior ou que habitavam os sertões e que foram chamados de *tapuia*. De acordo com Pompa (2003) o termo *tapuia* teria surgido do preconceito dos *Tupinambá* que viam os povos do sertão como "bárbaros" por serem diferentes. Assim a frase adotada pelo Tocantins de origem *Tupi* parece reforçar o desejo de modernização tão avassaladora e capaz de buscar do litoral até os indígenas considerados “mais civilizados”.

governo federal em obras de infra-estrutura criariam na região um suporte para que o capital privado pudesse ser aplicado.

Cavalcante ressalta ainda que para os políticos do Norte de Goiás também era interessante:

Defender a bandeira do novo estado expressava a oportunidade de assegurar a reeleição e conquistar uma cadeira no Legislativo e, quem sabe, um cargo vitalício no Judiciário. E, ainda, o momento de os pequenos investidores gerirem seu próprio negócio; de os médios empresários conquistarem novos espaços; e de o grande capital receber novo alento em um grande espaço (p. 142).

Estas questões são especialmente emblemáticas para a discussão que temos dado aqui às *narrativas durenses*: como a biografia de Hagahús Araújo aponta e como a própria trajetória dos Póvoa e a atuação de membros desta família na estruturação do judiciário na Capital do Estado, bem como outros agentes que migraram em grande quantidade para a Capital, além daqueles que resignificaram suas atuações dentro do *Duro – Dianópolis*.

Quanto aos argumentos contrários à divisão do Estado destacam-se o seguinte:

Havia desconfianças de que as lideranças políticas nortenses tencionavam apoiar a causa separatista, visando tão-somente “construir ali um feudo político para distribuir cartórios, para arquivar os crimes que cometeram, para legalizar as terras que grilaram, enfim, um Estado em que eles realmente possam governar na base do poder do mais forte” (CAVALCANTE, 1999, p. 141).

O grupo contrário à divisão do Estado de Goiás, de acordo com Cavalcante (1999), também era composto por empresários, políticos e intelectuais. Tinham em comum o reconhecimento de que o Norte goiano sempre estivera relegado ao abandono e ao isolamento, mas que isso, no entanto, não era motivo para a reivindicação separatista do Norte. Porém, a voz mais veemente a erguer-se teria sido a do escritor Bernardo Élis, que utilizou uma série de argumentos e contra-argumentos em artigos de *O Popular* e da *Revista Presença* como mencionado anteriormente. No artigo *O estado do Tocantins: canibalismo político*, de 1986, diz que:

(...) nos argumentos levantados pelos defensores da criação do Estado do Tocantins, há um quase sério. É o de que o povo quer essa criação. Digo que é um argumento quase sério porque os argumentadores não conceituam o que seja *povo do Norte de Goiás*. Até hoje as manifestações sobre tal assunto partem de elementos da classe dominante da região, e a classe dominante não pode ser considerada como a única constitutiva do povo nortense. Antes, pelo contrário, a classe dominante deve ser suspeita em semelhante caso. É que a classe dominante sempre foi absolutamente dominante e, a prevalecerem as afirmações dos defensores da divisão, a eles se

devem os males da região. No momento atual, quando o progresso penetra na região, naturalmente que restringe o poder até então absoluto de tais dominantes. Em tal emergência, a separação do Norte seria uma forma de enterrar o progresso e perenizar a dominação dos grupos espoliadores. Por isso vejo no movimento separatista do Norte goiano muito de reacionário e anti-progressista. Parece-me pouco lisonjeiro que qualquer aventureiro, no desejo de criar um Estado para seu desfrute particular, não retire nem do Ceará, nem do Maranhão, mas de Goiás. Em face disso, não é o povo que deseja a divisão de Goiás. Quem o quer são os eternos beneficiários da região. E o querem de maneira cruel. Diante da precariedade local, as rendas públicas diminuirão e irão satisfazer apenas as altas autoridades, que para essas o dinheiro jamais falta, ficando os pequenos funcionários sem o pagamento e ficando o povo explorado por novos gravames.

Em outro artigo chamado *O Estado do Tocantins e outras traições a Goiás*, Bernardo Élis refuta três idéias freqüentes: a de isolamento, a da dimensão e o de diversidade cultural utilizadas no argumento favorável à divisão:

(...) não é a autonomia que irá solucionar os problemas de isolamento e pobreza do norte de Goiás, tanto não é que o Piauí tem autonomia mas permanece uma das regiões mais pobres do País. Fundamentar a separação do norte de Goiás por ser muito comprido é uma tolice, o Chile é muito mais comprido e nem por isso o seu território está sendo retalhado. O argumento de diversidade cultural ou hábitos, usos e costumes é outra balela infantil. Não existe comunidade homogênea em parte alguma [...] o norte de Goiás está inserido no contexto cultural do Rio São Francisco que compõe parte dos territórios da Bahia, de Minas, de Pernambuco, e em nenhum desses Estados a área de cultura Sanfranciscana reivindica separação sob a alegação de diferença cultural (CAVALCANTE, 1999, p. 175).

Sobre este aspecto, é interessante observar que o Norte de Minas Gerais também reivindica uma identidade diferenciada do Sul do Estado como enfatiza João Batista de Almeida Costa, em sua tese *Mineiros e baianos, englobamento, exclusão e entre-lugar* (2003), cujo objetivo é examinar a ideologia da mineiridade que exclui e desvaloriza; o Norte é constituído como alteridade, não são mineiros e nem baianos, formando então os chamados baianos (p.11).

Voltando ao outro Norte, mas agora do Estado de Goiás, chegou-se ao impasse de decisão política de quais cidades entrariam na configuração do novo Estado. De acordo com Cavalcante, historiadora que também contribuiu para o processo de construção da narrativa sobre o Tocantins:

No plano regional, distinguiu-se a manifestação de lideranças do nordeste goiano favorável à criação do Tocantins sem que a ele fossem anexados, no entanto, os municípios de Arraias, Campos Belos, Galheiros, Monte Alegre de Goiás e São Domingos (CAVALCANTE, 1999, p. 142).

As razões apresentadas pela autora são as de que estes municípios do antigo Nordeste goiano estavam insatisfeitos com o movimento separatista e preferiam não serem anexados ao Tocantins como relata matéria de *O Popular*:

(...) o nordeste goiano não servia de argumento para a criação do estado do Tocantins. Tanto assim, que na propaganda, na divulgação da nova idéia, a região nem mesmo era citada. E como se fosse peso morto, inexistente. E declararam que o nordeste goiano é o que é graças aos esforços de seus próprios filhos e está satisfeito onde está e sempre esteve, integrado ao Estado de Goiás (CAVALCANTE, 1999, p. 144).

A construção social da identidade ocorre, portanto, em contexto marcado por relações de poder. Castells (2002) cria uma tipologia para construção de identidades sendo estas de três tipos: identidade legitimadora, identidade de resistência, identidade de projeto. O terceiro tipo nos aproxima mais do nosso objeto, pois este consiste em um projeto que utiliza como argumento central a proposição de uma vida melhor para os habitantes do antigo Norte de Goiás. Como nos mostra o texto de abertura do *site* oficial do governo do Estado Tocantins.

Muitas gerações compartilharam o sonho de ver o norte de Goiás independente. O sentimento separatista tinha justificativas históricas. Os nortistas reclamavam da situação de abandono, exploração econômica e do descaso administrativo e não acreditavam no desenvolvimento da região sem o seu desligamento do Sul (<http://www.to.gov.br/secom>).

A formação deste sistema discursivo e simbólico que se estruturou e vem lançando as bases da identidade tocaninense busca fixar uma identidade para o Estado. Formar uma comunidade em torno da qual pessoas possam se agrupar e criar laços por meio de representações, pois esta é uma das possibilidades de construção de identidade. E estas possibilidades se oferecem como uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos a estas comunidades simbólicas.

A questão das riquezas naturais e da exuberância natural do Estado do Tocantins é cantada no hino escrito por Liberato Póvoa que reconta a tragédia como comédia:

Teus rios, tuas matas, tua imensidão  
 Teu belo Araguaia lembra o paraíso  
 Tua bela história  
 Guardo na memória  
 Pela tua glória  
 Morro se preciso!



Este recontar é uma narrativa pessoal, em que se mencionam certas particularidades, neste caso, a natureza, os rios e as matas, e deixa-se de fora outros aspectos como se fossem dispensáveis e acessórios. A “bela história” inverte lugares, pretere os indígenas em nome da “glória”, em que morreria se preciso. A tragédia que permeia a história dos grupos indígenas brasileiros ecoam no silêncio e não é lembrada “na bela história” escolhida para ser guardada na memória do povo tocantinense. A *narrativa durense* faz movimento semelhante e o índio ocupa lugar incômodo para o narrador, quando não está ausente. A *Grande Mata* surge como mote para se falar do ouro, das minas e da gênese do *Duro*. O indígena parece sofrer processo de invisibilização, ressurgindo nas *Missões* como prisioneiros ou ainda como “terríveis selvagens” que ameaçavam o *Duro*.

Ainda, pensando a construção narrativa do Hino do Tocantins, percebe-se o empenho em nomear heróis para o Estado:

Do bravo Ouvidor a saga não parou  
 Contra a oligarquia o povo se revoltou,  
 Somos brava gente,  
 Simples mais valente,  
 Povo consciente.  
 Sem medo e temor.

De Segurado a Siqueira o ideal seguiu  
 Contra tudo e contra todos firme e forte  
 Contra a tirania  
 Da oligarquia,  
 O povo queria  
 Libertar o Norte

Como destaca Tomaz Tadeu da Silva (2000), pouco importa se os fatos narrados são verdadeiros ou não, o que importa é que a narrativa fundadora funcione para dar a identidade, “a liga sentimental e afetiva que lhe garante certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia” (p.85). Além de o mito fundador buscar a estabilidade e a fixação da identidade de um grupo, ele traz no seu bojo também características naturalizadoras, biologizantes e ligadas à idéia de permanência.

Hall (2005), falando sobre culturas nacionais, argumenta que é um discurso, um modo de construir sentido, que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Pensando com ele creio ser possível, na análise do Tocantins, interpretar estas construções de sentido que estruturam a identidade do novo Estado. Estes sentidos são buscados nas estórias contadas, nas memórias que “conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (p. 05). Além disso, não em Hall refere-se

tanto ao moderno estado-nação, quanto a uma comunidade local, uma região, uma condição de pertencimento.

Essa reflexão sobre identidade passa também pela idéia de performatividade associada, como destaca T. Tadeu Silva (2000), à idéia de movimento, de repetição. Repetição necessária para a consecução do resultado que anuncia, pois a eficácia produtiva do enunciado performativo depende de sua incessante repetição. Como estes enunciados e estas diferentes narrativas têm sido apropriados pelos diferentes agentes, é o assunto que será tratado no próximo capítulo.

### CAPÍTULO III

#### ***DURO TOCANTINS: NARRATIVAS E CONTRA-NARRATIVAS***

A história aqui tecida, como uma renda, é feita de fios, nós, laçadas, mas também de lacunas, de buracos, que, no entanto, fazem parte do próprio desenho, são partes da própria trama.

(ALBUQUERQUE JR, 2001, p. 32)

Neste capítulo, o objetivo é analisar como as diversas narrativas construídas pelos *durenses* da elite local e pelo Governo do Estado do Tocantins estão sendo apropriadas hoje por diversos sujeitos. Como são apropriadas, reproduzidas e reconstituídas estas diferentes narrativas que buscam construir uma imagem sobre o Tocantins e também sobre Dianópolis e *Duro*. Como as representações das novas tradições estão sendo incorporadas no discurso da identidade em constituição do Estado do Tocantins.

As *narrativas durenses*, expostas nos livros apresentados no capítulo um, são instrumentos de reprodução de uma tradição da localidade. A memória histórica da localidade liga-se a estratégias e relações de poder, sendo que algumas narrativas apresentam operações de ressignificação. Trata-se, portanto, de perceber como estas narrativas são assimiladas e reconstruídas, apropriadas e reapropriadas pelos diferentes sujeitos que vivem em Dianópolis.

Ou como destaca Suely Kofes (1998): “(...) os sujeitos sociais são em si mesmo entrecruzamentos de relações às quais estão ligados, quer pelos significados já dados a estas relações e que constituem os sujeitos enquanto pessoa social quer pelos significados que eles agenciam e narram” (p.23).

O propósito, portanto, é analisar os significados e a construção de novas narrativas empreendidas por alguns dos sujeitos sociais que residem na cidade de Dianópolis, Estado do Tocantins. Sendo eles professores, estudantes, políticos e pessoas idosas que fazem parte dos grupos que compõem a atual configuração da cidade, sendo alguns imigrantes de outras regiões do país.

Tendo em vista que há uma reincorporação das narrativas na teoria social, Kofes (1998) destaca a existência de diferentes estudos sobre narração e narratividade e apropria-se da abordagem feita por Sommers, que ultrapassa os limites de uma perspectiva que considera a narrativa apenas como um modo de representar conhecimento, representar a “realidade caótica”. Busca ultrapassar também a perspectiva que considera que a vida social é ela própria estoriada e a narrativa é uma condição ontológica da vida social. Partindo destas considerações, a autora faz as seguintes reflexões:

As estórias guiam as ações, pessoas constroem identidades – múltiplas e mutantes -, localizando-se, elas próprias, ou sendo localizadas, em um repertório de estórias postas em enredo; experiência é constituída através de narrativas; pessoas fazem sentido do que aconteceu e acontece a elas, tentando reunir ou, de alguma maneira, integrar tais acontecimentos em uma ou mais narrativas; sendo guiadas para agir de certas maneiras, e não de outras, com base nas projeções, expectativas e memórias derivadas de uma multiplicidade, mas também em um repertório limitado de narrativas sociais disponíveis, públicas e culturais (p. 160).

Portanto, Kofes (1998) destaca, que existem quatro traços particularmente relevantes dentro da narratividade, sendo eles: a conexão entre partes (dimensão relacional), a constituição de um enredo, a apropriação seletiva e a referência à temporalidade (seqüência e lugar).

A narrativa permitiria assim focar identidades sem ligá-las a papéis, atributos e posições estruturais estanques. E, ainda, as narrativas “no seu conteúdo, na forma de encadeá-los, nos permitiriam, ainda, a apreensão de valores relevantes” (p.161).

Assim, destacam-se as narrativas públicas e as narrativas ontológicas. As narrativas públicas seriam aquelas ligadas às formações culturais e institucionais mais amplas. Enquanto que a narrativa ontológica

(...) remete àquelas estórias que as pessoas contam para fazer sentido às suas vidas, para definir quem são, condição para o que fazem. O fazer, por seu lado, produzindo

novas narrativas e estas outros fazeres. Assim, o lugar da constituição da identidade narrativa estaria em um constante fazer-se (KOFES, 1998, p. 161).

Creio que aqui podemos fazer, dentro desta tipologia, uma aproximação com as narrativas analisadas. As *narrativas durenses*, produzidas nos livros apresentados nos capítulos um e dois poderiam ser qualificadas como narrativas do tipo pública e ontológicas. As narrativas, especialmente as que se referem ao “projeto” Tocantins e ao “projeto *Duro*”, são narrativas públicas por estarem ligadas à idéia de formação cultural e também institucional do novo Estado.

As *narrativas durenses* também apresentam esta característica ontológica de contar algo para que faça “sentido às suas vidas”, para definir e redefinir seus lugares de dominação, ou nos termos de Kofes (1998) definir quem são, condição para o que fazem”. Diferentes sujeitos apropriam-se, reproduzem e ressignificam estas narrativas. Assim, os sujeitos recontam, processam e produzem narrativas para se posicionarem e para definirem quem é quem e também o que fazem. Por isto, a identidade narrativa está em processo de um “constante fazer-se” (p.161).

Nas narrativas *durenses*, deve-se destacar a força fundadora da linguagem, que estabelece relações de poder e definem o lugar da fala e quem deve falar. Logo o silêncio também fala. Os produtores da *narrativa durense* possuem vínculos de parentesco com os antigos coronéis do *Duro* ou nos termos de Albuquerque Jr (2001) “os coronéis são substituídos por seus filhos bacharéis cidadãos” (p. 232). Sendo esta memória coletiva “uma corrente de pensamento contínuo de uma continuidade que nada tem de artificial já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que mantêm” (M. HALWBACHS, 1990, p. 81-82)

### **3.1 Duro: tecendo contra-narrativas**

Como a trama de Penélope que se faz e desfaz a cada recontar ou como o fio de Ariadne que talvez não leve a parte alguma, existe um constante recontar e a formação de novas urdiduras e tramas na reprodução das *narrativas durenses*.

Sobre o *Barulho do Duro*, diferentes tessituras foram construídas pelas famílias hegemônicas na localidade, mas tendo como fio condutor a figura do Coronel Abílio Wolney como central na narrativa. Construíram um sujeito engrandecido. Estas narrativas

interconectam-se dentro da produção *durense* e a única produção sobre o *Barulho* a destoar é obra de Bernardo Élis, *O tronco*.

Dentro da narrativa *durense*, é possível reconhecer o que o próprio Abílio Wolney contou sobre si, como também é possível reconhecer arranjos outros, interpretações, muitas construídas sobre o que ele contou e no que expressou aos seus contemporâneos que, por sua vez, recontaram suas impressões aos seus sucessores que elaboraram livros diversos, como a publicação do Diário do Coronel Abílio entre outros já mencionados.

A fala de uma professora do Ensino Médio do principal colégio da cidade destaca a centralidade destas narrativas na localidade: “Temos pedido para os alunos lerem os livros *Quinta-feira Sangrenta*, pois é muito real, ele é muito histórico mesmo e também *Coronel Abílio Wolney suas glórias e suas dores* que também é bastante real, pois ele (neto de Abílio Wolney) teve acesso a muitos documentos da família” [dados de entrevistas].

Sobre a definição dos *livros durenenses* como “muito histórico”, pode-se pensar a noção de historicidade nos termos de Kofes (1998):

A noção de “historicidade específica” pode ser útil para esta compreensão, no que ela afirma sobre as distintas possibilidades da historicidade enquanto processo narrado. (...) independente do processo objetivo da passagem do tempo, há distintas maneiras de conceptualizar e agenciar esta passagem (inclusive, negando-a). Neste plano onde o embate entre o que é constituído como memória, o que é esquecido, o que permanece, o que é substituído torna cativos um do outro os acontecimentos históricos e as teorias sobre a história e sobre a temporalidade. Mas, o que interessa mais particularmente neste caso é qual a relação entre este embate e os esquecimentos e as lembranças particulares nas histórias contadas pelos sujeitos (KOFES, 1998, p. 166).

Em seu estudo sobre as narrativas construídas em torno de uma “personalidade”, Kofes reflete:

Sabemos que personagens, enquanto “personalidades”, podem ser construídas e que concretudes simbólicas podem ser inventadas. Bastaria, por exemplo, alguém se interessar em escrever um livro sobre Consuelo Caiado, no qual poderiam ser exaltados os conhecimentos que me disseram que ela possuía, alguns certamente possuíam porque foi “informante” de vários livros. Haveria possibilidades de reinterpretção para construir Consuelo Caiado como uma personalidade local (KOFES, 1998, p. 168).

Dentro deste embate, entre o que vai ser narrado e o que deve ser esquecido, é interessante perceber que por muito tempo *O tronco* foi proibido ou considerado uma fraude, no *Duro*. Em torno das narrativas com a *versão local*, centraram-se todas as análises feitas nos colégios da cidade. Isto fez com

que muitos reproduzissem esta versão de forma automática. Como é notório na fala de um estudante do Ensino Médio que declara que Abílio Wolney era: “Um herói, um autodidata, ele era político, se atualizava com tudo. Eles tinham uma visão de processo muito grande. Tanto ele como o pai que era analfabeto. Tanto é que essas primeiras estradas foram abertas por ele com carro de boi.” [dados de entrevista].

A utilização da educação para divulgar a versão local é uma maneira política de manter a apropriação do discurso como nos lembra Foucault (1996):

Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo (p. 43-44).

São por meio destes discursos que a *narrativa durense* ganha relevância ou pensando com Foucault (1996) que o sistema de ensino constrói uma qualificação e fixação de papéis para os sujeitos que falam através da distribuição e apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes. São os filhos e netos dos antigos coronéis, donos do poder, que produzem as *narrativas durenses*.

Também é perceptível a questão da repetição. A idéia de performatividade, de movimento. A repetição torna-se necessária para a consecução do resultado que anuncia. Para alcançar a eficácia produtiva do enunciado performativo existe uma dependência de sua incessante repetição. Na cidade, isso ocorre com as datas comemorativas. A história da cidade é centrada no *Barulho*, como se este fosse um divisor de águas. O aniversário da cidade é uma oportunidade muito utilizada para rememorar. Por meio de concursos de poesia, de leituras de textos, análises, projetos, gincanas como declara uma professora:

Uma coisa boa que eu gosto, que eu acho interessante e que todo ano tem e tem que continuar, mas é um costume, que eu acho bom continuar. Que é um projeto que tem no Colégio João D’Abreu [Colégio de freiras conveniado com o Estado] que é o *Projeto Espalhando Poesia* que a gente faz todo um trabalho com os alunos: eles criam poesias em homenagem a Dianópolis a gente faz toda uma recitação na escola, convida-se a comunidade dá a premiação. O Colégio inclusive já editou livro só com poesias de alunos e de ex-alunos (...) é um projeto que se é colocado todo ano em prática no Colégio. (...) É uma coisa que foi um projeto criado pela *professora Nizinha* [irmã do prefeito] e que já tem muitos anos que isso é colocado em prática e toda época é feito na semana do aniversário do município. E é voltado para a homenagem ao município. Agora em relação às tradições do Estado aqui não tem muita ligação não. A gente fica mais voltada aqui no município, então a gente não liga muito em relação às tradições do Estado [dados de entrevista].

De acordo com a análise desta professora, há uma valorização maior do local em detrimento do estadual. Ou como enfatiza outra narrativa:

O hino de Dianópolis é muito valorizado, especialmente durante as festividades do aniversário da cidade. Tem um concurso de poesia anual sobre o tema, sobre Dianópolis. Então eu acredito que no mês de agosto é também trabalhado o hino também. Quando era criança sempre foi trabalhado o hino de Dianópolis, e as crianças sabiam quase de cor cantar o hino [dados de entrevista].

A valorização da história do *Duro-Dianópolis*, em detrimento da “história” do Tocantins, aponta para a formação de uma narrativa que parece preocupar-se com o desaparecimento dos tradicionais nomes da localidade e sua substituição por de recém-chegados. Ou como na *narrativa durense* de Zilmar Aires Wolney Filho, que fala de forasteiros, gente sem raízes, aventureiros. Gente “que não representava toda a luta e todo sangue derramado”, como é o caso dos filhos e netos dos envolvidos no *Barulho*.

Outro professor faz referência a concurso de poesias de outra escola, declarando que: “Então a gente procura mostrar pra eles um pouco dos poetas da região, né. Os da cidade pelo menos, o próprio criador do hino [Tocantins] que ele é um poeta também. Então, a gente tenta mostra um pouco pra eles” [dados de entrevista].

Outra professora de língua portuguesa também declara que:

Estava inicialmente focalizando com meus meninos, os escritores dianopolinos. Vida, obra, para fazer algumas apresentações a partir daí, dessas obras pesquisadas. Estou trabalhando com o ensino médio. Então têm grupos de autores. Tipo *Prof. Osvaldo*, [Osvaldo Rodrigues Póvoa] *Valté* [Voltaire Wolney Aires] (...) [dados de entrevista].

Muitos professores enfatizaram que utilizam as *narrativas durenses* em seus aspectos literários e não somente no aspecto histórico, o que também é feito pelos professores de história. Percebe-se na narrativa de uma professora um discurso que é recorrente em outros que, diante da ausência de materiais didáticos sobre o Estado do Tocantins, utilizam as *narrativas durenses* e *O tronco*:

(...) eu tenho que buscar muito por que não tem muita coisa, não tem muito recurso e os livros mesmo que são adotados não tem nada. Principalmente história. Eu faço o trabalho todo em cima de pesquisa, à parte de história oral e busco assim livros de autores aqui da região, às vezes nem são historiadores, mas se não for assim não tem material. Aqui tem *Voltaire* (Voltaire Wolney Aires), uso qualquer livro que eu encontrar de autor local, aqui tem o livro *O tronco* que conta a história mesmo de Dianópolis, *Quinta-feira Sangrenta* (...) [dados de entrevista].

Em algumas entrevistas, percebe-se a referência à utilização do livro de Bernardo Élis, como alternativa para esclarecimento da história local. É indicado, especialmente, por professores que não são dianopolinos.

A assimilação destas leituras é diversa e indicam quebra na *narrativa durense*. Percebem-se tessituras que ressignificam as narrativas hegemônicas e para alguns jovens, o conhecimento dos eventos do *Barulho* não está estruturado de forma clara, alguns fazem vinculações entre estes e uma guerra na cidade. Outros dizem saber que “mataram nove pessoas lá na praça da capelinha, pessoas inocentes”. Outra jovem diz que “eles estão enterrados na praça da capelinha e que foram nove pessoas que morreram enforcadas”. Há uma forte vinculação entre os símbolos – no caso a capela e o número nove – com a memória ligada ao *Barulho*.

Um fato que permeia o imaginário das pessoas é o narrado no livro *Quinta-feira Sangrenta* (1980), quando do cerco e confronto entre a polícia e os jagunços. Foram duzentos homens bem municiados, conforme relato deste livro, que fecharam o cerco em torno dos sessenta soldados e cinquenta civis. Este cerco durou três dias, e com a vitória eminente dos jagunços, alguns soldados para escaparem, vestiram-se de mulher, pois não atirariam em mulheres (p. 40).

Na fala de diversos jovens, este acontecimento está presente, porém, há variações quanto aos atores. Para alguns, são “os homens da família envolvida que tiveram que sair trajados de mulheres para poder não ser pegos pela polícia, essa foi a única forma que eles viram para sair com vida”. Em outro relato, são os nove que “tiveram que vestir saia e se passar por mulher quando os jagunços atacaram a cidade” [dados de entrevista].

### 3.2 Reprodução de narrativas: “de *corredor da miséria a oásis de desenvolvimento*”

A narrativa que descrevia o Estado de Goiás desde o período da mineração e Primeira República estava ligada à idéia de decadência e de atraso como visto anteriormente. Porém, com a chegada da ferrovia e do desenvolvimento do Sul e Sudoeste do Estado, construiu-se uma imagem de progresso, para essa parte do Estado. A construção de Goiânia, na década de trinta e posteriormente a transferência da Capital Federal, fez com que o Estado de Goiás entrasse nos “trilhos da modernidade”, como destaca Nasr Chaul (2002):

(...) toda a onda de euforia econômica vinha dinamizar basicamente as regiões sul e sudoeste do Estado, interligadas pelas estradas de ferro e de rodagem às áreas hegemônicas da economia brasileira. Assim, as alterações efetuadas nos meios de



transportes, a dilatação da fronteira agrícola e os novos mercados abertos à produção e à exportação dinamizaram economicamente as regiões citadas de Goiás, desnivelando-as das demais regiões goianas e tornando-as centros econômicos do Estado (p.167).

A dinamização da economia e a idéia de progresso e modernidade no Estado de Goiás foram, portanto, localistas. Excluídos do progresso estavam, especialmente, o antigo Norte e Nordeste do Estado de Goiás e a estas regiões estavam associadas cada vez mais a imagem de atraso, de pobreza e miséria.

Destacam-se nas diversas entrevistas o discurso da “falta”: “falta de trabalho”, “falta de indústria”, “falta de saúde”, “falta educação”. Esta falta é atribuída na *narrativa durense* ao descaso do governo de Goiás, sendo que este dito descaso do Nordeste goiano, especialmente, Dianópolis estaria ligado ao *Barulho do Duro*: “Por muito tempo, nossas famílias dianopolinas e o povo de Dianópolis tiveram justificados motivos para esquecer o passado e nenhuma para acreditar no governo e na justiça. Precisavam sair do isolamento e conquistar seu espaço” (ALENCAR, 2003, p. 33).

Estas imagens estão imbricadas e são recorrentes nas narrativas em que os diversos sujeitos falam do antigo Nordeste e Norte goiano como declara um dianopolino:

As mudanças em nossa região, antigo norte goiano foram muito visíveis, tanto é que o período que nós estávamos integrados ao estado Goiás aqui era conhecido como “corredor da miséria”. Nós estávamos totalmente esquecidos, totalmente distantes da Capital do Estado de Goiás e não havia interesse dos políticos que administravam a região sul pela região nordeste. Houve no período da criação do Estado de Goiás uma exploração em massa da nossa região (...) e nossa região no geral ficava totalmente esquecida [dados de entrevista].

A ausência de infra-estrutura é enfatizada em diversas entrevistas, especialmente, remetendo à questão da falta de estradas, buracos, atoleiros, “muito difícil você trafegar pelo Estado nessa parte do norte de Goiás; era horrível. Você saía daqui pra Brasília você ficava um dia, dois dias na estrada o ônibus quebrado no meio do atoleiro”. Ou como afirma uma educadora: “Com o Goiás éramos isolados. (...) Estrada de chão. Quando chovia ninguém podia chegar na região. Não entrava e não saía” [dados de entrevista].

Ou ainda a fala de uma senhora gaúcha que vive em Dianópolis há vinte e quatro anos, numa clara assimilação da narrativa *durense* sobre o *sertão*:

(...) isso aqui era um sertão! Energia era a maior dificuldade. Quando preparava o tempo pra chover a energia já ia embora. Água, mais faltava do que tinha. Ai tinha que enfrentar fila pra carregava água no balde. (Eu sempre conto pro pessoal) Açougue você tinha que levantar 4 horas da madrugada pra ter direito de comprar

um quilo de carne! Isso era o sertão! Verdura era uma vez por mês, era terrível. Quando cheguei fiquei apavorada, meu Deus aonde eu vim! Jesus! (...) Isso aqui naquela época era estrada de chão. Era esquecida pelo governo de Goiás, essa região nossa aqui toda, era uma região assim que não tinha nada, era abandonada pelo governo, não tinha aquele suporte, aquele apoio, até o investimento do governo, era muito difícil a vida aqui no começo mesmo [dados de entrevista].

As narrativas de isolamento, atraso e miséria permearam o discurso de todos os entrevistados que deram ênfase à idéia de que predominava na região do *Duro* e no Norte e Nordeste goiano uma economia de subsistência: “não tinha plantações e nem criações em grande escala”. Esta narrativa entra em oposição com a “nova história” do Tocantins, a narrativa dos “modernizadores” que afirmam que com o fim da exploração aurífera houve uma expansão da pecuária como Liberato Póvoa aponta:

Foram formadas grandes fazendas de gado por todo o território tocantinense, e os constantes ataques indígenas (principalmente dos xerentes, que se disseminaram por todo o vale do Tocantins e pelas fronteiras da Bahia e do Maranhão), se era um grande empecilho, não obstaram o desenvolvimento da pecuária, havendo grandes fazendas principalmente em Arraias, Conceição, Natividade e Paranã. O comércio de gado com a Bahia era muito intenso, deslocando anualmente inúmeras boiadas, que eram negociadas, trazendo de lá vários produtos (Liberato Póvoa, 1999, p. 43).

O surgimento do Estado do Tocantins, como um projeto, uma construção intelectual, um espaço que surge da organização que diversos narradores dão a este fragmento de espacialidade é instigante. No processo de metalepse, o olhar ao narrar o passado do que é hoje o Estado do Tocantins é modificado. Não é possível para o narrador vê-lo da mesma maneira, pois o olhar foi modificado pela divisão, que não permite vê-lo mais com os mesmos olhos.

E é neste projeto de construção intelectual, que as antigas narrativas são ressignificadas: algumas são postas de lado, outras substituídas. No trecho anterior, percebe-se esse movimento. A identificação de “corredor da miséria” não serve mais para o Estado novo e moderno. A mesma região Nordeste de Goiás, descrita como miserável e isolada, é ressignificada e ganha aspecto de expansionista e rica. E para reforçar seu argumento Liberato Póvoa (1999) diz que para se ter uma idéia do crescimento da pecuária no Nordeste goiano bastaria citar o exemplo de uma fazenda em Arraias chamada *Santa Brígida de João Gomes Lagoeira* que “contava com mais de 14.000 cabeças de gado, espalhadas em 174 quilômetros quadrado”. E esta mostra seria suficiente para provar todo o crescimento e desenvolvimento da pecuária na região, embora ainda se dê ao trabalho de apontar que um padre chamado Manoel da Silva teria “seis fazendas com duas mil cabeças de gado, além de mil espalhadas

em outros locais” (p. 44). E enfatiza que o “comércio passou a ser freqüente, podendo-se destacar várias viagens em ambos os sentidos com carregamentos de couro, algodão, açúcar, quina, fumo, toucinho etc” (LIBERATO PÓVOA, 1999, p. 45).

Em que pese a substituição da narrativa da miséria pela narrativa do crescimento, em termos econômicos, na nova narrativa para o novo Estado, o índio ocupa um velho lugar. Continua sendo apresentado como grande empecilho ao progresso, devendo ser derrotado, destruído, aprisionado em reservas como animais em via de extinção. Neste aspecto, ainda, destaca a navegação comercial e o intercâmbio com o Pará:

Por seu turno, o governador do Pará, João Pereira Caldas, certo da importância do Tocantins como hidrovia, dirigiu carta ao Marquês de Pombal, em 28 de março de 1773, opinando pelo livre comércio entre o Pará e as minas de Natividade e São Félix, levantando da proibição do uso do rio para a navegação, não obstante a existência de numerosos grupos indígenas no itinerário, pois isto iria gerar um proveitoso comércio, com reflexos na arrecadação (LIBERATO PÓVOA, 1999, p. 44).

Assim, a alma xerente cantada pelo mesmo Liberato Póvoa no Hino do Tocantins deve ser apagada, deve ser derrotada. No trecho acima, aponta que “não obstante” a existência dos indígenas o que importa é que a navegação pelo Rio “iria gerar um proveitoso comércio”, acima de tudo, com “reflexos na arrecadação”.

### **3.3 O progresso chegou**

Após a divisão do Estado, a partir do final da década de 1980, são instituídos novos discursos, uma nova imagem e uma nova narrativa para o antigo Norte goiano. As imagens de atraso e de esquecimento deveriam ficar para trás. Assim, seria um Estado moderno em oposição ao passado, quando ligado a Goiás era peso morto e corredor da miséria. O discurso de uma nova era, de progresso e de prosperidade, de futuro e de modernidade seriam as novas imagens que deveriam ser agregadas ao Estado do Tocantins.

Essa resignificação e substituição estão ligadas aqui à idéia de moderno que deve ser entendida, não como uma categoria analítica que tem a ver com desvelamento, burocratização, emancipação do sujeito, etc. Assim, o decantado progresso é vinculado nas diversas narrativas a dois fatores preponderantes, aqui entendidos como “a chegada do sul” e a divisão do Estado.

Várias narrativas vinculam a imagem de progresso aos imigrantes do Sul e Sudeste do Brasil como agentes do progresso e da modernidade, considerados empreendedores e dinâmicos. O que nos aproxima das narrativas nacionais que apresentam a tensão entre *litoral* e *sertão*, sendo que ao primeiro cabe a missão de guiar o segundo a civilização. Surgem narrativas como da professora que retoma a questão do isolamento e declara que: “Mas aí depois foi vindo mais gente, sulistas, pessoal de São Paulo, aí começou a melhorar mais, aí o progresso chegou” [dados de entrevista].

Outras narrativas consideram que em Dianópolis o progresso só ocorreu com a criação do Estado do Tocantins. Com a divisão do Estado de Goiás ocorre um rompimento, uma quebra de narrativas. A *narrativa durense* ligada à lógica do coronelismo, aqui apontada no primeiro capítulo, retrata a tríade: *Duro/Nordeste/Goiás*. Embora a nomenclatura *Duro* tenha sido substituída por Dianópolis ainda em 1938, essa mudança de nome não provocou modificações consistentes na estrutura do lugar, sendo que estas só surgiram com a divisão do Estado de Goiás, como declara um dianopolino que dá ênfase ao crescimento do município e ao melhoramento da cidade. Também enfatiza, especialmente, a questão do governo “depois que dividiu, tem um apoio maior do governo, a gente tá mais perto do governo, então a gente tá tendo esse apoio.” Ou ainda que “Palmas está aqui bem pertinho da gente” [dados de entrevista].

Com a divisão do Estado, novos arranjos políticos e novas alianças são feitas. Antigos agentes ganham novas roupagens de *modernizadores do sertão* e a antiga tríade é substituída por uma nova: *Dianópolis / Sudeste/ Tocantins* que representam a modernidade e o futuro. É neste contexto que surge uma nova narrativa para o Estado do Tocantins e para a região Sudeste. Surge em 1995 o trabalho de Borjas que trata de forma crítica a “memória metafórica no sertão”. Surgem também as narrativas dos irmãos Póvoa e também *Hagahús Araújo: uma lição de cidadania*, que além do objetivo óbvio de homenagear o biografado, tem também o objetivo de ser “uma contribuição ao resgate da memória do nosso jovem estado, com vistas a fomentar e incentivar o surgimento de novas personalidades que haverão de contribuir para a consolidação do progresso e do desenvolvimento de um Tocantins mais justo e fraterno” (ALENCAR, 2003, p. 25).

As narrativas que tratam do progresso e da modernidade falam de mudanças radicais, melhorias e vinculam estas palavras à indústrias, construção de hidrelétricas, impacto urbano, novo Estado, melhorias em infra-estrutura, melhorias de salários, comércio, educação, facilidades, asfalto, crescimento visto a olho nu, empreendedorismo, investimentos, Estado

jovem, Estado do Futuro, Estado em construção, oportunidades, inovações, não é um Estado que está pronto, com investimento também em ensino superior e assistência médica.

Na tessitura simbólica do Tocantins há, portanto, a participação de diferentes agentes que constroem e que reforçam narrativas produzidas pelo Estado e por suas propagandas. Estas narrativas apontam o papel do Estado e sua atuação maximizadas nas narrativas que propagam que o governo possui uma “administração própria com desenvolvimento e serviços”. Estado presente, que administraria e levaria o progresso. A imagem de um Estado empreendedor é freqüente.

Este aspecto está presente também na narrativa de Cavalcante (1999), que considerava a divisão do Estado para a gente local como:

O resgate da dívida econômica e social para com o norte goiano. Com a separação os nortenses poderiam sentir a presença do governo, por intermédio de estradas, escolas e hospitais. Mas também, maior representatividade política àqueles que não possuía chances no centro-sul e para os que já haviam conquistado seu espaço (p.142).

Ou ainda como declara Kofes (1998) “a narrativa se não espelha a experiência a configura e, finalmente, suscita experiência” (p. 116). Esta idéia se aproxima do que o professor destaca sobre industrialização do Estado:

(...) é que é um Estado que agora é que está se industrializando diferente dos outros Estados do sul e do sudeste e até do nordeste mesmo, nele praticamente não havia indústrias, então as indústrias tão vindo agora com o apoio do Estado que está fazendo de tudo para que as indústrias se instalem aqui, estão dando desconto em praticamente tudo, então esta é uma das coisas que diferenciam: as indústrias, praticamente não existiam e agora que está iniciando o processo de industrialização aqui [dados de entrevista].

Em outra narrativa, apresenta-se a metáfora da separação entre pai e filho embora relate que esta separação foi boa para os dois Estados:

(...) é claro que a divisão foi um passo extraordinário, muito importante para essa região norte do antigo estado de Goiás e foi muito importante para o estado de Goiás também. Porque o estado de Goiás não queria essa divisão assim como o pai não quer que o filho se afaste, vá pra longe: é meu filho coisa e tal, é um filho desgarrado, o pai não quer que separe não, da família e coisa e tal. E para o Tocantins, para essa região nossa aqui foi bom, porque nós nos libertamos desse jugo de Goiás, a gente só via migalha. Pelo menos como Estado tem certos direitos, tem dinheiro para gastar em certas coisas, às vezes nem é suficiente, mas antes nem isso tinha, é muito bom para nós. Ora cabe a nós tocantinenses dar seqüência, cada um faça sua avaliação, cada uma tem a sua, mas foi bom a divisão, foi muito bom [dados de entrevista].

Esta metáfora do pai e filho apresenta um paradoxo. A idéia de filho desgarrado é possível na *narrativa durense* do *Barulho*, em que a região Nordeste do Estado de Goiás desponta como um lugar fronteiro, vinculado à imagem ou conduta própria dos estados nordestinos e assim se torna filho desgarrado. Já as demais narrativas negam este aspecto de desgarramento do filho e apresenta o Nordeste goiano intencionalmente como filho abandonado, isolado a sofrer a angústia solitariamente sem a ajuda do pai que o teria esquecido na miséria.

### 3.4 O fim do sertão

A minha terra era longe dali, no restante do mundo. O sertão é sem lugar.

(Guimarães Rosa, 2006, p. 354)

A narrativa sobre o Estado do Tocantins que pretende deslocar o *sertão*, emerge de uma construção discursiva que se liga à idéia de moderno, conforme anteriormente dito. O Tocantins surge em meio à formação de “diversas camadas de imagens e enunciados” produzidos por visões e leituras diferenciadas, resultado da textualidade que a construiu.

Assim, é perceptível a assimilação destas narrativas em várias entrevistas, que apontam “o fim do sertão” e as várias imagens que remetem a ele:

Hoje, Dianópolis lógico é outro, é outra Dianópolis tem o que não tinha há vinte quatro anos atrás, que isso daqui era o sertão, o sertão mesmo. Hoje não, você tem todos os recursos que você precisa em relação aquela época. A gente já tem um comércio bom, faculdades aqui, coisa que há seis anos atrás não tinha. (...) E tá aí mais recursos, empresas ai, apesar de que eu não sou muito a favor dessas hidrelétricas. Por que eu acredito que muitos problemas hoje na natureza são conseqüências dessas hidrelétricas; isso tem conseqüências lógicas. Mas a gente tem que procurar conviver com o progresso com as conseqüências dele também [dados de entrevista].

Este deslocamento é perceptível na definição de *oásis* feita por um educador dianopolino que declara: “Então o Estado aqui é visto como o Estado do futuro (...) aqui é como se fosse um *oásis*. É visto (...) como se fosse um *oásis* de desenvolvimento.” A imagem

do *oásis* nega as imagens anteriormente construídas para o *Duro* e para o Nordeste goiano. A região Nordeste do Brasil foi narrada por uma constelação de imagens, sendo que algumas destas remetem à idéia de “terra rija, seca, rebelde”. E parafraseando Albuquerque Jr. (2001), o *sertão* é narrado como o “verdadeiro núcleo do Nordeste”, onde apresenta a “verdade do Nordeste (...) da miséria, da fome, do latifúndio, da violência, da vida pouca, conquistada a retalhos” (p.256).

Em contrapartida, o Dicionário Aurélio define *oásis*, como: “Região coberta de vegetação no meio de um grande deserto; um lugar aprazível entre outros que não o são”. Assim, na narrativa o *sertão/nordeste* é deslocado, banido, transferido, empurrado, para outro lugar, que pode ser até ao redor, mas não onde o *oásis* está.

Com a idéia de moderno, há uma aparente quebra, um rompimento, com antigas narrativas de dominação coronelística e clientelista que predominaram no *Duro*, e nas narrativas sobre o *sertão*. Ou como nos lembra Albuquerque Jr (2001), o *sertão* em muitas narrativas representa o passado da nação e sua identidade que passa a ser superada pela sociedade da lei, da ordem e da disciplina, sociedade do presente e seus códigos de valores, uma espécie de “absorção de suas diferenças, pela generalização das relações e da ética burguesas, pela dissolução dos códigos de valores tradicionais” (p.258).

Há uma ênfase, uma visibilização do Estado do Tocantins como um Estado em que os atos públicos são permeados pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia. Assim, oportunizaria fontes de trabalho por meio dos concursos para o funcionalismo público para regularizar a situação de trabalho que anteriormente era feita por indicação:

(...) são criados muitos concursos aí no Estado, nas prefeituras (...). Pra que as pessoas sejam concursadas por que também todo mundo ser novo, praticamente, diferente de outros Estados que tinham concursos, aqui também não tinham, as pessoas entravam por promoções (...). Então foram criados muitos e muitos concursos, e continuam ainda a ser criados, principalmente na área da segurança, alguns anos atrás todo ano tava tendo concurso. A saúde e a educação também começaram a ter também. Então essa questão de concurso também faz com que isso chame a atenção de outras pessoas de outros Estados pra vir pra cá pra tentar melhorar de vida através desses concursos. Também acho que é uma coisa que aqui tá acontecendo muito nos últimos anos. Diferente dos outros Estados que já estão bem saturados no mercado de trabalho. Então o mercado de trabalho aqui, pra quem tem uma boa qualificação, tem tudo pra arrumar emprego também [dados de entrevista].

A questão histórica da concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários, como descrito anteriormente. Que há especulações isso é certo, mas que isso tenha uma

relação direta com o fato de estas terras serem mais baratas é duvidoso. A questão do êxodo rural também é muito recorrente. A imagem de uma facilidade do acesso a terra:

Então isso também está começando agora e também, com a expectativa de crescimento que tão vindo muitos agropecuaristas, industriais e comprando terras, e as pessoas ligadas assim a terra, que aqui era praticamente era um Estado em que a população era rural. Vinte, trinta anos atrás praticamente era rural, então as pessoas, muitas famílias estão vindo pras cidades, enchendo as cidades [dados de entrevista].

### **3.5 Moradores de Dianópolis falam do Tocantins**

Com a divisão do Estado de Goiás e a formação do Estado do Tocantins, destaca-se o discurso performativo e busca-se impor como legítima uma nova definição de fronteira (BOURDIEU, 2000). Também tem-se o objetivo de dar visibilidade, fazer reconhecer a região, assim delimitada contra a definição dominante, reconhecida e legítima que a ignora. A categorização quando consegue fazer-se reconhecer exerce poder, por si, de revelação e de construção exercido pela objetivação no discurso. No Tocantins, percebe-se uma ressignificação das festas locais e outras manifestações, gerando no senso comum uma mistura de coisas atribuídas a outras regiões.

Nossas referências são entrevistas semi-estruturadas feitas com professores e alunos do ensino médio de três colégios de Dianópolis: Colégio João D'Abreu (colégio coordenado por freiras e conveniada com o governo estadual), Escola Estadual Antônio Póvoa e Escola Estadual Coronel Abílio Wolney.

A fala de um dos professores, quando interrogados sobre as comidas consideradas típicas do Estado:

O rubacão, baião de dois, né e mais feijão tropeiro. Pequi, arroz com pequi, galinhada com pequi. Eu mesmo não conhecia pequi quando eu cheguei aqui. E também eu não gosto muito não, mas é o pequi. É exótico e não é uma comida assim



que (...) eu não gosto, comi uma vez só, só pra experimentar, mas não gosto não [dados de entrevista].

Interessante apontar que embora os entrevistados estejam listando coisas comuns a vários Estados brasileiros, apresentam-nos como algo específico do Estado do Tocantins. Quando agregam o termo exótico remete à idéia de algo que não é natural; esquisito; extravagante, singular, estranho, esbanjador, esdrúxulo; desajeitado.

Quando interrogado sobre como é viver em Dianópolis no Estado do Tocantins, a resposta de um professor de literatura é exemplar, pois estabelece paralelos entre o Estado em que nasceu e o Tocantins:

Dianópolis é uma cidade que tem 130 anos, cento e vinte pouquinho anos, entendeu? Jandáia (Paraná) tem sessenta e três anos. Dianópolis por ser bem mais antiga deveria ter crescido um pouco mais, né. Mas até mesmo por essa falta de... essa divisão do Estado que eles agradecem muito, esta divisão do Estado do Tocantins que pelo menos a cidade cresceu muito, a televisão chegou aqui em 85 pra você ter uma base. É bem atrasado, ou seja, essa questão cultural, não tem um cinema, não tem um teatro. Nem falo nem cinema, mas não tem um teatro, não tem um lugar bom que você possa ir ouvir uma boa música, sabe? Comer bem! A gente não come bem. Eu sou solteiro, ir ao mercado e gastar 400,00 de mercado é muita coisa. Cê ta entendendo! Pra uma pessoa sozinha. Então quando a gente fala pras pessoas, conversando, discutindo, eles não gostam. Mas você não come bem mesmo. Cê não vai passar a vida inteira comendo feijão tropeiro, você quer comer uma comida diferente, não quer só ficar comendo, arroz, feijão e carne. Nós que viemos do Estado do Paraná, pessoal que veio de fora, que conhecem coisas boas, entendeu? Eu se quero comprar uma coisa diferente... Fui pra Brasília esses dias, semana passada, tinha chegado do Paraná eu trouxe um monte de coisas de comer de lá. Por que aqui a gente não acha, quando acha é um absurdo, tudo muito caro. Então são essas questões, a própria comida, questão social, vestuário é caro, muito caro o vestuário. Até mesmo em Palmas, você pode ir pra Palmas, cê acha algumas coisas lá, tem cinema, tem teatro, mas não aquilo ainda que se espera. Palmas é uma cidade nova, Palmas é muito nova então era pra ter muita coisa diferente, até coisas que não tivesse em outras cidades. Então é falta de ter o que fazer [dados de entrevista].

Quando interrogado em relação à existência de tradições consideradas típicas do Estado do Tocantins, a resposta é dada em um tom mais baixo que o usual no decorrer da entrevista. Enfatiza que o “Coronelismo, bem forte. As pessoas não têm muito direito à palavra, dizer o que pensa, o que quer, principalmente a gente que vem de fora, entendeu.” Destaca ainda que as pessoas de fora não têm direito de escolha política ou em suas palavras” têm que chegar e viver naquilo deles, só olhar pra frente, não olhar dos lados não, se não a coisa complica pra gente” [dados de entrevista].

### 3.6 Tocantins: narrativa do encontro de culturas

No tramar das narrativas, constrói-se também uma textualidade, que agrega a imagem de encontro de culturas, de harmonia, de junção de representantes de vários Estados da federação:

Veja o seguinte, o Estado do Tocantins; ele é uma mistura. O Tocantins de certa forma ele se formou a partir da colaboração de vários grupos do nosso território, então migrou muita gente do nordeste, muita gente do sul do país, houve realmente uma mistura, varias culturas. E essas misturas de culturas variadas, apesar do país ser um único território nos sabemos que o vasto território do Brasil acaba se formando em meio a diversas culturas e o Tocantins acabou reunindo todos esses grupos de pessoas que acabou vindo para cá em busca de melhores condições de vida, buscando o auge do desenvolvimento do Estado e acho que é o ponto forte de nosso estado é essa variedade cultural, essa riqueza cultural que existe em nosso território [dados de entrevista].

Este encontro teria produzido, de acordo com algumas narrativas, uma operação com diversos desdobramentos seja na música, no linguajar, na dança e na comida. Essa idéia fica clara na fala de um dianopolino:

(...) a variedade, a nossa identidade cultural ela é esta identificada em vários pontos inclusive na culinária. A nossa culinária você pode observar que é totalmente influenciada principalmente pela culinária da Bahia e nordeste em geral, nós temos aqui uma forte aproximação culinária baiana, com a culinária do estado de Goiás, com Minas Gerais, então nós estamos aqui de várias pessoas, desde o período da interiorização do Brasil, desde o período da formação da nossa culinária, foram vários grupos que acabaram migrando para cá e colaboraram para a formação do Estado. Esse encontro de vários grupos acabou colaborando para a formação de uma cultura que ainda você não pode considerar própria do tocantinense. Nós estamos num processo de construção de consolidação de nossa identidade, creio que ela não está de certa forma formada, é um processo de consolidação. Mas estamos num processo de consolidação [dados de entrevista].

Esta harmonia e encontro com a cultura dita *nordestina* parece estar relacionada com a imagem que Albuquerque Jr (2001) destaca na construção imagética da nação em que o Nordeste e sua produção cultural popular, folclore, linguagem melhor expressariam a nação em sua “originalidade” (p. 278): “Como o Nordeste é considerado a região folclórica do país, com sua cultura popular muito rica”, essa imagem é facilmente assimilada nas narrativas que ligam o Tocantins àquela região.

Aqui é interessante observar a ambivalência dentro das narrativas que dão lugar privilegiado para a região Nordeste, desde que seja no aspecto cultural, artístico, culinária,

expressões típicas entre outras. A religiosidade, a cultura popular rica, festiva, colorida. Assim, a música considerada típica do Estado é descrita como mistura de ritmos do Norte e Nordeste do país; “aqui no Tocantins, por exemplo, é uma mistura de forró nordestino e paraense não sabe quem é quem mais”, ou ainda falando de um estilo:

Quem cria são alguns músicos, não são tão jovens, já são bem andado, mas eu acho que pelo interesse de fazer uma coisa diferente para o Estado diferente fazer uma coisa diferente, eles criaram uma mistura de ritmos populares, estilo goiano – sertanejo, ou estilo baiano – de música baiana, ou o forró - símbolo do Maranhão principalmente, da Bahia, então eles pegaram toda essa mistura e então aproveitaram todas essas áreas e criaram essa música que é exótica. Um pouco querendo ser diferente dos outros (...). Essa música que é bem a raiz mesmo, que é bem caipira, fala do povo do sertão, das paisagens típicas do Estado, então é essa música bem típica com um vocabulário típico também, não é um vocabulário rebuscado, é um vocabulário até mesmo mais formal do que o normal. É um vocabulário bem simples, e de fácil entendimento [dados de entrevista].

Mas são facilmente negadas estas vinculações com o Nordeste se o assunto é econômico ou remete à idéia de progresso e de modernidade, que são ligadas diretamente ao Sul e Sudeste do Brasil com seu empreendedorismo e agilidade. Pois o homem do *sertão*, desde Euclides da Cunha, é visto como habitando um *outro* Brasil, devendo ser resgatado para as benesses da civilização. Mas o “resgate” deve ser feito a partir da idéia de integração da nação. Ou do mundo urbano, desenvolvido, industrial representado pelo sul, sudeste, pelo litoral brasileiro. Os sulistas e paulistas são considerados os agentes que promovem a expansão das relações socioeconômicas.

Assim como o *sertão* desaparece, as narrativas de lugar de encontro retira o índio, ele não é lembrado em nenhuma das entrevistas, é totalmente invisibilizado. Também o negro não é lembrado, exceto no depoimento de um professor, que destaca o papel do negro na culinária:

Geralmente são comidas que foram inventadas, criadas nas senzalas pelos negros. E a gente aqui, pelo fato de ter sido formado no período da mineração onde a mão de obra ativa era a mão de obra escrava, nós acabamos sendo muito influenciados por essa culinária africana e principalmente essa culinária foi justamente herdada e acabou chegando aqui por causa dos negros que vinham justamente do nordeste trabalhar na mineração [dados de entrevista].

### 3.7 Identidade em processo

Nas narrativas existe uma recorrência quanto ao destaque de que no Estado do Tocantins a identidade está em processo, sendo construída, consolidando-se:

Goiás já tem sua identidade própria, os goianos já têm seu orgulho próprio. Diferente do tocaninense, até o tocaninense nativo mesmo, né, muitos se identificam com outros Estados, com Goiás, com Bahia, com Maranhão e não se identificam muito com o Estado. E como o Estado é novo também, grande parte da população ainda veio pra cá há pouco tempo então assim, muita influência dos seus Estados, dos Estados que moravam anteriormente. Então isso é diferente, também a busca da identidade, que o goiano já tem uma identidade própria [dados de entrevista].

É notória certa resistência das pessoas mais velhas à divisão do Estado, embora alguns admitam que a divisão tenha sido algo positivo para o antigo norte goiano. Esta mesma resistência foi perceptível quando o *Duro* foi substituído por Dianópolis e, por muito tempo, e, ainda hoje, a cidade ainda é identificada como *São José do Duro* ou simplesmente *Duro*. Destacam que não percebem diferenças entre goianos e tocaninenses e dizem ser tocaninenses unicamente pela divisão do Estado. E enfatizam que “somos descendentes, somos herdeiros de Goiás”. Ou ainda na declaração feita por uma senhora dianopolina: “o goiano permanece em nós, nossos vocábulos, assim a tradição goiana ainda está na gente. Não tem como ser interrompida, é mais antiga, não dá para ter uma interrupção. Encerrou aqui, agora é Tocantins”. Ou ainda na fala de uma dianopolina: “Eu, por exemplo, até hoje sou goiana, eu moro no Estado do Tocantins, mas eu sou goiana, por que eu não mudei documento, pra tirar a nacionalidade goiana, não tirei” [dados de entrevista].

Existem também muitas narrativas que são enfáticas em declarar que a identidade tocaninense está sendo construída:

(...) a musicalidade, a religiosidade, que acabam integrando e colaborando para a formação de uma identidade cultural numa visão macro ou micro tanto faz é justamente esses vários pontos, esses vários colaboradores, esses vários fatores responsáveis pela formação de uma cultura, de uma identidade cultural que necessitam ainda ser trabalhadas, alguns desses pontos já estão mais consolidados e outros em processo de consolidação. Eu observo que o tempo vai colaborar e muito para uma consciência que possa resultar em práticas e colaborem justamente para a formação da identidade do Estado do Tocantins, uma identidade que possa ser dita é do estado do Tocantins [dados de entrevista].

A dizibilidade e a visibilidade estão ligadas a uma performance, à repetição constante de enunciados. A fala acima descrita remete à idéia de que o projeto Tocantins necessita de tempo para sua consolidação, para a formação de uma “consciência que possa resultar em práticas”.

### 3.8 Tocantins e a educação

São perceptíveis os conflitos entre as narrativas que descrevem o Tocantins como um Estado moderno e que agencia diferentes frentes de crescimento e o discurso recorrente da ausência de uma política governamental que incentive a valorização da cultura tocaninense:

(...) no geral eu acredito que não é comum a maioria das escolas cantarem o hino do Tocantins, é raridade você ouvir no horário cívico as escolas cantarem o hino nacional do Brasil, muito menos o hino do Tocantins. A maioria das pessoas não sabe quem escreveu, não sabem que a letra é de José Liberato, não sabem quem escreveu o hino do Tocantins, não sabem o que a letra do hino do Tocantins quer dizer, quando o hino foi criado. Não há realmente interesse em estar trabalhando o hino do Tocantins e nem a história do Tocantins em geral. A história do Tocantins deveria estar inserida no currículo de história, mas não está, é algo que não está. A história do Tocantins. A geografia do Tocantins, são duas, são dois temas, dois conteúdos que a gente vem lutando para que sejam inseridos como parte do currículo de história que é justamente história da África que já foi aprovado que deve ser trabalhado em história do Brasil e também a história regional, cada estado trabalhar a sua história em particular. Inclusive o estado do Tocantins você não vê escola nenhuma trabalhando. Às vezes você observa alguns trabalhos em dias temáticos, mas não há um trabalho contínuo em relação à história do Tocantins, então pouco se fala sobre a história do Tocantins [dados de entrevista].

Estas narrativas são conflitantes e entram em disputas discursivas com a narrativa oficial do governo. Conforme a *Proposta Curricular para o Ensino Médio – Tocantins 2007* a opção, desde logo, foi pela escolha de um processo de construção “genuinamente tocaninense”. Construir uma proposta que fosse sendo configurada como “identidade das expectativas e das necessidades próprias e peculiares do Estado mais jovem da nação brasileira”. Destacam que a produção desta proposta foi pautada por diferentes agentes:

O breve relato da história da construção da Proposta Curricular do Ensino Médio do Tocantins possibilita identificar o protagonismo da participação daqueles que fazem

acontecer à educação neste Estado e que, como sujeitos, autores e atores, estão cientes da necessidade, do comprometimento e da capacidade de concretizar um projeto educativo que oriente os rumos de um projeto social em que o desenvolvimento represente a promoção humana de todos os tocantinenses (Proposta Curricular Para o Ensino Médio –Tocantins, 2007, p. 13).

Alguns aspectos são centrais na proposta: reconhecer, por meio de estudos comparativos, traços caracterizadores da literatura tocantinense (em todos os gêneros em que ela se manifesta); na geografia, ênfase especial na questão da inserção do Estado do Tocantins no contexto da Amazônia Legal; na história, o lugar especial que o Tocantins ocupa na proposta:

A História do Estado do Tocantins ocupa um espaço especial nesta proposta de ensino, por ser o lugar onde os educadores e educandos atuam como agentes participativos diretos na construção de uma nova sociedade... A proposta de História do Estado do Tocantins tem a importante missão de poder revelar aos estudantes deste Estado as histórias dos seus antepassados, da luta pela ocupação dessas terras, ainda em seus primórdios e nos diferentes períodos que se sucedem aos dias atuais; as histórias dos que venceram e dos que perderam e, principalmente, suas próprias Histórias. É fundamental que o ensino de História do Tocantins continue dando ênfase à formação de identidade sócio-cultural a partir do antigo norte goiano, todavia existe um outro grande desafio que é o do seu reconhecimento como parte do contexto Amazônico em outras dimensões além da política. No processo de construção da identidade Tocantinense se faz necessária à ênfase à História e aos trabalhos desenvolvidos pelos movimentos negros... Além disso, é importante que o ensino de História valorize o saber indígena, visto que são muitas as aldeias localizadas próximas às cidades. (Proposta Curricular Para O Ensino Médio – Tocantins, 2007, p. 315, 316).

Porém, as diversas narrativas produzidas por educadores mostram o conflito entre teoria e prática. Muitos enfatizaram a ausência de divulgação do hino do Tocantins nas escolas. Todos os entrevistados disseram conhecer o hino e saberem o nome do autor: “o hino do Estado foi escrito por um dianopolino né? É ele é da família Póvoa, mas assim, como te falei eu nem culpo as escolas, é questão assim do geral, o pessoal não tem muito esse negócio de raiz, de querer mostrar a raiz, de querer preservar” [dados de entrevista].

Esta observação é recorrente nas falas dos professores: a ausência de projetos que enfatizem o Estado e sua cultura:

(...) praticamente não existe essa divulgação do hino do Estado. O hino nacional e o hino de Dianópolis são bem mais divulgados e valorizados também do que o hino do Tocantins. Eu acho que isso é até uma falha... Dianópolis já tem uma identidade, os dianopolinos já têm orgulho daqui, os brasileiros também, o fato de ser brasileiro, já tem uma identidade e o Estado do Tocantins, o tocantinense não tem uma identidade ainda e as pessoas, grande parte da população também é oriunda de outros Estados, tem até vontade, interesse de identificar gosta daqui do lugar e não tem identidade.

Então eu acho que né, teria que ter uma maior divulgação sim, do hino do Estado. (...) Toda segunda-feira é cantado o hino nacional no pátio da Escola. Então é o do Estado que precisa realmente de divulgação para que os professores que vêm de fora e até o tocantinense nato, tenham mais identidade, tenha mais amor pelo Estado [dados de entrevista].

Muitas narrativas criticaram o governo do Estado por investir tanto em auto-propaganda. A crítica centrou-se no excesso de propaganda e falta de apoio nas escolas: “não vejo o Estado muito assim preocupado com a cultura daqui não, acho que tem muito mais aquele negócio de querer mostrar o que faz, do que fazer mesmo. Então você chega lá faz um mega evento, lá em Palmas e por lá fica, mostra pro Brasil, o restante do Estado muitas vezes nem tem conhecimento” [dados de entrevista].

Algumas narrativas destacam o apoio do governo na produção de música que leve o Tocantins para além de suas fronteiras:

Existe, com o apoio do Estado pra cultura, pra música, pra literatura. Então já existem vários cantores que fazem shows, em todas as cidades do Estado com a ajuda do governo, então o estilo também é um pouco exótico por isso então eu acho que ele não ganhou tanta aceitação, não sei se com o passar do tempo isso pode aumentar mais, pode melhorar. Que é uma música, um estilo assim meio misturado, de música sertaneja com catira, com um pouco de súscia, então torna um ritmo um pouco, um ritmo exótico, mas não deixa de ter sua qualidade, mas assim, como o tocantinense já deu espaço pra músicas de outros Estados que já existe há muito tempo aqui ele já está acostumado com outro estilo de música então até ganhar aceitação, ganhar gosto popular vai demorar, acho que daqui a alguns anos ou décadas. Mas tem tudo pra aparecer mais [dados de entrevista].

Outras narrativas enfatizam a produção musical do Estado do Tocantins:

(...) existem trabalhos, existem artistas locais trabalhando justamente na tentativa de construir uma identidade musical para o nosso estado. (...) existem alguns artistas locais tentando construir uma identidade musical que é algo também muito complicado. **Algo original, algo novo**, mas artistas como o Genésio Tocantins e outros criam uma **musicalidade própria** que você não escuta em outros locais, acho que a música está bem à frente, está bem à frente do que as outras realidades culturais de nosso Estado. Ela sofreu, está sofrendo uma influência de artistas que valorizam tudo que nós temos aqui, a nossa religiosidade, a nossa natureza, principalmente o Rio Tocantins. Nas músicas você escuta muito falar do Rio Tocantins, do Rio Araguaia, do Jalapão, tudo isso é nosso, e com uma estrutura rítmica que você não escuta em outros Estados, em outras regiões. Eu acho que a música está bem mais próxima de uma construção de uma identidade particular do Tocantins do que outros pontos que fazem parte da cultura [dados de entrevistas].

Assim as *narrativas durenses* estão apresentando novos arranjos e ajustes para se adequarem à nova configuração política da formação do Estado do Tocantins. Como em uma trama de Penélope, que se faz e desfaz a cada recontar, aqui permanecem intactos velhos pontos, antigos olhares de dominação. Ou velhos fios ganham outras urdiduras na produção e reprodução das narrativas, em um constante fazer-se.

Os *durenses* que se dedicam a uma produção ligada ao coronelismo são preteridos por outros que procuram apresentar uma narrativa que se conecte com a idéia de modernidade e de progresso, principais bandeiras do Estado do Tocantins. Pois tem como tarefa inicial a negação do legado de miséria, construídos nas narrativas anteriores à divisão política do Estado. Assim, dentro destas narrativas e suas reproduções são perceptíveis a negação, a aceitação e a recomposição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

(Guimarães Rosa, 2006, p. 64)

A proposta de investigar a construção do Estado do Tocantins, a partir de uma de suas cidades é também uma tentativa de produzir reflexões sobre a narrativa interna deste Estado. O processo de construção imagética do Estado do Tocantins é uma invenção recente e que se configura aos nossos olhos nos últimos vinte anos. Assim, é perceptível a ação de intelectuais e outros agentes ligados às forças dirigentes, convocados a produzir um saber, um conhecimento, uma imagem, um discurso sobre o Estado. Como tradições inventadas como representativas deste espaço, estas narrativas rejeitam as anteriores, produzidas para o mesmo recorte espacial, anteriormente denominado região Norte de Goiás. Narrativas que naturalizam e que buscam raízes profundas, um passado distante que retoricamente diferenciaria os habitantes desta região. É neste processo de invenção do Estado do Tocantins



que as *narrativas durenses* inserem-se e buscam interpretar e dar significado à região Sudeste do Tocantins.

A posição deste trabalho foi a de debruçar criticamente sobre as narrativas produzidas pelos aqui chamados *durenses*, que se propõem a narrar o *Duro / Dianópolis*, esta localidade inserida no Norte- Nordeste Goiano e, posteriormente, no Sul - Sudeste do Tocantins. É inegável uma hierarquia espacial nas narrativas que falam sobre o Brasil e o seu povo, há certa agregação de negatividade a diversos aspectos que remetem à região Nordeste, bem como uma positividade à região Sudeste do Brasil, apontadas como indicadores de modernização. Embora se perceba variantes geográficas de *sertão* brasileiro. Esta bipolarização insinua-se na metáfora *Duro-Dianópolis*, que traz uma carga de significados ligados aos nomes da localidade. O *Duro* é o *sertão*, o Nordeste goiano, narrado com toda a carga de negatividade, sendo automaticamente relacionada à miséria, violência, seca, coronéis, cangaceiros, jagunços entre outros. São elementos visíveis nas narrativas sobre o *Barulho do Duro*.

Lançar o olhar sobre narrativas feitas sobre a região Norte e Nordeste do Estado de Goiás, atual território do Estado do Tocantins, é visualizar a construção de um espaço natural de isolamento e de atraso. Esta imagem de isolamento e atraso anteriormente atribuída para todo o Estado de Goiás, conforme estudos mencionados neste trabalho, sofre uma alteração a partir da quebra de narrativa. Este rompimento teria como principal suporte a construção de Goiânia e a transferência da Capital do Estado de Goiás, ligando-o à idéia de progresso e de modernidade.

Seguindo as idéias da década de trinta nacionalmente divulgadas e de interiorização e modernização do Brasil, o *Duro* transforma-se em Dianópolis. Porém, a mudança de nome não traz modificações nas narrativas e na visibilidade da região. As idéias de progresso e de modernidade teriam se restringido ao Sul e ao Sudeste de Goiás, sendo que o isolamento e o atraso ficaram encapsulados nas regiões Norte e Nordeste deste Estado, narradas como peso morto e corredor da miséria. Somente com a divisão do Estado de Goiás, em 1988, parece ocorrer um movimento de inversão de lugares. O lugar ocupado pelo Nordeste e toda a carga de negatividade passa a ser ocupado pelo Sudeste e suas positivities; há uma tentativa de expulsar o *sertão*. Assim, Dianópolis é agora Sudeste do novo Estado ligado a imagens construídas de progresso, modernidade. E os mecanismos hegemônicos de dominação são remodelados, reconfigurados e ganham novas roupagens, os filhos dos antigos coronéis são remoçados e ganham ares de modernizadores do sertão para conservar a hegemonia local. Assim, a análise foi estruturada tendo como eixo o que poderíamos chamar de diferentes

momentos políticos que aqui são chamados de narrativas coronelísticas, narrativas dos modernizadores do sertão e, por último, narrativas incorporadas.

Nas narrativas *durenses* sobre o *Barulho*, há um vínculo, uma fidelidade coronelística que tem como ênfase retórica a trajetória do Coronel Abílio Wolney. Entre as narrativas coronelísticas, destaca-se a construída pela família Wolney que interpreta os acontecimentos do *Barulho* e encabeçam a defesa da história e memória do lugar. A memória coletiva da família está aprisionada ao grupo que a gera e mantém, sendo o trato da memória uma estratégia de classe.

Esta memória foi alimentada pela versão do Coronel Abílio Wolney que viveu muitos anos após o *Barulho* e, posteriormente, narrada em seu diário e nos diversos livros produzidos por seus netos. Constroem a memória de sua própria história, contrapondo-se ao *Tronco*, de Bernardo Élis, que divulgou uma versão diferente dos eventos que teria como fonte o inimigo da família, Sebastião de Britto e que também estaria comprometida com a oligarquia Caiado. Em Élis, a narrativa é ensejada por uma crítica à situação da ineficácia de leis numa região comandada por coronéis que se sobrepõem ao Estado e à justiça, formando a lei do sertão. A idéia de construir um exercício de estranhamento das categorias: *sertão e tradição* por meio da memória nos levou a interpretação do *Duro e* das diversas famílias que adotaram estratégias matrimônias para conseguirem manter-se no poder.

E no contexto do *Barulho*, o fortalecimento do Coronel Abílio Wolney e anteriormente do seu pai tiveram como suporte estas estratégias. A força da memória coletiva da família está intrinsecamente ligada ao ressentimento que sentem por verem a versão registrada por Élis ser divulgada nacionalmente tanto no livro como no filme. Criticam a unilateralidade da versão de Bernardo Élis e consideram-se excluídos da história de Goiás e lançam idéias de revisionismos e de uma nova visibilidade para o *Barulho*, agora no contexto do Tocantins. Assim, o Coronel Abílio Wolney surge como personagem em disputa, produzindo uma imagem engrandecida e centrada em sua trajetória, inteligência, bravura, fidelidade aos amigos, ligação com o pai; enfatizam também o rompimento com os Caiado e a conseqüente perseguição e a injustiça da qual teria sido vítima. Não foi nossa preocupação verificar a relação entre versão e fato, ou confrontar a versão dos Wolney com a de Élis ou de qualquer outro. Interessava-nos fundamentalmente perceber como a família constrói uma memória da família centrada em Abílio Wolney. Esta discussão é permeada pela análise da relação entre memória, família e poder.

Assim, família e genealogia fornecem informações para uma investigação sobre memória e poder no Tocantins. Após o *Barulho*, a família Wolney perde hegemonia política

no *Duro* e a família Póvoa ganha destaque, sendo considerada na localidade como uma das famílias tradicionais. São membros desta família que produzem o que aqui é denominado de narrativas dos modernizadores do sertão. Estas narrativas trazem a idéia de modernizadores para habilitar e reabilitar os antigos donos do poder a permanecerem na cena política. O que indica uma espécie de possível manutenção da tradição na modernidade ensejada pela divisão de Goiás e surgimento do Tocantins. Os *durenses* propõem-se a construir uma nova imagem para sua região e para o Tocantins, como comunidade imaginada, sendo considerados os primeiros a produzirem textos sobre o Estado do Tocantins.

E o terceiro capítulo, classificado aqui como narrativas incorporadas, pretendeu perceber como a produção *durense* e do Governo do Estado estão sendo apropriadas hoje, por diferentes agentes: professores, alunos e outros habitantes da cidade. Assim, diversas falas demonstraram incorporação e fidelidade à narrativa coronelística. Outras demonstraram uma quebra nesta narrativa, especialmente os alunos, que parecem apontar para uma ausência de vínculos com a memória dominante construída pelas famílias tradicionais. Daí a mistura de imagens nas narrativas e de elementos fora de lugar quando interrogados sobre o *Barulho* e suas metáforas. Sobre a dualidade Goiás /Tocantins, todas as narrativas estavam vinculadas àquelas imagens de isolamento/atraso contra a modernidade/ progresso que representa o Tocantins. Assim, estas representações das novas tradições estão sendo incorporadas no discurso da identidade em constituição do Estado do Tocantins.

As análises aqui feitas não objetivaram avaliar as formas como foram narrados os eventos históricos do Duro e do Barulho e o surgimento e desdobramentos da criação do Estado do Tocantins como representações verdadeiras ou falsas do passado, mas como participantes da invenção de uma localidade. Ou seja, procurar os componentes estruturais das descrições e não a sua correção descritiva. Tanto nas narrativas coronelísticas, quanto na narrativa dos modernizadores do sertão, há um vínculo com o poder hegemônico que se configura e se re-configura para a continuidade do poder, uma regulação social da memória. São narrativas que se tornam veículos de difusão de uma classe dominante e que estão construindo uma memória e produzindo ações sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Voltaire W. *Abílio Wolney, suas glórias, suas dores: A saga de jagunços e coronéis do sertão*. Tocantins: Editora Provisão, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sertão hostil*. Dianópolis: Sin Dato Editorial, 1991.

\_\_\_\_\_. *As raízes e os principais eventos que deram origem a Dianópolis*. Brasília: Dag Gráfica e Editorial Ltda, 1990.

\_\_\_\_\_. *Mensagens e Poemas do Além*. São Paulo: Sin dato editorial, 1987.

AIRES NETO, Abílio W. *No tribunal da história*. Goiânia: Editora Kelps, 2006.

\_\_\_\_\_. *O diário de Abílio Wolney*. São Paulo: Sin Dato Editorial, Anápolis, 2002.

ALBUQUERQUE JR., Durval M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, São Paulo: Cortez, 2001.

ALENCAR, I. A. *Hagahús Araújo: uma lição de cidadania*. Brasília: Ideal, 2003.

ALMEIDA, C. Roque de. *História e sociedade em Bernardo Élis: uma abordagem sociológica de O Tronco*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, UFG, Goiânia, 2003.

ALVES, F. R. *Acontecimentos de São José do Duro: 1919 - Versões de um crime*. Goiânia: Monografia História UFG, 1999.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia do Brasil: Região Nordeste (1962)*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. *Nordeste, espaço e tempo (1970)*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. *A Terra e o Homem no Nordeste (1963)* São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980.

BARBOSA, Francisco de Assis, Em Prefácio a *O Tronco*, 1967.

BARROS, A.J. P. e LEHFELD, N.A.S. *Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República - de 1889 a 1930*. 4. ed. v. 2. São Paulo: Alfa - Omega, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1987.

BERTRAN, P. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente 1978.

\_\_\_\_\_. *Uma introdução a história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Goiânia: UCG/CODEPLAN.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Campesinato Goiano: três estudos*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986.

BORGES, P. C. Alves. Formação e representação do Estado em Goiás. In: *Goiás Sociedade e Estado*. Goiânia: Cênone Editorial, 2004.

BORJAS, Manuel C. *Comunidad de Memória: Memória metafórica de una localidad en el sertão brasileiro*. Brasília: Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UNB, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel e Rj: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS, Itami F. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1987.

CARDOSO, Ruth (org.). *A Aventura Antropológica*. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever". In *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora. UNESP, 1998, 17-35.

\_\_\_\_\_. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

CARONE, Edgard. *O tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.2.

CAVALCANTE, M<sup>a</sup> do Espírito Santo R. *Tocantins: O movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988*. São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG, 1999.

\_\_\_\_\_. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: Ed.da UCG, 2003.

CHAUL, Fayad Nasr. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Coronelismo em Goiás; estudos de casos e famílias*. Goiânia: UFG, 1998.

CHIAVENATO, Júlio José. *Cangaço: a força do coronel*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CLARK, Katerina, HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

COELHO, Guilherme F. *Expedição histórica nos sertões de Goyas: São José do Duro*. Goiânia: ICBC, 2008.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994 (p. 15 a 42).

COSTA, João Batista de A. *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e entre-lugar*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, UNB, 2003.

\_\_\_\_\_. Fronteira regional no Brasil: o entre-lugar da identidade e do território baianos em Minas Gerais. *Sociedade e Cultura*, v. 5, n.1, p. 53-64, jan./jun., 2002.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Brasília: Ed. Unb, 1963.

DA MATTA, R. *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DE CARVALHO, Luiz. *Vozes da Consolidação: a comunicação social no Tocantins – I*. Palmas: Norte Sul Gráfica e Editora Ltda, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DOLES, D. E. M. Aspectos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás. In: *Cadernos de Pesquisas - II Departamento de Ciências Humanas*, Goiânia: ICHL - UFG, 1977.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa. O sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. São Paulo: Ed. José Olympio, 1974.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1995.

FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva. Coronelismo no Estado de Goiás (1889-1930): As construções feitas do fenômeno pela História e Literatura. In: *Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

FONSECA, Maria Lúcia. Coronelismo e cotidiano: Morrinhos, 1889-1930. In: *Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCIA, Jose Godoi. *O aprendiz de feiticeiro: estudos críticos*. Goiânia: Thesaurus Editora 1997.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

- GODOI, E. Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- GUIMARAES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- HALBAWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, SP: Tese de livre docência, UNICAMP, 1998.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- LIMA, R. C. A. *Três Nós na Memória: Narrativas Ribeirinhas no Vale do São Francisco (Brasil)*. Etnográfica, Lisboa, v. VIII, n. 2, p. 185-219, 2004.
- MACEDO, Nertan *Abílio Wolney um coronel da serra geral*. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Sinhô Pereira, o Comandante de Lampião*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. Pedro Ludovico: *Um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cigraf/ UFG, 1990.
- MALDI, Denise. A questão da territorialidade na etnologia brasileira. In: *Sociedade e Cultura*. Universidade Federal de Goiás, v.1, n.1 jan./jun. Goiânia: Ed. UFG, 1998.
- MARCUS, George E. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, nº. 34, 1991, pp. 197-221.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão das trocas nas Sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. Volume II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MOCELLIN, Renato. *Coluna Prestes: a grande marcha*. São Paulo: Editora do Brasil, 1989.
- LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- OLIVEIRA, L. L. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.



- PALACIN & MORAES. *História de Goiás*. Goiânia: Editora UCG, 1989.
- PALACÍN, L. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. São Paulo: Ed. Loyola/ CEGRAF, 1990.
- PALACÍN, Luiz e CHAUL, Fayad Nasr e BARBOSA, Costa Juarez. *História Política de Catalão*. Goiânia: UFG, 1994.
- PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.
- PIMENTEL, S. V. & AMADO, J. (Org.). *Passando dos limites*. Goiânia: Ed. UFG, 1995.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.
- POMPA, Cristina. 2003. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS. 444 pp.
- PÓVOA, José Liberato C. *História Didática do Tocantins*. Goiânia: Kelps, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário Tocantinense de Termos e Expressões Afins*. Goiânia: Kelps, 1996.
- \_\_\_\_\_. *De Zé Goela a pé-de-janta os casos que o Duro conta*. Goiânia: Livraria três poderes, 1989.
- PÓVOA, Osvaldo R. *Historiologia*. Brasília: Gráfica e Editora Ideal Ltda, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Historia do Tocantins*. Goiânia: Livraria Três Poderes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Quinta-Feira Sangrenta*. Goiânia: Gráfica Editora Líder, 1980.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983. Col. Textos, 4.
- \_\_\_\_\_. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- RIBEIRO, M.B.A. Memória, família e poder: História de uma permanência política – os Caiados em Goiás. In: *Coronelismo em Goiás: Estudo de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Poder Local na América Portuguesa, In: *Revista de História*, v. 55, nº. 109, São Paulo, 1977, pp. 25-79.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SENA, Custódia Selma. A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica. In: *Sociedade e Cultura*. Universidade Federal de Goiás, v.1, n.1 jan./jun. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

\_\_\_\_\_. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

\_\_\_\_\_ e LIMA, Nei Clara. Regiões e regionalismos. In: Moura e Sena (orgs.) *Cidades: Relações de poder e cultura urbana*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. pp. 35 a 48.

SILVA, Otávio Barros da. *Breve história do Tocantins e de sua gente: uma luta secular*. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Brasília: Solo Editores 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Reijane P. da. *O sertão negado e o sertão desejado: representações da identidade regional pré e pós-autonomia do Tocantins*. X Reunião da ABANNE/ I Reunião Equatorial de Antropologia. Aracajú: 2007.

SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.

SINDER, Valter. *A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, p.253-264.

SUÁREZ, Mireya. Sertanejo: um personagem mítico. In: *Sociedade e Cultura*. Universidade Federal de Goiás, v.1, n.1 jan./jun. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. In: *Sociedade e Cultura*. Universidade Federal de Goiás, v.1, n.1 jan./jun. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

\_\_\_\_\_. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. In: *Sociedade e Cultura*. Universidade Federal de Goiás, v.1, n.1 jan./jun. Goiânia: Ed. UFG, 1998 pp. 55-62.

VILAÇA, Marcos Vinícios. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

WHITE, Hayden. *A questão da narrativa na teoria contemporânea da história*. Tradução de Luis Paulo Rouanet. Publicado em *History and Theory*. Volume XXIII, nº1. Wesleyan University Press. Middletown, 1984.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 3 ed. Brasília: UnB, 1998.

WERNECK, Mariza. Claude Lévi-Strauss e as anamorfozes do mito, Dossiê: Consciências Do Mundo — Claude Lévi-Strauss. In: *Margem*. São Paulo, No 16, p. 51-63, 2002.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec / EdUNB, 1995.

**ALMANAQUE CULTURAL DO TOCANTINS** – Ano 01 - 1999 nº. 01, 03.  
Ano 02 – 2000 nº05, 06, 07. Ano 03 – 2001 nº. 25. Ano 04 – 2002 nº. 31, 32,35.

**ANUÁRIO DO TOCANTINS** 2000. Ano I nº. 01

**FILME:**

A CHACINA DOS CORONÉIS: O TRONCO de João Batista de Andrade 1999.

**JORNAIS:**

OPÇÃO - <http://www.jornalopcao.com.br> 01/2009

O POPULAR (Várias edições)

DIÁRIO DA MANHÃ (Várias edições)

**SITES:**

<http://www.to.gov.br> - 02/02/2009

<http://www.to.gov.br/secom/noticia> - 02/02/2009

**ANEXOS**

**1- Hino de Dianópolis**

Música e Letra: J. Alencar C. Aires

**Estrilho***Dianópolis**Terra do ouro e tradições**Berço de um povo altaneiro**Orgulho em nossos corações.*

Ser filho teu é a nossa glória  
 Ser teu estandarte é glória mil  
 Todo povo varonil tem sua historia  
 Dentre todas és o amor do meu Brasil

Se um filho teu por mais distante  
 Se perder pelas sendas do caminho  
 Não te esquecerás um só instante  
 Dianópolis será sempre o teu ninho

Terra de amor e heroísmo  
 Fez em cada filho um teu soldado  
 Na trilha sacrossanta do batismo  
 Na bravura de teus antepassados

*Dianópolis**Terra do ouro e tradições**Berço de um povo altaneiro**Orgulho em nossos corações.*

Tens o amor-azul da estrela d'alva  
 Cidade hospitaleira e a mais gentil  
 Terás o nosso amor e a força d'alma  
 És querida és amada entre outras mil

São José do Ouro fostes outrora

Tens origem no passado dos pajés  
Hoje raias no porvir feito uma aurora  
Á luz do padroeiro São José

*Dianópolis*

*Terra do ouro e tradições*

*Berço de um povo altaneiro*

*Orgulho em nossos corações.*

## **2. Hino do Estado do Tocantins**

Letra: José Liberato Costa Povoá

Música: Abiezer Alves da Rocha

**Lei Estadual n. 977 de 30 abril de 1998**

O sonho secular já se realizou  
Mais um astro brilha dos céus aos confins  
Este povo forte  
Do sofrido Norte  
Teve melhor sorte  
Nasce o Tocantins

### **Estribilho**

*Levanta altaneiro, contempla o futuro  
Caminha seguro, persegue os teus fins  
Por tua beleza, por tuas riquezas.  
És o Tocantins!*

Do bravo Ouvidor a saga não parou  
Contra a oligarquia o povo se revoltou,  
Somos brava gente,  
Simples mais valente,  
Povo consciente.  
Sem medo e temos.

De Segurado a Siqueira o ideal seguiu  
Contra tudo e contra todos firme e forte  
Contra a tirania  
Da oligarquia,  
O povo queria  
Libertar o Norte

Teus rios, tuas matas, tua imensidão  
Teu belo Araguaia lembra o paraíso  
Tua bela história  
Guardo na memória  
Pela tua glória  
Morro se preciso!

Pulsa no peito o orgulho da luta de Palma  
Feita com a alma que a beleza irradia,  
Vejo tua gente,  
Tua alma xerente,  
Teu povo valente,  
Que venceu um dia!

### **3- Poema: Dianópolis I**

*Adélia R. Póvoa*

Antes do cangaço, do barulho.  
Eras calma e bastante hospitaleira

À noite só dos pombos o arrulho  
Se confundia com o vento nas mangueiras.

Te chamavam teus visitantes  
De S. José d'Ouro e o eras  
Mas num maldito instante  
Apoderou-se de ti uma fera.

Cearenses, pernambucanos, vejam por que,  
Por um par de caçamba, umas cabeças de gado.  
Tiraram-te a graça de sorrir, de viver,  
Deixaram-te como a seca deixa o prado.

Arrancaram-te a riqueza,  
A tua ingenuidade e inocência,  
Deixaram-te na miséria, na pobreza,  
Estragaram tua existência.

Devias odiá-los e por que não odeias?  
Mas como, se tornaste também feroz?  
Como a onda que a praia anseia,  
Tu querias sangue e te tornaste algoz

Mas, o que foi feito de tua bondade,  
Tua inocência, pudor, gratidão?  
Onde foi tua fidelidade?  
De que foi feito teu coração?

Pais, filhos, irmãos e outros parentes.  
No tronco, um madeiro forte,  
Ataram os pés de criaturas inocentes  
E quem foi que lhes levou a morte?

Eu quisera te odiar, eu juro,



Maldizer-te, blasfemar-te em todo o mundo.  
Ó velha cidade, ó ingrato Duro!  
Ó velha cidade, ó ingrato Duro!  
Não posso, eu te dedico um amor profundo.

Onde nasci, onde meus pais nasceram?  
Onde cresci, onde cresceram?  
E onde foi que meus avós morreram?  
Foste tu quem ganhou tudo de seus?  
Tu, a quem tanto amavam, o sangue os sugaste.  
Mas um dia ao ódio, à violência deste adeus.  
E para uma nova vida despertaste.

Foi ao encontro da morte  
A vida dos meus tios, primos, avós.  
Mas não lhes maldigo a sorte  
Eles se sacrificaram, mas salvaram a todos nós.

Não correu sangue inutilmente  
Apesar da morte que lhes deste  
Eu quero lembrá-los quero ter sempre em mente  
Que tu Dianópolis, de sangue heróico te veste.

*Vencedor de um dos concursos de poesia que tinha como tema o centenário da emancipação da cidade feita por um dos colégios da cidade - Colégio João de Abreu.*

#### **4- Poema: Dianópolis II**

(autoria desconhecida)

Eu sou a terra das Dianas  
E dos dianopolinos;  
Terra de velhos, moças,

Rapazes e meninas

Eu vi meus filhos morrerem no tronco...

E, num grito abafado,

Vi mulheres e crianças em prantos.

Fui coberto por um véu sangrento.

No silêncio da noite.

Ouvi soluços, gritos e um choro lento.

Eu sou terra do barulho,

Do cangaço, da chacina.

Sou o antigo D'ouro, Duro.

Sou rica, pobre, velha e menina!

*Concursos de poesia - Colégio João D' Abreu - 1993.*

**FOTOS**



Foto 01 - Coronel Joaquim Wolney



Foto 02 – Coronel Abílio Wolney



Foto 03 – Armas utilizadas no *Barulho* e no combate a *Coluna Prestes*



Foto 04 - Praça da Capelinha



Foto 05 - Combatentes da Coluna Prestes no Norte de Goiás – Atual Estado do Tocantins



CUSTODIANA COSTA



CUSTODIANA WOLNEY



CUSTODIANA PÓVOA



CUSTODIANA RODRIGUES

Foto 06 - Custodianas chamadas de *Dianas* que teriam sido homenageadas no nome Dianópolis.





Foto 07 - Mina dos Tapuias



Foto 08 – Bandeira e Brasão do Estado do Tocantins



Foto 09 – Missões / Capela das Missões / Vista geral das Missões



Foto 10 – Mapa das Regiões Brasileiras Antes da Divisão do Estado de Goiás



Diagnóstico, p. 1-59

Exmo. Sr

Sr Feliciano Machado Braga  
Porto Nacional

Muito Distinto Senhor

Apresento-lhe minhas  
felicitações pela entrada  
do Novo Ano com as me-  
lhores desejos do nosso fan-  
tasma coletivo e progresso.

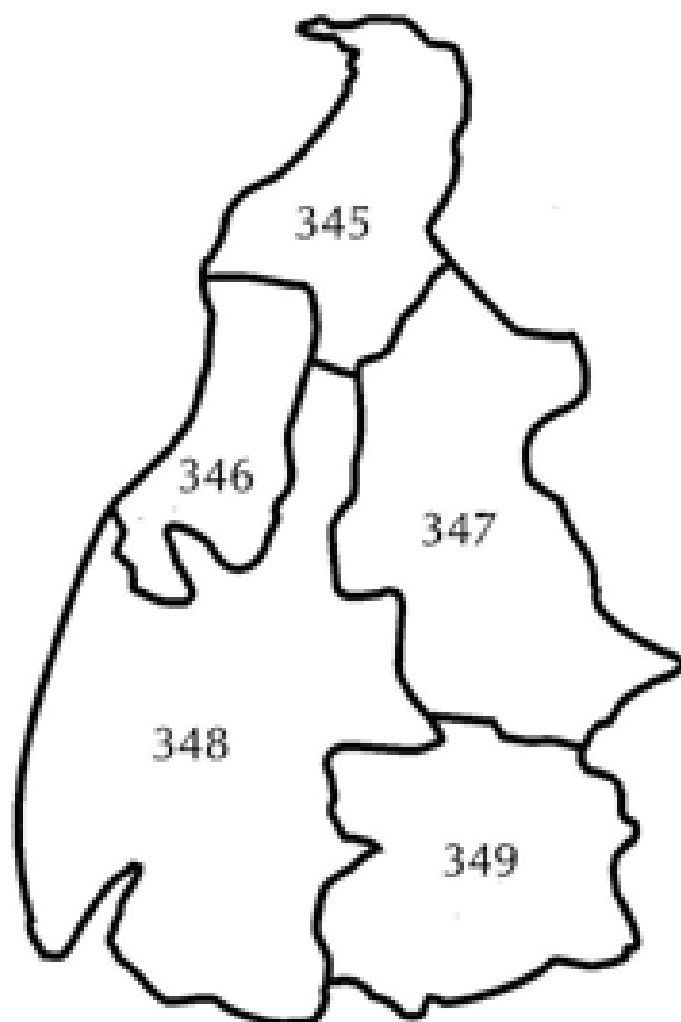
Estou de posse do Estado  
do Tocantins de Deserto e a  
já a sua flamma tem alta  
em port da criação do Estado,  
do, desse nome.

De meu recanto me inte-  
gro no mesmo ideal  
Avante bravo lutador!

Abílio Wolney

Foto 11 - Carta de Abílio Wolney a Feliciano Machado Braga um dos líderes do Movimento Separatista de Porto Nacional.

## REGIÃO NORTE DE GOIÁS



1. M.R. 345: Extremo norte goiano; 2. M.R. 346: Baixo Araguaia goiano; 3. M.R. 347: Tocantins de Pedro Afonso; 4. M.R. 348: Médio Tocantins Araguaia; e 5. M.R. 349: Serra geral da Cofa

Foto 12 - Estado do Tocantins – Anteriormente Região Norte do Estado de Goiás.



Foto 13 - Província de Goiás – Século XIX